

# A CRISE NOS BALCÃS\*

ARMANDO AMORIM FERREIRA VIDIGAL  
Vice-Almirante(Ref<sup>®</sup>)

## SUMÁRIO

Introdução  
Antecedentes históricos  
A criação da Iugoslávia  
A ditadura monárquica (1929 - 34)  
A regência (1935 - 41)  
A partilha da Iugoslávia  
Partisans e chetniks  
A Iugoslávia de Tito  
A desagregação da Iugoslávia  
Os atores e as forças em confronto

Conflito na Croácia  
Bósnia-Herzegovina, o país impossível  
O Plano de Paz do Grupo de Contato  
A crise dos reféns  
A queda de Srebrenica  
O Acordo de Dayton  
A questão macedônia  
Kosovo-Metohija: o novo intervencionismo  
O acordo de paz  
Uma reflexão necessária

## INTRODUÇÃO

A crise nos Balcãs é importante não só pela enorme destruição material e pelos sacrifícios humanos que causou e que ainda irá causar; ela é importante

porque representa um ponto de inflexão no processo de desenvolvimento de um novo ordenamento internacional adequado às condições que passaram a prevalecer depois que terminou a Guerra Fria.

\* N.R.: Ver *Conflito nos Balcãs - A participação do Brasil sob a égide da ONU, na Força de Proteção da ex-Iugoslávia (UNPROFOR) na RMB 4º Trim/1996 - pág. 202 a 229 e também 2º Trim/1997 pág. 173 (Cartas dos Leitores).*

Sob a alegação de que a Carta das Nações Unidas – que veda o uso e até mesmo a ameaça do uso da força, exceto em caso de legítima defesa ou após autorização do Conselho de Segurança da ONU, se tiverem sido esgotados todos os meios pacíficos para dirimir o conflito – foi elaborada num contexto totalmente diverso, em que os conflitos presumíveis eram entre estados e não, como agora, decorrentes da violência interna dentro dos estados (conflitos étnicos, terrorismo, etc), os Estados Unidos, com o apoio de países membros da OTAN, procuram estabelecer limites à soberania do estado nacional, dando à OTAN o direito de intervir, sempre que os problemas internos de um estado ponham em risco a estabilidade mundial ou ameacem os direitos humanos de minorias locais.

O Conselho de Segurança da ONU é deixado de lado por não ser confiável, tendo em vista o direito de veto da Rússia e da China, países que normalmente têm interesses nacionais conflitantes com os dos Estados Unidos.

Esta longa resenha sobre a crise nos Balcãs tem o propósito de dar elementos para uma reflexão, à luz dos trágicos acontecimentos que a compõem, sobre as dificuldades para se chegar à solução dos problemas da atualidade, que, sem violar o Direito, promova a Justiça.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O “habitat” dos eslavos, como aliás dos ancestrais de todos os povos de língua indo-

européia, foi a Ásia. No 3º e 2º milênios a.C., juntamente com outros povos, eles migraram para oeste, ocupando boa parte da Europa leste e central.

Na primeira metade do 1º milênio a.C., as terras ocupadas pelos eslavos foram atravessadas por outros povos, também vindos da Ásia, premidos pelas condições adversas lá existentes: celtas e germanos, a caminho do Mediterrâneo; citas e sarmacianos, rumo à bacia do Danúbio. Nos séculos seguintes, esses povos influenciaram-se mutuamente, através de intenso intercâmbio cultural.

Em torno de 370 d.C., as terras ocupadas pelos eslavos e germanos foram invadidas pelos hunos, que os subjugarão. Com o colapso dos hunos em 455, teve início uma nova e importante migração dos povos eslavos. À época, os eslavos compreendiam três grandes tribos: os Antae, ou eslavos do leste; os Venedi, ou eslavos do oeste; e, os que mais interessam ao nosso tema, os Sklaveni, ou eslavos do sul. Para alguns, esta divisão é um tanto quanto artificial, já que até então os eslavos constituíam uma comunidade bastante homogênea.

Os eslavos do sul dirigiram-se para a região que compreendia a Bohemia, a Morávia, a Pannônia (a atual Croácia Oriental), a Dalmácia (ao sul da Croácia), a bacia do baixo Danúbio (onde hoje se encontra a Romênia) e a Bulgária.

Embora fosse próximo o parentesco entre as diversas tribos que compunham os eslavos do sul – croatas, eslovênios, sérvios, búlgaros, etc. –, desde a sua chegada nos Balcãs, no

século VII, eles viviam separados, não constituindo uma única nação.<sup>1</sup>

Até a segunda metade do século XIV, seu desenvolvimento foi orientado no sentido de manterem estados independentes, o que, sem dúvida, facilitou o seu domínio por outros povos – francos, germanos, magiares, búlgaros (também eslavos do sul), bizantinos, turcos otomanos, etc. –, embora isto não impedisse que se revoltassem e insurgissem frequentemente contra o jugo estrangeiro e recuperassem eventualmente a independência, embora, sem a preocupação de se unirem para a criação de um estado único, certamente mais forte e capaz de resistir aos inimigos.

Logo, às diferenças tribais vieram se somar as religiosas. Francos católicos e bizantinos ortodoxos disputaram a hegemonia na região. O trabalho missionário de Cirilo e Metódio, embora fracassasse ao longo do Danúbio médio, levou à fundação de uma Igreja Ortodoxa, difundindo o credo ortodoxo entre os eslavos do leste e os eslavos do sul, que ocupavam o território mais a leste (sérvios, macedônios e búlgaros), enquanto os eslavos do oeste e os do sul mais ocidentais (eslovenos e croatas) voltaram-se, por influência do Sacro Império Romano, para o catolicismo romano. Mais tarde, os turcos otomanos, conforme veremos, introduziriam uma terceira religião: o islamismo.

Outro complicador, este político, foi a união da Croácia com a Hungria em 1102, que acabou levando a Croácia ao domínio do império austro-húngaro; no século XIII, a suserania dos Habsburgos estendeu-se também para a Eslovênia.

A derrota dos sérvios pelos turcos na batalha de Kosovo<sup>2</sup>, em 1389, abriu os Balcãs à penetração dos turcos otomanos e transformou Kosovo no símbolo do nacionalismo sérvio. Não só chegava à região uma nova religião mas, também, uma nova influência política, tornando mais complicada uma situação já em si muito complexa.

A fraqueza do império otomano em meados do século XIX, juntamente com os interesses conflitantes das grandes potências de então com relação aos territórios controlados pelos otomanos, criou condições para a liberação dos estados eslavos nos Balcãs. A Sérvia proclamou a sua autonomia em 1830 e, em 1838, com o auxílio da Rússia, insurgiu-se contra o domínio turco e conseguiu formar um estado livre e independente, elevado, em 1882, a reino (dinastia Obrenovic).

As guerras balcânicas de 1912-3 libertaram todo o território sérvio dos otomanos e permitiram que ele se expandisse. Os sérvios recuperaram Kosovo e passaram a perseguir os albaneses que para lá tinham se deslocado durante a ocupação otomana. Estas guerras levaram também à expansão do território de Montenegro, que tinha se tornado independente em 1870 e se transformado em reino em 1910.

Nesta época, começaram a surgir as primeiras idéias da constituição de um estado único, que abrigasse todos os eslavos do sul, tanto os que ainda estavam sob domínio turco como os sujeitos à Áustria dos Habsburgos.

Com a ocupação da Sérvia pela Áustria-Hungria, no início da Primeira Guerra Mundial<sup>3</sup>, consolidou-se a idéia de que a destruição

1 N.A.: Entre os séculos VII e IX, foram formados os estados feudais da Pannônia, Dalmácia, Macedônia, Humou ou Zahumlje (região da Herzegovina), Zeta (inicialmente Dirklja e hoje Montenegro) e Raska ou Rásica (região onde se insere Kosovo-Metohija, que era denominada de Stari Srbija, antiga Sérvia).

2 N.A.: Os turcos otomanos, vindos da Ásia Menor, subjugaram, com o auxílio dos albaneses, o primeiro estado sérvio, surgido no século IX, compreendendo os atuais territórios da Bósnia e da Sérvia.

3 N.A.: Em julho de 1914, o Império Austro-Húngaro, com o apoio da Alemanha, Turquia e Bulgária, declarou guerra à Sérvia, ocupando seu território. Na sua retirada, o exército sérvio foi duramente atacado pelos albaneses.

do poder da Áustria era a condição primordial para a libertação dos povos eslavos e a sua união num estado único. A Primeira Guerra Mundial iria criar esta condição.

## A CRIAÇÃO DA IUGOSLÁVIA

O Tratado de Paz referente à Primeira Guerra Mundial colocava entre suas prioridades a criação de um estado independente que congregasse os eslavos do sul.

Em novembro de 1918, em Zagreb, o Conselho Nacional de Eslovenos, Croatas e Sérvios, representando os povos eslavos dos territórios antes ocupados pela Áustria-Hungria – isto é, as regiões da Dalmácia, Croácia, Eslovênia, Eslovênia e Bósnia (não incluindo, portanto, os territórios da Sérvia e de Montenegro) – proclamaram a reunião desses territórios para criar um novo estado que pudesse reunir os outros eslavos do sul (os da Sérvia e de Montenegro, mas não os búlgaros). Com esse objetivo, enviaram uma delegação à Sérvia.

Entrementes, a 25 de novembro, a Vojvodina votou a sua união com a Sérvia, o mesmo ocorrendo com Montenegro, a 26. A nova Sérvia passou a ter uma área de 128.300 km<sup>2</sup>.<sup>4</sup>

Em dezembro de 1918, Aleksander Karadordevic – Alexandre I –, que governava a Sérvia como regente, desde junho de 1914, em virtude da doença de seu pai Pedro I (Petar I) –, aceitou o convite para chefiar a nova nação, ficando então criado o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. O nome do novo estado, não fazendo referência a duas das cinco nacionalidades que o constituíam (montenegrinos e macedônios), estabelecen-

do, portanto, estados de primeira e segunda categoria, já fazia prever futuras dificuldades.

O grande desafio do novo reino era transformar um grupo de países, com histórias, etnias, religiões, moedas, sistemas administrativos e legais diferentes, em um estado único. Os fatos atuais indicam que este objetivo nunca foi realmente alcançado.

As dificuldades do novo estado não eram apenas de ordem interna. Diversos problemas externos – os principais eram com a Itália<sup>5</sup>, a Albânia, seu satélite<sup>6</sup>, e com a Hungria – mantinham ativa a política externa do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. Em 1920, é assinado o Tratado de Rapallo com a Itália, pelo qual esta ficava com a Istria e com o distrito de Goriza, o que deixava centenas de milhares de eslovenos e croatas sob domínio italiano; uma outra causa de atrito com a Itália era sobre o estatuto de Fiume (Rijeka), finalmente resolvido em 1924, com o Acordo de Roma, que deixava Fiume, onde havia uma pequena maioria de italianos, com a Itália, ficando o bairro de Subak, de população quase totalmente iugoslava, com a Iugoslávia. Com relação à Hungria, as dificuldades diziam respeito à Vojvodina. Tendo em vista que cerca de 1/3 da população da província era de origem magiar, os radicais húngaros, estimulados por Mussolini, almejavam a incorporação da Vojvodina à Hungria e pressionavam a Iugoslávia nesse sentido (conforme veremos logo adiante, nesta altura o reino já tinha mudado o nome para Iugoslávia).

A criação da Pequena Entente, reunindo a Iugoslávia, a Checoslováquia e a Romênia, por tratados assinados em 1920 e 1921, foi a resposta desses países ao que consideravam

4 N.A.: Posteriormente, por acordos e tratados internacionais que reajustaram ligeiramente as fronteiras da Sérvia com a Bulgária e a Albânia, a Sérvia ficou com uma área de cerca de 130.700 km<sup>2</sup>.

5 N.A.: O afastamento da Alemanha, derrotada na guerra, e da Rússia, isolada da Europa pela revolução bolchevique, da política dos Balcãs motivou a Itália a tomar para si o papel de principal potência no sudeste europeu. O maior obstáculo para esta pretensão era a Iugoslávia, sucessora do desaparecido Império Austríaco na margem oriental do Adriático.

6 N.A.: Desde 1929, a Albânia tornou-se virtualmente um satélite da Itália.

a ameaça da Hungria. Na verdade, parece uma reação totalmente desproporcionada e mal orientada, pois reunia contra um pequeno e desmilitarizado país os três grandes e bem armados países da região, não havendo nenhuma previsão com relação às ameaças muito mais concretas provenientes das grandes potências: a Alemanha em relação à Checoslováquia, a Itália em relação à Iugoslávia e a Rússia em relação à Romênia. Em novembro de 1927, a assinatura de um tratado de amizade entre a Iugoslávia e a França foi mais significativo para a segurança da Iugoslávia, pois ela passou a ser considerada como membro do sistema francês.

Após essa digressão sobre as relações do novo país com seus vizinhos e com as potências européias, voltemos um pouco no tempo para a análise da situação interna da Iugoslávia.

Depois da adesão da Sérvia ao Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, foi instalada em 1920 a Assembléia Constituinte<sup>7</sup>, para institucionalizar o país. Em agosto de 21, com a morte de Pedro I, Alexandre assumiu a coroa. A Constituição foi promulgada pouco depois, sendo adotado o sistema de monarquia parlamentar e mudado o nome do país para Iugoslávia – terra dos eslavos do sul.

A Constituição de 1921 fundamentava-se em princípios centralistas: todo o poder estava concentrado nas mãos do monarca e de sua *entourage*, uma burguesia grã-sérvia que apoiava a dinastia Karadordevic; ela não levava em conta a diversidade dos povos que constituíam a Iugoslávia, não garantindo os seus direitos nacionais, sociais ou políticos (a exceção eram os sérvios). O descontentamento popular, em especial na Croácia e em Montenegro, foi crescendo rapidamente, pois embora a aspiração geral fosse a constituição

de um estado único, era inaceitável uma hegemonia sérvia tão absoluta.

Para conter a crescente animosidade e manter a ordem pública, foi necessário usar o Exército e a polícia sérvios de forma violenta, o que só fez aumentar o descontentamento e a reação pública, criando-se um círculo vicioso – revolta, repressão, mais revolta, maior repressão – em que a tensão aumentava cada vez mais.

Em 1926, a crise econômica levou a uma série de distúrbios, com greves sucedendo-se nos dois anos seguintes. Em 1928, o desentendimento entre sérvios e croatas atingiu níveis insuportáveis, levando o rei a convocar os líderes da oposição (não-sérvios) e pedir-lhes que apresentassem uma saída para a crise.

A proposta da oposição sugeria uma completa reformulação do estado, criando-se sete unidades federativas autônomas, o que atendia à reivindicação croata de uma federação de unidades com elevado grau de autonomia, mas era totalmente inaceitável para a Sérvia, que perderia o controle sobre as províncias de Vojvodina, Montenegro, Bósnia e Macedônia, consideradas pelos sérvios como integrantes da Grande-Sérvia (a Vojvodina, mas não Kosovo, constituiria uma unidade federativa).

## A DITADURA MONÁRQUICA (1929 - 34)

Julgando a proposta inaceitável, o rei chamou a si o problema e, para resolvê-lo, assumiu todos os poderes: em 1929, a Constituição é abolida, o Parlamento dissolvido e um general é colocado pelo rei à frente do governo. Instala-se assim uma ditadura monárquica, apoiada na força militar e na policial.

<sup>7</sup> N.A.: As eleições para a Assembléia processaram-se num clima de terror, criado pela polícia sérvia. Ver *La lutte de libération des peuples Yougoslaves - 1941-1945*, s/autor, ed. Iugoslavija, 1961, 158 p.

O rei pretendia atuar no sentido de acabar com os nacionalismos sérvio, croata e esloveno, de forma que, com o desaparecimento desses, pudesse surgir o nacionalismo iugoslavo. Ele pensava conseguir isso, pois julgava conhecer o povo melhor que os políticos, estando, portanto, melhor capacitado do que eles para empreender essa tarefa. Infelizmente, esses grandes objetivos não foram atingidos: apesar dos esforços do rei, o novo regime perpetuou a hegemonia da Sérvia e aumentaram os abusos da burocracia e a repressão policial.

A reorganização administrativa de outubro de 1929, que criava nove províncias, cujas fronteiras foram projetadas por Alexandre I para acabar com as divisões territoriais históricas, foi mais desvantajosa para os não-sérvios do que para os sérvios. A abolição dos partidos políticos de inspiração religiosa ou com conotação regional enfraqueceu o sistema partidário de modo geral, prejudicando tanto sérvios como não-sérvios. Alexandre I procurou colaboradores em todas as nacionalidades, mas não conseguiu alistar nenhum croata de expressão do Partido Camponês Croata, que, na época, congregava toda a nação croata.

Uma Lei para a Defesa do Reino impôs penalidades drásticas para atos de terrorismo, sedição e propaganda comunista, e serviu para justificar prisões e maus tratos aos opositores do governo. A ditadura também tirou do cargo autoridades locais eleitas e suspendeu a irremovibilidade dos juizes.

Uma nova Constituição, outorgada em setembro de 1931, introduziu uma lei eleitoral que assegurava folgada maioria para o governo.

Em novembro de 1932, os líderes dos mais importantes partidos da Croácia reuniram-se

em Zagreb e lançaram uma proclamação denunciando a hegemonia da Sérvia e exigindo a reorganização do estado de modo a assegurar que nenhuma nação da Iugoslávia isoladamente pudesse dominar as outras. Os princípios da proclamação foram aprovados por representantes dos sérvios da Vojvodina, dos eslovenos e, também, dos muçulmanos da Bósnia. O governo reagiu com a prisão dos líderes eslovenos e dos muçulmanos e levou a julgamento o líder croata Macek, de acordo com a Lei de Defesa do Reino; em abril de 1933, ele foi condenado a cinco anos de prisão.

Mesmo na Sérvia, o regime foi se tornando crescentemente impopular, com os líderes democratas expressando sua simpatia com as exigências croatas por liberdades democráticas, embora divididos quanto à questão da hegemonia sérvia: alguns apoiavam a proposta croata de uma federação de iguais e outros consideravam que tal medida levaria à desintegração do Estado. Mesmo, porém, os que defendiam a federação achavam difícil concordar com os croatas quanto ao *status* da Vojvodina e da Bósnia nessa federação e muito menos podiam aceitar, como previsto, autonomia para a Macedônia.<sup>8</sup>

## A REGÊNCIA (1935-41)

Em outubro de 1934, Alexandre I foi assassinado por um terrorista macedônio quando em visita a Marselha (França). O assassinato foi cometido por instigação da Itália e da Hungria, que pressionavam por melhores condições para a Macedônia.

Como o filho de Alexandre, Pedro, era menor, o país passou a ser governado por uma regência trina, sendo primeiro regente o Príncipe Paulo, primo de Alexandre. As eleições parlamentares de maio de 1935 foram

8 N.A.: Durante o período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, mesmo antes da implantação da ditadura de Alexandre I, a Macedônia estava sujeita a um regime especial, não podendo o dialeto macedônio ser usado em público nem ser organizado qualquer partido político.

bastante livres; embora o governo tenha vencido a disputa para quase todos os assentos no Parlamento reservados à Sérvia, a vitória da candidatura de Macek na Croácia – ele foi libertado antes das eleições – foi esmagadora: além do apoio maciço dos croatas, ele contava com o apoio da oposição sérvia. Este resultado levou Paulo a escolher para *premier* um sérvio, Stojadinovic, que favorecia a conciliação com os croatas.

Stojadinovic adotou uma política de estreitamento dos laços da Iugoslávia com a Alemanha, na suposição de que, com o seu apoio, ele poderia reconciliar a Iugoslávia com seus vizinhos hostis em termos aceitáveis; os tratados da Iugoslávia com a Bulgária e com a Itália, de janeiro e março de 1937, respectivamente, pareciam justificar essas esperanças. Esta reaproximação com a Alemanha traria, porém, conseqüências indesejáveis: ela levou a Iugoslávia a se afastar de seus amigos tradicionais, a França e a Tchecoslováquia e, o que era ainda mais grave, fez com que Stojadinovic, empolgado pelo nacional-socialismo, se julgasse o Führer da Iugoslávia, senhor absoluto do país; ainda em 37, a Iugoslávia denunciou o Acordo Balcânico e a Pequena Entente, ficando sem aliados, incapaz de resistir às pressões alemãs.

A Alemanha expandiu a sua presença na Iugoslávia, assumindo posições-chaves na sua economia. As relações da Iugoslávia com a Itália, sempre tensas após a Primeira Guerra Mundial, devido às questões de difícil solução relativas às fronteiras dos dois países, melhoraram, sendo concluído em 1935 – um momento em que a Itália invadia a Etiópia – um acordo de comércio e um acordo político.

A eleição parlamentar de dezembro de 1938 deu ao partido governamental, a União Radical Iugoslava, 60% dos votos, e à Oposição Unida, fundada em outubro de 1937 por seguidores de Macek e por democratas sérvios, 40%.

Temendo a aproximação da guerra, o Príncipe Paulo considerou ser essencial resolver a questão croata de uma vez por todas; desiludido com a atuação de Stojadinovic, decidiu substituí-lo. Em fevereiro de 1939, ele nomeou *premier* Dragisa Cvetkovic.

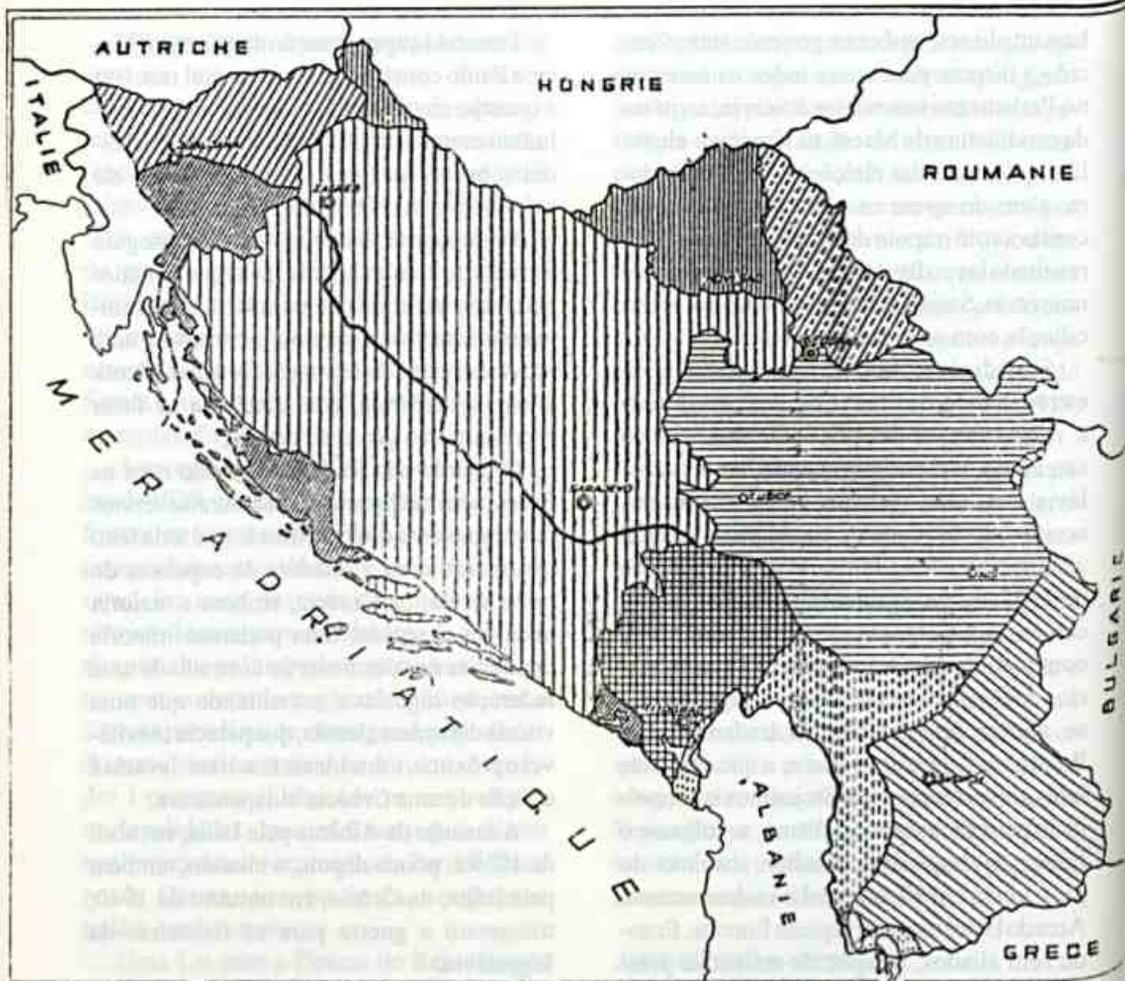
Já em agosto, o novo *premier* conseguiu um acordo com a Croácia, pelo qual a maior parte dos territórios de população predominantemente croata passou a constituir uma província, cuja administração foi dada a Macek e seus partidários, com direito a se fazer representar no governo central.

O acordo não foi bem recebido nem na Sérvia nem na Croácia: os democratas sérvios julgaram-se traídos por Macek, que teria feito um acordo com a ditadura às expensas do povo sérvio; na Croácia, embora a maioria apoiasse o acordo, uma poderosa minoria opunha-se raivosamente ao conceito de uma federação iugoslava, acreditando que uma vitória das armas alemãs, que parecia inevitável e próxima, e dos ideais fascistas, levaria à criação de uma Croácia independente.

A invasão da Albânia pela Itália, em abril de 1939 e, pouco depois, a invasão, também pela Itália, da Grécia, em outubro de 1940, trouxeram a guerra para as fronteiras da Iugoslávia.

O príncipe Paulo, cujas simpatias estavam com a Grã-Bretanha, tentou preservar a neutralidade do país, mas as pressões do Eixo tornaram-se fortes demais e, em março de 1941, Cvetkovic assinou a adesão da Iugoslávia ao Pacto Anti-Comintern, aliando-se, pois, a Alemanha, Itália e Japão.

Apenas dois dias mais tarde, um *putsch* dirigido pelo General Simovic e por oficiais da Força Aérea derrubou o governo. O novo governo, tendo como *premier* Simovic, foi constituído por representantes dos partidos da oposição sérvia, permanecendo, entretanto, nos seus postos os ministros eslovenos e croatas do governo anterior; o Rei Pedro é proclamado maior, pondo um fim à regência.



## PARTILHA DA IUGOSLÁVIA ANTES DA OCUPAÇÃO

(Abril de 1941)

OBS.: O território do Montenegro é administrado pelo governo italiano.

-  TERRITÓRIO QUE OS ITALIENS ANEXAM A ITÁLIA
-  "ESTADO INDEPENDENTE DE CRÓACIA"
-  TERRITÓRIO ANEXADO PELA HUNGRIA
-  TERRITÓRIO ANEXADO PELA BULGÁRIA
-  TERRITÓRIO DE SÉRVIA OCUPADO PELA ALEMANHA

-  ANCIENNE FRONTIÈRE ITALO-YOUGOSLAVE
-  LIGNE DE DÉLIMITATION ITALO-ALLEMANDE ET ÉTAT INDEPENDANT DE CRÓACIE
-  TERRITÓRIO ANEXADO PELA ALEMANHA
-  LE BANAT SOUS L'ADMINISTRATION ALLEMANDE
-  TERRITÓRIO ANEXADO PELA ITALIE

(La lutte de libération des peuples yougoslaves)

Apesar das simpatias das novas lideranças estarem também com a Grã-Bretanha, o principal objetivo delas era evitar o envolvimento da Iugoslávia na guerra – a adesão ao Pacto Anti-Comintern era um passo comprometedor, daí o golpe de Estado –, para tanto procurando convencer o governo alemão da sua lealdade; o governo de Simovic manteve-se sempre irresoluto e continuou com a política anterior de, através de compromissos diplomáticos, dissuadir a Alemanha e seus aliados de atacarem a Iugoslávia. Entretanto, Hitler, ainda ressentido com a demissão do Stojadinovic e a derrubada de seu governo, que, com grande esforço, ele havia estabelecido na Iugoslávia, não quis correr novos riscos: a 6 de abril de 1941, após pesados ataques aéreos contra Belgrado, invadiu a Iugoslávia a partir da Hungria, Bulgária e Romênia. Em apenas dez dias, o Exército iugoslavo, mal dirigido e mal organizado, sem sequer completado a sua mobilização, capitulou. O Rei Pedro, o *premier* Simovic e outros membros do gabinete fugiram para Londres, via Oriente Médio.

## A PARTILHA DA IUGOSLÁVIA

Com a capitulação da Iugoslávia, teve início sua partilha: a Eslovênia foi dividida entre a Alemanha e a Itália; a Itália tomou para si parte da Dalmácia e, em nome da Albânia, seu satélite, o distrito de Kosovo, com uma expressiva parte da população de origem albanesa, e a Macedônia Ocidental, onde havia uma importante minoria também albanesa; a Itália estabeleceu ainda um protetorado em Montenegro; a Bulgária ficou com a maior parte da Macedônia iugoslava (além da Macedônia Oriental, ou Macedônia do Egeu, parte integrante da Grécia); a Hungria anexou a metade ocidental da Vojvodina e alguns pequenos distritos na fronteira da Croácia, onde há importantes minorias magiares; a Croácia, incluindo toda a Bósnia

e a parte da Dalmácia que não ficou com a Itália, foi tornada independente e entregue aos croatas que haviam apoiado a Alemanha, constituindo o estado de Ustasha; a Sérvia permaneceu ocupada, sob um governo fantoche; finalmente, a metade oriental da Vojvodina ficou sob administração militar alemã, muito influenciada pela minoria alemã que residia na área (ver figura 1).

Com a partilha, a Itália, diretamente ou através da Albânia, na prática um satélite da Itália, passou a dominar as duas margens do Adriático e, com a ocupação da Grécia, também o Mar Jônico.

O sonho de Mussolini de criar uma Grande Albânia, sob a tutela da Itália, levou-o a incentivar a expulsão dos sérvios e montenegrinos de Kosovo: cerca de 100 mil sérvios e montenegrinos foram expulsos da província e mais de 10 mil foram mortos; de 80 mil a 100 mil albaneses transferiram-se para Kosovo, ocupando as propriedades deixadas pelos sérvios. Desta maneira, a distribuição das etnias em Kosovo foi drasticamente mudada: em 1929, a proporção de sérvios e montenegrinos era de 61% contra 39% de albaneses e de representantes de outras etnias; em 1941, às vésperas da invasão alemã, a proporção dos dois grupos étnicos já era praticamente a mesma e, conforme o censo de 1991, os albaneses, em boa parte em consequência da política do tempo de Mussolini, já representavam 82,2% da população. As perseguições dos sérvios aos albaneses em Kosovo têm, portanto, fortes conotações históricas: eles reivindicam para si um território que, no início da década de 30, era majoritariamente ocupado pelos sérvios e de onde eles foram sendo paulatinamente substituídos por albaneses graças à interferência estrangeira.

## PARTISANS E CHETNIKS

A resistência armada à ocupação começou na Bósnia e, de início pelo menos, foi uma

reação ao massacre dos sérvios da Bósnia pelos fascistas croatas, fato que entrou para os anais da Segunda Guerra Mundial como o segundo mais selvagem episódio da guerra, só perdendo para o extermínio em massa dos judeus poloneses, o mais revoltante episódio do holocausto. Os sérvios que escaparam fugiram para as montanhas em busca de proteção.

No início do verão de 1941, a luta contra os alemães teve início na Sérvia, sob a liderança de um coronel do exército regular iugoslavo, Dragoljub (Draza) Mihajlovic; quando Hitler atacou a URSS, os comunistas iugoslavos atacaram, por sua vez, os alemães na Sérvia e em Montenegro, abrindo uma nova frente de luta contra os invasores. O êxito das duas forças, a dos comunistas e a de Mihajlovic, que de início colaboravam na luta contra o inimigo comum, foi grande, conseguindo liberar uma boa parte desses territórios. A figura 2 mostra as áreas liberadas em setembro de 1941. Pouco depois, porém, em novembro, os alemães expulsaram da Sérvia praticamente todas as forças da resistência e, em represália, massacraram milhares de civis.

A colaboração entre as duas forças que se opunham aos alemães não continuaria por muito tempo. Suas divergências políticas logo se tornaram aparentes, pondo um fim à colaboração. Uma das razões para o rompimento – talvez um pretexto – era o apoio que Mihajlovich recebia de várias unidades militares sérvias, que estavam estabelecidas em território ocupado pelos italianos, e que tinham lutado, sob comando italiano, contra guerrilheiros comunistas; este fato foi devidamente explorado pelos **partisans** – **liderados por Josip Broz Tito**, o croata secretário do Partido Comunista Iugoslavo –, que passavam a acusar os **chetniks de Mihajlovic** de colaboração com o inimigo.

Durante os três anos seguintes, as forças comunistas cresceram e conquistaram a opinião pública iugoslava, enquanto as forças

de Mihajlovic, apesar do reconhecimento do governo iugoslavo no exílio, perderam expressão e prestígio. O *slogan* adotado pelos partisanos, de que lutavam pela unidade de todas as nações da Iugoslávia contra os invasores e os “traidores”, tinha forte apelo emocional, arrastando para suas fileiras milhares de voluntários; o ideal da união de todos parecia a única alternativa aos massacres fraticidas, como o dos sérvios pelos croatas na Bósnia, já mencionado, e o dos croatas e muçulmanos pelos sérvios nacionalistas ligados a Mihajlovic.

Nos territórios liberados pelos comunistas, Tito estabeleceu um esboço de administração, usando pessoal local sem qualquer vinculação com o antigo regime, e um eficaz sistema de recrutamento para o Exército. Embora o pessoal convocado para a administração local pudesse ter diversas opiniões políticas, ou mesmo nenhuma, era firmemente controlado pela célula comunista ali estabelecida.

Em novembro de 1942, os comunistas anunciaram a criação de um corpo legislativo provisório – o Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia – e, um ano mais tarde, o estabelecimento de um Governo Provisório. As figuras 2 e 3 mostram as regiões liberadas ou semiliberadas quando da criação do Conselho e da instalação do Governo Provisório, respectivamente. A figura 4 mostra o mesmo em novembro de 1943.

Desde o verão de 1943, os governos britânico e americano faziam esforços para tentar reconciliar os seguidores de Tito com o governo no exílio (Rei Pedro); desde essa época, o Comando Britânico no Mediterrâneo mantinha contactos com os *partisans* de Tito. Todos esses esforços esbarravam, porém, no fato de que, desde janeiro de 1942, o governo no exílio tinha indicado Mihajlovic como ministro da Guerra, tornando a aproximação impossível, pois, nesta altura, os *partisans* e *chetniks* estavam engajados numa guerra



Figura 2 – Territórios liberados e semiliberados em setembro de 1941

nação de liberar o território da Iugoslávia para que não fosse ocupado pelo que restava da Alemanha nazista. O novo governo iugoslavo, formado em 1945, tinha o objetivo de estabelecer uma federação regional, de modo a garantir a liberdade para a constituição de novos Estados, permitindo a maior autonomia possível para os povos da região. O novo governo iugoslavo, formado em 1945, tinha o objetivo de estabelecer uma federação regional, de modo a garantir a liberdade para a constituição de novos Estados, permitindo a maior autonomia possível para os povos da região.

Na noite de 26 e 27 de novembro de 1942, a primeira sessão do Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia reuniu-se em Titogrado (atual Belgrado) para discutir a situação da Iugoslávia e a possibilidade de estabelecer uma federação regional, de modo a garantir a liberdade para a constituição de novos Estados, permitindo a maior autonomia possível para os povos da região.

Atendendo ao desejo dos iugoslavos, o novo governo iugoslavo, formado em 1945, tinha o objetivo de estabelecer uma federação regional, de modo a garantir a liberdade para a constituição de novos Estados, permitindo a maior autonomia possível para os povos da região.

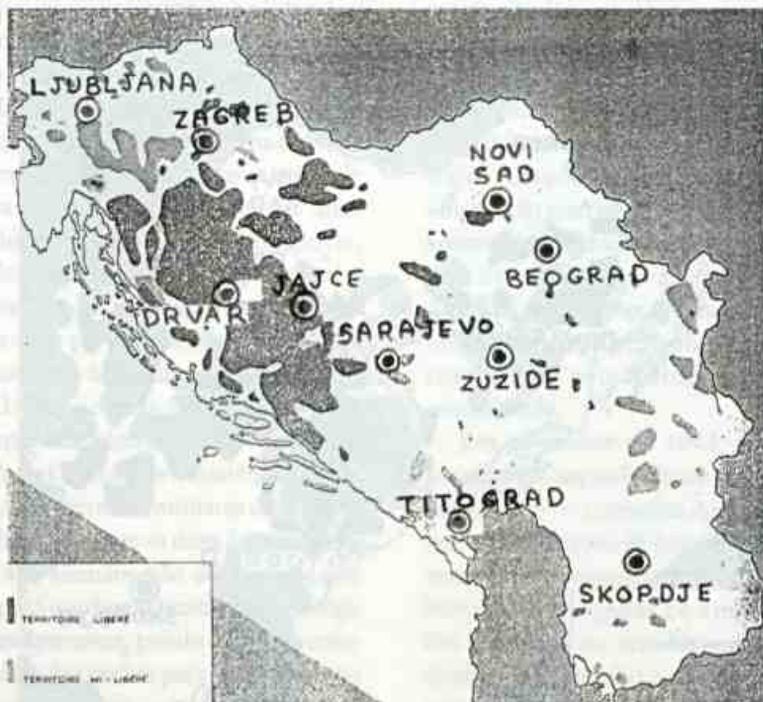


Figura 3 – Territórios liberados e semiliberados por ocasião de primeira sessão do Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia em 26 e 27 de novembro de 1942.

Atendendo ao desejo dos iugoslavos, o novo governo iugoslavo, formado em 1945, tinha o objetivo de estabelecer uma federação regional, de modo a garantir a liberdade para a constituição de novos Estados, permitindo a maior autonomia possível para os povos da região.

Atendendo ao desejo dos iugoslavos, o novo governo iugoslavo, formado em 1945, tinha o objetivo de estabelecer uma federação regional, de modo a garantir a liberdade para a constituição de novos Estados, permitindo a maior autonomia possível para os povos da região.



Territórios liberados e semiliberados por ocasião da segunda sessão do Conselho Antifascista de Libertação Nacional da Iugoslávia, em 29 de novembro de 1943

civil não menos acerba do que a guerra nacional contra os invasores.

Com a entrada do exército vermelho na Sérvia, em outubro de 1944, e a liberação de Belgrado com a participação dos partisans, Tito assumiu um tom arrogante com as potências ocidentais, que, afinal, aceitaram o inevitável: em janeiro de 1945, foi estabelecida uma regência, que assumiu todos os poderes do rei; alguns líderes políticos exilados, não compreendendo ainda o que ocorria na Iugoslávia, retornaram para Belgrado.

## A IUGOSLÁVIA DE TITO

Tão logo terminou a guerra, Tito estendeu o seu governo provisório de guerra para todo o país. Tentando dar um aspecto legal ao governo "de fato", foi nomeado um novo Governo Provisório – constituído por 20 representantes do Conselho Antifascista de Tito, três do governo no exílio e cinco de partidos políticos de antes da guerra – totalmente dominado pelos comunistas. Tito foi nomea-

do primeiro-ministro e um representante do partido do rei, Ministro das Relações Exteriores. Um Parlamento provisório reuniu-se em abril, formado por representantes de todas as regiões do país, sendo 68 ligados aos antigos partidos políticos e 13 independentes.

O governo provisório teve a incumbência de preparar as eleições que indicariam os membros que comporiam um parlamento bicameral, com poderes constituintes. A campanha eleitoral que se seguiu foi organizada de modo a garantir na Constituinte ampla maioria para a Frente Popular de Tito, a organização por trás da qual operava o Partido Comunista: todos os acusados de colaboração com o inimigo não tiveram direito de voto e não foi permitida nenhuma oposição política à Frente Popular. As restrições impostas a uma eleição livre levaram os três representantes do partido do rei a deixar o governo.

Nessas condições, a vitória da Frente foi esmagadora. Embora as pressões para que Tito obtivesse ampla maioria tivessem sido enormes, é fora de qualquer dúvida que, à

época, os partisanos tinham quase que total apoio popular.

A Assembléia Constituinte foi um instrumento dócil do Partido Comunista. Ela aboliu a monarquia (que ainda era popular em algumas regiões da Sérvia) e proclamou uma República Federalista Popular, composta de seis repúblicas autônomas: a Sérvia – incluindo a província autônoma de Vojvodina e a região autônoma de Kosovo-Metohija –, a Croácia, a Eslovênia, a Bósnia-Herzegovina, Montenegro e a Macedônia. As diversas repúblicas podiam usar as suas respectivas línguas nacionais e o seu pessoal para o preenchimento da administração local – para a Macedônia pela primeira vez na sua história –, mas todas as demais questões ficavam entregues ao governo central.

O governo foi extremamente centralizado sob a alegação de que, sendo grandes os danos causados pela guerra, a centralização era indispensável para acelerar a reconstrução e recuperação do país.

Além da reorganização do país, a nova Constituição, promulgada em janeiro de 1946 e inspirada na Constituição soviética de 1936, determinou a nacionalização da indústria; limitou a propriedade residencial, dispondo que cada um seria dono da casa que na ocasião ocupasse; fez a reforma agrária, limitando a propriedade privada no campo a 45 hectares; confiscou todas as terras de mais de 10 hectares pertencentes a igrejas, bancos e outras corporações. Posteriormente, a posse privada de terras agricultáveis foi reduzida para até 10-15 hectares.

Um plano quinquenal foi introduzido para estimular o desenvolvimento econômico, sendo um dos seus principais objetivos promover rapidamente a industrialização; os conselhos soviéticos foram dispensados, mas não os créditos.

Nesta fase inicial de seu governo, as relações de Tito com o Ocidente eram hostis, pois ele temia o apoio ocidental a uma contrarrevolução a favor do rei. As relações com a União Soviética, embora na aparência muito boas, escondiam muito atrito entre as cúpulas dirigentes dos dois países, em especial pelo espírito independente de Tito; já as relações com os países comunistas vizinhos eram excelentes, em especial com a Bulgária<sup>9</sup> e com a Albânia<sup>10</sup>; as relações com a Igreja Católica eram tensas, não só pela política anti-religiosa dos comunistas mas, também, pela declarada e ativa oposição da Igreja ao governo de Tito.

A deterioração das relações com a União Soviética deveu-se à persistente independência da política externa da Iugoslávia. Em junho de 1948, Stalin acusou Tito de heresias com relação aos princípios marxistas-leninistas e fez expulsar a Iugoslávia do Cominform. Todos os estados comunistas fizeram coro com as denúncias stalinistas e romperam relações diplomáticas com a Iugoslávia, sendo que o rompimento da Albânia foi feito em termos particularmente virulentos. Embora as tentativas de Stalin para derrubar Tito, fomentando uma guerra civil na Iugoslávia, não tenham tido êxito, o boicote econômico trouxe graves problemas para o país.

9 N.A.: A Iugoslávia e a Bulgária chegaram a discutir a possibilidade de formação de uma federação, em 1946-7, que fracassou por falta de entendimento e devido à oposição soviética; os entendimentos, porém, levaram à unificação da Macedônia do Pireu, que era parte da Bulgária, com a Macedônia iugoslava, dando nova dimensão territorial à República Socialista da Macedônia; um acordo secreto entre os dois países dava ainda à Iugoslávia o direito de, no futuro, incorporar, à República Socialista da Macedônia, a Macedônia do Egeu, pertencente à Grécia.

10 N.A.: Com a Albânia, as relações eram particularmente estreitas; a Iugoslávia dava não só ajuda econômica, mas muita orientação política.

O processo de Laszlo Rajk na Hungria, uma farsa evidente montada por Stalin para provar aos países satélites a traição de Tito, provocou em todos esses países movimentos de massa, com as multidões, empolgadas por uma emoção quase religiosa, expressando o seu ódio ao líder iugoslavo e o seu amor à URSS, ao socialismo, à paz e a Stalin.

A Iugoslávia voltou-se então para o Ocidente em busca de ajuda, em especial para o Reino Unido, Suécia, Suíça e, inicialmente, para firmas privadas norte-americanas. A ajuda não foi negada, tendo em vista o interesse dos países ocidentais em dar condições à Iugoslávia para se manter livre do domínio soviético. Os Estados Unidos logo se alinharam com os países prestadores de ajuda. No período de 1950-60, a ajuda dos Estados Unidos totalizou US\$ 2,4 bilhões e a da Grã-Bretanha 120,4 milhões, dando condições para a Iugoslávia desenvolver um parque industrial moderno, reorganizar seu comércio exterior com o Ocidente, modernizar a agricultura e estabelecer Forças Armadas bem equipadas e bem treinadas. Os contatos técnicos e culturais com o Ocidente deram uma importante contribuição para o desenvolvimento da Iugoslávia nesse período.

Tendo feito algumas concessões quanto à indenização a ser paga aos proprietários que tiveram seus bens nacionalizados, a Iugoslávia conseguiu que os Estados Unidos concordassem com o desbloqueio do ouro do Banco Nacional da Iugoslávia, transferido

para a América em 1941, quando da fuga do governo para a Inglaterra, uma antiga e insistente reivindicação iugoslava.

Numa prova de boa vontade para com o Ocidente, Tito fechou a fronteira da Iugoslávia com a Grécia, cessando toda a ajuda direta e indireta que a Iugoslávia vinha dando aos insurgentes comunistas gregos durante a Guerra Civil Grega (1946-9).

Livre da tutela soviética, a Iugoslávia pôde desenvolver novas teorias e práticas comunistas, criando um sistema logo conhecido

como "titoísmo", cuja essência era o direito de cada país construir o seu próprio caminho para o socialismo e o de exercer plenamente, sem interferências externas, a sua soberania.

As mudanças não tardaram: as fazendas cooperativas foram abandonadas, podendo os camponeses voltar para o sistema privado; o estado policial altamente

centralizado foi dando lugar à descentralização da administração política e da direção da economia, atribuindo-se novos poderes e responsabilidades às repúblicas e também às comunas em que as repúblicas eram divididas; foram criados conselhos de trabalhadores nas fábricas, com o poder de compartilharem a direção com os chefes e, inclusive, participarem das decisões relativas à distribuição de lucro.

Duas novas constituições incorporaram essas mudanças e reestruturaram os órgãos de governo: a de janeiro de 1953, que substituiu a de 1946, e a de abril de 1963.

---

**Graças a esta mudança da atitude soviética para com a Iugoslávia, esta pôde melhorar as suas relações com as demais nações comunistas e, em função dessa melhoria, a Iugoslávia foi capaz de influenciá-las para que obtivessem maior independência em relação a Moscou**

---

Apesar das reformas, os comunistas mantiveram o controle do estado: a oposição política continuou proibida e foi tratada como atividade antiestado – os casos de Milovan Djilas, autor de *A Nova Classe*, e de Mihajlo Mihajlov são típicos da repressão aos críticos do sistema.

Em agosto de 1954, foi assinada uma aliança envolvendo a Iugoslávia, a Turquia e a Grécia; para Tito, a aliança era uma garantia da segurança de suas fronteiras no sul; embora a aliança tenha contribuído para melhorar as relações entre os três países, nunca evoluiu para uma verdadeira aliança que ensejasse uma estreita cooperação em todos os campos, tomando-se letra morta tão logo as circunstâncias tornaram inexistente a ameaça soviética.

Um acordo com a Itália, também de 1954, pôs um ponto final à questão de Trieste: a Itália ficou com a Zona A, que incluía Trieste, e a Iugoslávia com a Zona B, onde houve algumas retificações da fronteira na região da Istria, favoráveis à Iugoslávia. A partir daí, as relações entre os dois países tornaram-se finalmente amigáveis, de que resultou uma expansão no comércio bilateral.

A partir de 1955, os soviéticos tentaram uma reaproximação com Tito. Numa visita a

Belgrado, Bulganin e Krushev pedem desculpas pela expulsão da Iugoslávia do Cominform. A evolução dessas relações foram, porém, lentas, já que o desconfiado Tito impunha condições para a melhoria das relações: o reconhecimento do direito da Iugoslávia à soberania plena e o de desenvolver a sua própria forma de comunismo; a dissolução do

Cominform<sup>11</sup>; a exigência de ser acelerada a desestalinização nos países satélites, especialmente na Hungria.

A revolta da Hungria em 1956 interrompeu o esforço de reaproximação. As reformas democráticas de Imre Nagy<sup>12</sup> tinham a simpatia de Tito, mas a evolução posterior da situação – revolta popular e violenta repressão soviética – tornaram patente para os líderes iugoslavos

toda sua impotência diante do poder soviético, nada podendo fazer contra a brutalidade da intervenção.<sup>13</sup> A revolta húngara fez também renascer na Iugoslávia o receio de uma contra-revolução, o que contribuiu para impor cautela a Tito. A Iugoslávia condenou a intervenção soviética de outubro, mas considerou a de novembro inevitável.

As relações com a URSS esfriaram. Nem mesmo o reconhecimento pela Iugoslávia da República Democrática Alemã, em

---

### Breve, Tito desempenhava um papel preponderante no movimento dos países não-alinhados, como também Nehru, Nasser e alguns outros

---

11 N.A.: O que ocorreria em 1956.

12 N.A.: As reformas democráticas de Imre Nagy – ele acabou com os campos de concentração e as deportações para os opositores do regime, características do regime anterior de Mátyás Rákosi, e libertou os presos políticos – levaram à sua deposição em 1955, pelo núcleo comunista que se opunha às reformas, trazendo de volta ao poder Rákosi, totalmente submisso a Moscou; este, pouco depois, foi substituído, por determinação de Krushev, por Ernő Gerő, num esforço para conter a crescente insatisfação popular. Em 1956, uma revolta popular trouxe de volta ao governo Imre Nagy, à frente de uma coligação de partidos democráticos. Duas intervenções soviéticas (uma em outubro e a outra em novembro) puseram fim, brutalmente, à revolta.

13 N.A.: A Iugoslávia nada pôde fazer quando a União Soviética simplesmente ignorou a proteção diplomática que ela havia dado a Imre Nagy, que foi então preso e logo fuzilado.

setembro de 57, e a conseqüente ruptura de relações diplomáticas com a República Federal Alemã, foram suficientes para melhorar essas relações.

A Iugoslávia continuou como o país comunista herético, recusando-se a aderir ao Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECOM) e ao Pacto de Varsóvia. As intenções de Tito com relação ao Ocidente eram de manter uma amizade cautelosa; ele visitou o Reino Unido em 1953 e os Estados Unidos em 1960 e 1963.

Com a recusa soviética em ajudar a nuclearização da China, as relações entre os dois países deterioraram-se em 1960, o que repercutiu nas relações entre a Iugoslávia e a URSS. Na busca de apoios na área comunista, a URSS mostrou-se disposta a fazer concessões: em relação à Iugoslávia, ela estabeleceu as condições para um comércio bilateral favorecido, facilitou créditos e reconheceu a independência da Iugoslávia dentro do bloco comunista. Graças a esta mudança da atitude soviética

para com a Iugoslávia, esta pôde melhorar as suas relações com as demais nações comunistas e, em função dessa melhoria, a Iugoslávia foi capaz de influenciá-las para que obtivessem maior independência em relação a Moscou.

Apesar dos violentes ataques da China ao revisionismo de Tito, a Iugoslávia recusava-se a apoiar integralmente a URSS contra a China, defendendo, por exemplo, a entrada da China nas Nações Unidas.

A política externa iugoslava era de não-alinhamento com nenhum dos dois blocos, desenvolvendo para tanto relações de amizade com outros países igualmente fracos para, juntos, poderem ter alguma influência num mundo dominado pelas duas superpotências.

Breve, Tito desempenhava um papel preponderante no movimento dos países não-alinhados, como também Nehru, Nasser e alguns outros.

As reformas constitucionais de 1965 e 1974 aumentaram a autonomia das províncias sérvias de Vojvodina e de Kosovo, que passaram a contar com administração e política próprias e tiveram direito à representação na administração da Federação.

A Constituição de 1974 teria, porém, mais tarde – após a morte de Tito e, principalmente, depois do fim da Guerra Fria –, efeitos desagregadores sobre a Iugoslávia, provocando uma crise econômica e institucional que levaria ao ressurgimento do nacionalismo regional e, em conseqüência, de movimentos separatistas.

#### **A DESAGREGAÇÃO DA IUGOSLÁVIA** (Ver figura 5)

Após a morte de Tito, em 1980, as tensões étnicas na região aumentaram: nos anos de 1981 e 1983 ocorreram graves conflitos.

Durante toda a década de 80, a economia até então exitosa da Iugoslávia deteriorou-se, em boa parte por incompetência dos dirigentes, contribuindo para que os movimentos nacionalistas ganhassem força em todo o país: em 1986, um grupo de intelectuais sérvios publicou um manifesto em que conclamava os sérvios espalhados por toda Iugoslávia a cultivarem o seu nacionalismo, o que, por efeito de reação, levou eslovenos e croatas, com o seu nacionalismo exacerbado, a propugnares pelas respectivas independências; o crescente sentimento anticomunista entre eles contribuía de forma não desprezível para este desejo de ruptura.

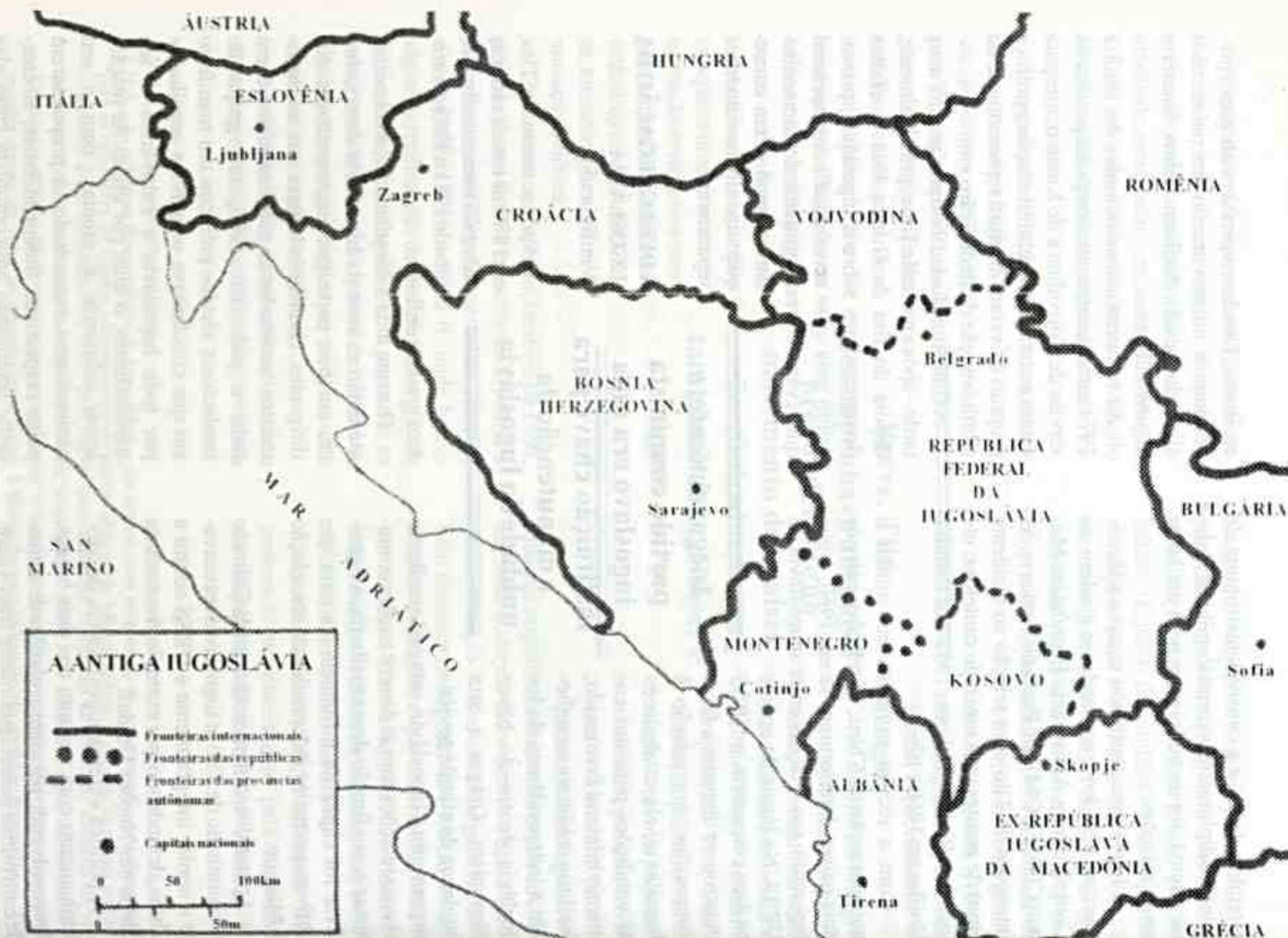
---

---

### **Inegavelmente, o partido comunista iugoslavo era uma instituição chave para a manutenção da unidade da Iugoslávia**

---

---



O fim da Guerra Fria, anunciado pela queda do muro de Berlim em 1989, estimulou os conflitos nacionalistas, já que o receio de que eles pudessem levar a uma guerra mundial desaparecia, e criou condições para o colapso do partido comunista iugoslavo, concretizado em janeiro de 1990; inegavelmente, o partido era uma instituição chave para a manutenção da unidade da Iugoslávia.

Nas eleições de maio de 1990, que contaram com a presença de inúmeros partidos políticos, em todas as repúblicas os nacionalistas mais radicais chegaram ao poder.

Na Croácia, com a vitória nas eleições da União Democrata Croata, partido do nacionalista Franjo Tudjman, teve início a perseguição sistemática da expressiva minoria sérvia radicada na Croácia, como acontecera durante a existência do estado facista de Ustasha, criado após a ocupação da Iugoslávia na Segunda Guerra Mundial por alemães e italianos. Ao ser promulgada uma nova Constituição, que não mencionava qualquer tipo de proteção às minorias sérvias, os sérvios da área em torno de Knin revoltaram-se em agosto de 1990, exigindo autonomia para as áreas dominadas por eles.<sup>14</sup>

Na Sérvia, em junho de 1990, a Assembléia aprovou uma emenda à Constituição retirando a autonomia de Vojvodina e de Kosovo, que tinha sido ampliada pelas constituições de 1965 e 1974. As reações em Kosovo são violentas, mas na Vojvodina – onde pouco mais de 50% da população é de sérvios e o restante de magiares e outras minorias – foram bem menores, pois o partido no poder é pró-Slobodan Milosevic, secretário-geral do Partido Comunista da Sérvia.

Agindo de forma totalmente independente do poder central, a Eslovênia e a Croácia

começaram a seguir políticas externas e econômicas paralelas; poucos depois, a Eslovênia, em dezembro de 1990, e a Croácia, em maio de 1991, consultaram o povo sobre a conveniência ou não da independência: na Eslovênia, 95% dos que participaram do plebiscito votaram pela independência; na Croácia, 94%.

Uma crise institucional precipitou a ruptura: de acordo com o sistema rotativo instituído, após a morte de Tito, para preencher a presidência da Iugoslávia, um croata deveria assumir o cargo a partir de 15 de maio de 1991; a Sérvia, com o apoio de Montenegro, opôs-se a esta indicação, precipitando assim os acontecimentos que levariam à dissolução da Federação.<sup>15</sup> A 25 de junho, a Eslovênia declarou a sua independência; seguiu-se uma breve luta, que não pode ser caracterizada como conflito étnico, sendo tipicamente uma guerra de libertação nacional: o exército iugoslavo atacou os postos de fronteiras ocupados pelo exército territorial e por funcionários da alfândega da Eslovênia, e a força aérea e a artilharia do exército federal iugoslavo atacaram o aeroporto da Liubliana. O conflito foi breve, pois, logo, o conflito na Croácia, que também declarou a sua independência no mesmo dia que a Eslovênia, exigiria toda a atenção dos sérvios. Já o conflito na Croácia era tipicamente um conflito étnico, sem características de uma guerra de independência.

A Comunidade Européia (CE) tentou mediar o conflito na Iugoslávia, mas a luta na Croácia, envolvendo forças croatas de um lado e do outro guerrilheiros sérvios e tropas do exército federal, espalhou-se por todo o território croata. Em setembro, em Haia, a CE viu fracassarem seus esforços para mediar o conflito, o que levou, em outubro, a ONU a

14 N.A.: A população sérvia da Croácia é cerca de 12% da população total, de acordo com o censo de 1991, concentrada a grande maioria em Krajina (área onde está Knin) e em alguns setores da Eslavônia Ocidental, e uma minoria em setores da Eslavônia Oriental.

15 N.A.: Em julho de 1991, embora tenha se dado a posse do croata na chefia da Presidência Coletiva, nada podia deter a crise que estava em pleno desenvolvimento.

assumir o encargo de negociar a paz no país. O plano de paz da ONU, que envolvia o envio de uma força de paz, foi rejeitado pela Sérvia, com o apoio do exército federal, e a luta prosseguiu.

Em dezembro de 1991, a CE, inconformada com a intransigência sérvia, anunciou que reconheceria a independência das repúblicas iugoslavas, desde que elas se comprometessem a respeitar os direitos humanos das minorias étnicas. Imediatamente, a Eslovênia, a Croácia, a Bósnia-Herzegovina e a Macedônia solicitaram o reconhecimento. As repúblicas remanescentes – Sérvia e Montenegro – reuniram-se para formar uma nova Iugoslávia; a Assembléia Federal Iugoslava, em abril de 1992, aprovou a constituição de uma “terceira Iugoslávia”, sucessora da monarquia instituída depois da Primeira Guerra Mundial e a federação dirigida por Tito, a partir de 1945.<sup>16</sup>

mas não reconheceu os demais estados que se formaram.<sup>17</sup>

## OS ATORES E AS FORÇAS EM CONFRONTO

Antes de discutirmos os conflitos na Croácia e na Bósnia, algumas considerações devem ser feitas para melhor compreensão dos acontecimentos.

Tendo em vista que o número de atores envolvidos nos conflitos da Iugoslávia é enorme, os erros de interpretação são frequentes. A distinção de três diferentes grupos culturais – sérvios, croatas e muçulmanos –, cada um com suas diferentes facções, facilita a apresentação do problema. O quadro abaixo indica esses grupos, suas facções e a principal cidade onde fica localizado o comando de cada uma das facções.

GRUPOS CULTURAIS	FACÇÕES	COMANDO
Sérvios	Iugoslávia	Belgrado
	Bósnia	Pale
	de Krajina	Karin
Croatas	Croata	Zagreb
	Bósnia	Mostar
Muçulmanos	Bósnia	Sarajevo
	do Partido Abdic	Velika Kladusa

16 N.A.: Como a CE considerava Milosevic responsável pelo conflito, não reconheceu a nova Iugoslávia.

17 N.A.: Em determinado momento do conflito, a Sérvia se dispunha a reconhecer a Croácia, desde que estivesse cedesse o promontório de Prevlaka, na entrada da base sérvia situada no golfo iugoslavo de Kotor.

O termo muçulmano não designa necessariamente um indivíduo de crença muçulmana; é mais uma identificação cultural.

Embora haja sempre referência a conflitos étnicos, todos os grupos culturais envolvidos são de etnia eslava, embora de diversos subgrupos e de religiões diferentes, conforme já apontamos; todos falam basicamente a mesma língua. Considerar os muçulmanos como de etnia turca ou albanesa é um erro grave.

Conforme veremos adiante, "partido Abdic" é a expressão usada para definir o grupo cultural muçulmano que habita a região de Bihac, na Bósnia, e rejeita o governo de Sarajevo — proclamaram a Província Autónoma da Bósnia Ocidental — aliando-se aos sérvios de Krajina e aos sérvios da Bósnia. A complexidade do problema é mostrada na figura 6.

No que se refere às forças em confronto, cabem alguns comentários.

Embora não se tenha envolvido diretamente em ações de combate, o Exército Federal da Iugoslávia era a força individualmente mais poderosa na região, que dispunha das melhores armas, já que originalmente era o exército da ex-Iugoslávia, e dos melhores oficiais (a maioria dos oficiais do antigo exército, e os melhores, eram sérvios); seu papel no conflito foi importante pelo apoio que deu, em geral de forma velada, às demais forças sérvias (de Krajina e da Bósnia).

As forças dos servo-bósnios e dos sérvios de Krajina foram formadas por voluntários e, principalmente, pelas unidades do Exército Federal da Iugoslávia constituídas com pessoal residente nas respectivas áreas; seu principal equipamento era o deixado para trás pelas unidades do Exército Federal ao se retirarem para a Iugoslávia quando da decre-

tação da independência da Bósnia. Comparativamente falando, dispunham do maior estoque de armas pesadas, principalmente nos estágios iniciais do conflito, e dispunham de oficiais muito bem qualificados, treinados no Exército Federal; suas unidades eram geralmente mais bem treinadas e comandadas que as dos muçulmanos e as dos croata-bósnios, especialmente nos níveis tático-operacional e operacional. Com o correr do conflito, por controlarem cerca de ¼ do território da Croácia e 2/3 da Bósnia, foram obrigados a estender demasiado suas linhas, ficando com os flancos muito vulneráveis.

As forças croatas compreendiam o Exército da Croácia e as forças de croata-bósnios.

Embora não tão numerosas como as dos muçulmanos, elas eram mais bem equipadas. No início do conflito, estavam muito mal preparadas, sofrendo derrotas graves para os sérvios de Krajina e para os sérvios-bósnios mas, durante o conflito, reorganizaram e reequiparam

suas forças consideravelmente. O território da Croácia era um santuário, tanto para o exército croata, que ocasionalmente operava na Bósnia, como para os croata-bósnios, o que lhes dava maior liberdade de movimento e de manobra.

No começo do conflito, as forças muçulmanas eram as de pior preparo e mais mal equipadas. Eram em geral habitantes das cidades e, portanto, concentrados em áreas limitadas. Como, antes do conflito, representassem apenas uma fração ínfima do Exército Federal da Iugoslávia, que era principalmente formado por sérvios e croatas, tinham poucos quadros de pessoal treinado. Enquanto seus adversários dispunham de santuários, eles começaram a guerra praticamente cercados e sem um território que lhes desse segurança.

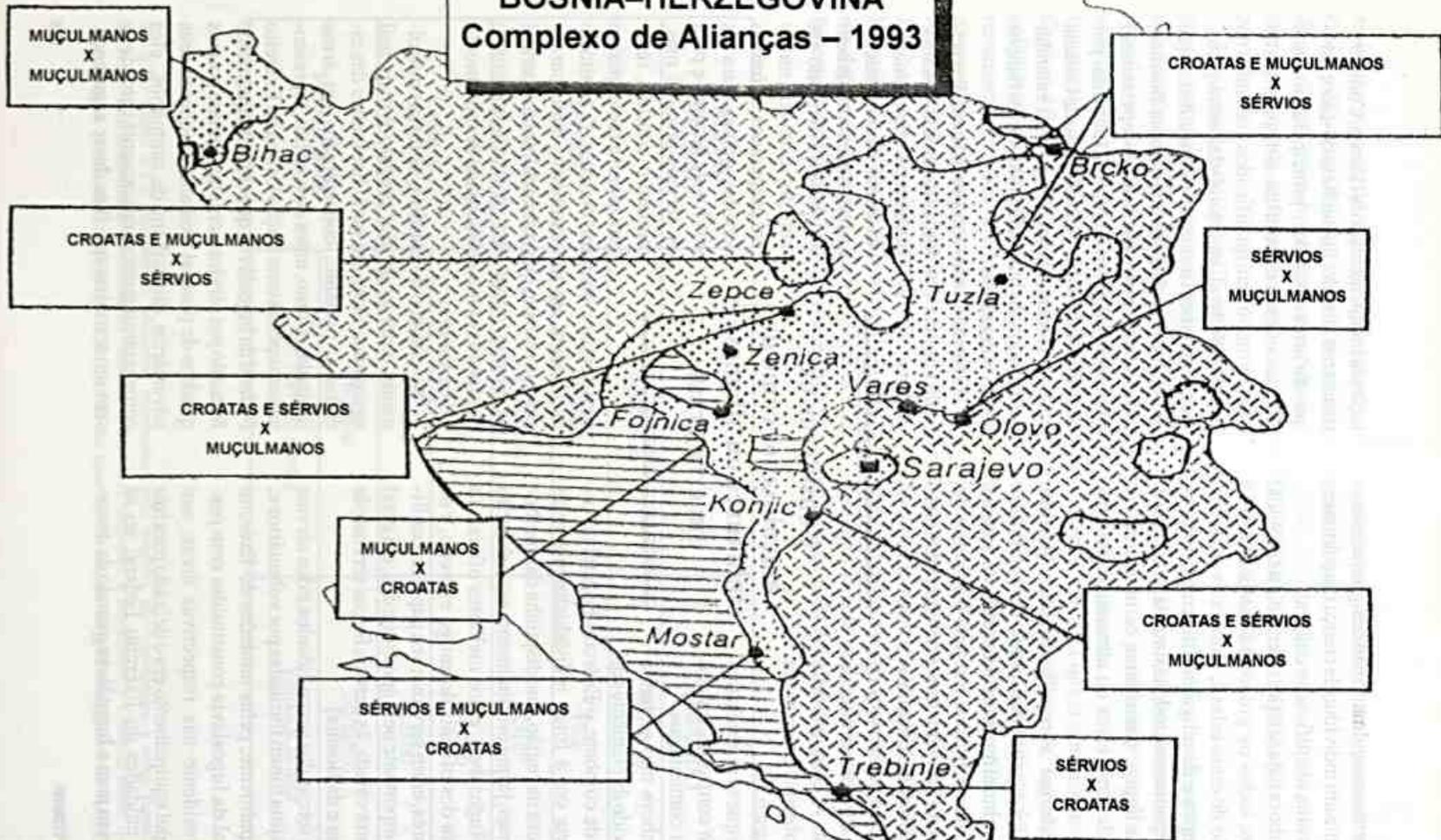
---

### Considerar os muçulmanos como de etnia turca ou albanesa é um erro grave

---

# BOSNIA-HERZEGOVINA

## Complexo de Alianças - 1993



ÁREAS CONTROLADAS POR:



BÓSNIÓ - CROATAS



BÓSNIÓ - MUÇULMANOS



BÓSNIÓ - SÉRVIOS

Tinham, porém, suas vantagens: sendo a comunidade mais numerosa, puderam organizar uma força com maior efetivo que as outras; morando em cidades, controlavam o sistema industrial da Bósnia, onde algumas indústrias (poucas) eram relacionadas com a defesa, e, embora parcialmente, alguns aeroportos, cujo uso podiam negar aos inimigos; por serem cidadãos, tinham a trágica vantagem de terem a população civil como um escudo protetor (era impossível atacá-los sem atingir a população civil); como tinham maior acesso à mídia, souberam habilmente explorar o grande número de vítimas civis de modo a colocarem a seu favor toda a comunidade internacional (transformaram a vitória militar dos inimigos em vitória política para si).

Embora os conflitos da Croácia e da Bósnia ocorressem simultaneamente e, em algumas ocasiões, houvesse interferência mútua, trataremos primeiro do conflito da Croácia para depois discutirmos o da Bósnia, sempre, porém, chamando a atenção quando determinadas ações de um conflito repercutiam no outro.

## O CONFLITO NA CROÁCIA (Ver fig. 7)

Os sérvios da Croácia, além de politicamente organizados, estavam bem armados e contavam com o apoio das forças do Exército Federal estacionadas na Croácia. Como os croatas, ao contrário, tinham forças militares mal equipadas e precariamente organizadas, além de despreparadas, em menos de dois meses após o início do conflito o Exército Federal e as milícias sérvias ocupavam quase 1/3 de todo o território da Croácia, bloqueando ainda as principais rodovias e ferrovias do país, numa campanha caracterizada pela extrema violência dos dois lados.

Tendo falhado, conforme vimos, os esforços da CE, e vencidas as resistências iniciais da ONU, esta, através de Cyrus Vance, enviado especial do secretário-geral, elaborou um plano de paz em março de 1992, conhecido como Plano Vance, que, condicionado à obtenção de um cessar-fogo, estabelecia o envio de uma força de paz para a Croácia, numa missão típica de desarmamento. Com o aumento das tensões na Bósnia, em abril foi enviada a missão de paz, a UNPROFOR – *United Nations Protection Forces* –, as Forças de Proteção das Nações Unidas, que, de acordo com o Plano Vance, deveriam ocupar algumas áreas especiais da Croácia, designadas como “Áreas de Proteção das Nações

Unidas (APNU)”, nas quais o Conselho de Segurança da ONU tinha julgado que eram necessários arranjos especiais para assegurar o estabelecimento de um cessar fogo durável. Na maioria dos casos, os limites dessas áreas coincidem com os limites administrativos dos distritos

preexistentes, onde os sérvios eram uma minoria, embora muito significativa; eram áreas onde as tensões eram elevadas e os conflitos frequentes. (Ver figura 8)

Os elementos centrais do Plano Vance eram a retirada do Exército Federal de toda a Croácia, a desmilitarização das APNU e a continuidade da atuação das autoridades locais existentes, em especial da polícia, sob os auspícios das Nações Unidas, até que se pudesse chegar a uma solução completa para a crise.

A dubiedade do Plano permitiu que cada partido o interpretasse como confirmando as suas exigências: o governo croata esperava que a UNPROFOR fizesse com que as APNU retornassem à sua autoridade e os sérvios queriam que as forças das Nações Unidas

---

## As forças muçulmanas transformaram a vitória militar dos inimigos em vitória política para si

---



protegessem os sérvios dentro dessas áreas, ajudando a mantê-las sob controle sérvio.

Em maio de 1992, o Conselho de Segurança da ONU condenou a Iugoslávia (Sérvia e Montenegro) por agressão e decretou o embargo econômico do país. A Rússia de início aprovou as sanções, mas as pressões internas levaram Ieltsin a reconsiderar. Outros países, como a Bulgária, a Grécia e a Romênia, continuaram, apesar da resolução aprovada, a prestar apoio moral e material à Iugoslávia, tornando o bloqueio inócuo: a Iugoslávia continuou a importar produtos essenciais como, por exemplo, o petróleo, e a exportar os seus produtos.<sup>18</sup>

Na tentativa de manter o *status quo*, os sérvios, em fins de 1992, estabeleceram o estado da República da Krajina Sérvia, na área sob responsabilidade da UNPROFOR; os croatas, por sua vez, insistiam na reintegração dessas áreas à Croácia e exigiram o retorno dos refugiados croatas expulsos de suas lares pelos sérvios.

Esta situação determinou rigorosamente os acontecimentos daí por diante: os croatas procurando, através de ações militares, reconquistar o controle das áreas perdidas para os sérvios, ficando, pois, com a iniciativa militar, e os sérvios na defensiva, querendo manter o terreno conquistado; acordos eventuais de cessar fogo – necessário para que os dois partidos tomassem fôlego – interrompiam por algum tempo os choques armados mas, pouco depois, o processo era reiniciado e o ciclo se repetia.

Em resposta à autoproclamada República de Krajina, os croatas atacaram na área de Maslenica e no bolsão de Medak e, apesar da forte resistência sérvia, deslocaram a frente cerca de 20 quilômetros mais para o sul. A reação Sérvia não tardou: em janeiro de 1993, os sérvios de Krajina retiraram à força suas armas pesadas e carros de combate que, no processo de desarmamento conduzido sob supervisão da UNPROFOR, haviam sido recolhidos aos depósitos controlados pelas Nações Unidas, e contra-atacaram em todos os setores, exceto o oeste.

---

**Outros países, como a Bulgária, a Grécia e a Romênia, continuaram, apesar da resolução aprovada, a prestar apoio moral e material à Iugoslávia, tornando o bloqueio inócuo**

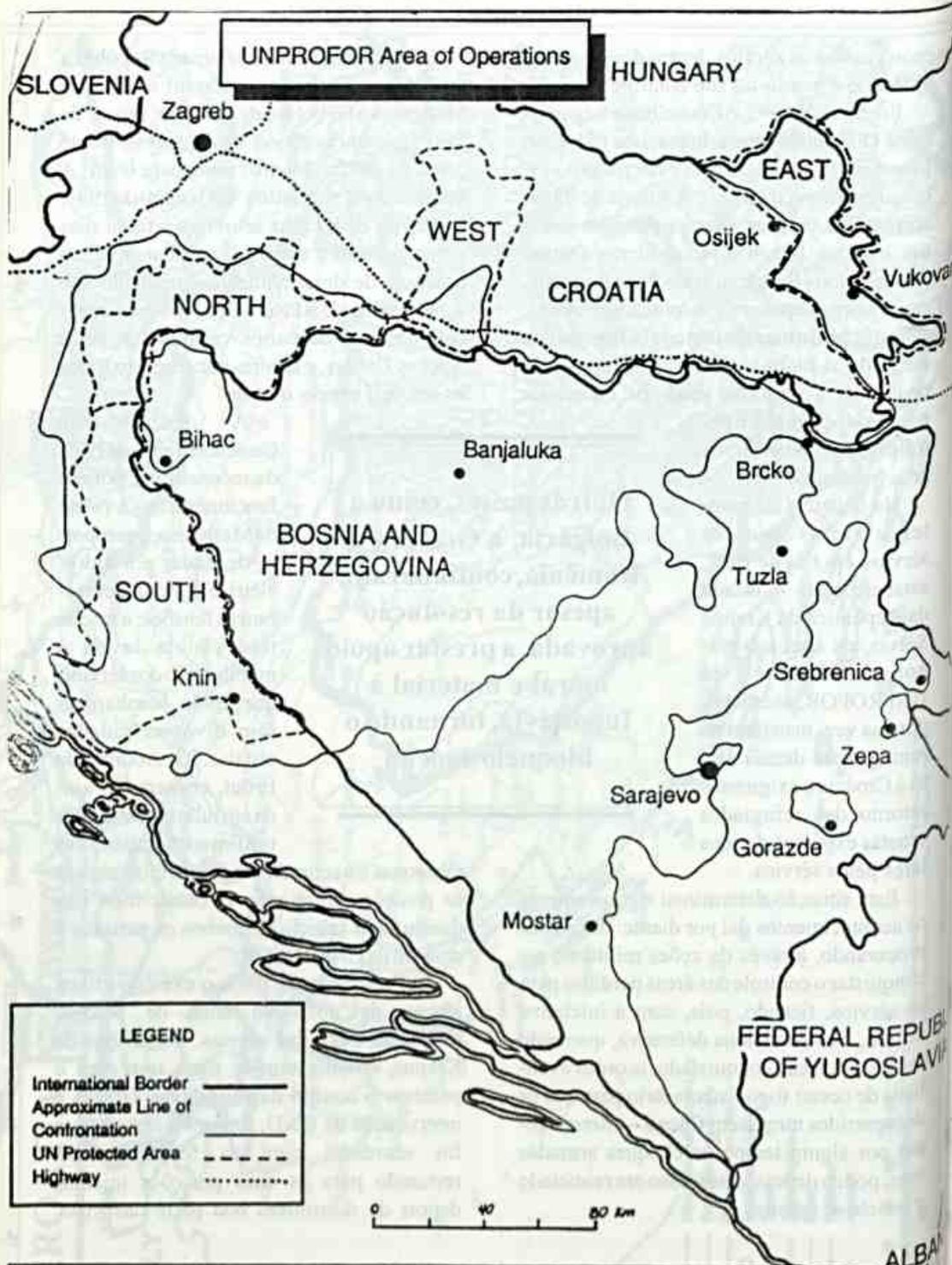
---

A decisão da Croácia, em julho de 1993, de reconstruir e pôr em funcionamento a ponte de Maslenica, o aeroporto de Zadar e a hidro-elétrica de Peruce elevaram as tensões; a iniciativa croata levou à mobilização dos sérvios, que, então, bombardearam diversas cidades croatas. O Acordo de Erdut, conseguido ainda em julho, visava a pôr um fim aos combates nas

três zonas e à retirada das forças croatas para as posições anteriores. O cessar-fogo não diminuiu as críticas de ambos os partidos à atuação da UNPROFOR.

Em setembro de 1993, o exército croata atacou de novo na zona de Medak, ocupando três vilas sérvias. Os sérvios de Krajina mobilizaram-se mais uma vez e pediram o auxílio da Iugoslávia. Graças à intervenção da ONU, um novo cessar-fogo foi acordado, com as forças croatas recuando para as suas posições iniciais, depois de destruírem boa parte das vilas,

18. N.A.: Cerca de 80% das importações da Iugoslávia eram pagas com as suas exportações.



UNPROFOR Area of Operations

SLOVENIA

HUNGARY

Zagreb

EAST

WEST

Osijek

Vukovar

CROATIA

NORTH

Bihac

Banjaluka

Brcko

BOSNIA AND HERZEGOVINA

Tuzla

SOUTH

Knin

Srebrenica

Zepa

Sarajevo

Gorazde

Mostar

FEDERAL REPUBLIC OF YUGOSLAVIA

LEGEND

- International Border ———
- Approximate Line of Confrontation - - - - -
- UN Protected Area - - - - -
- Highway ·····

0 40 80 km

Note: approximate lines of confrontation as of early December 1994; for the sake of clarity Bosnian Croat/Bosnian Muslim lines of confrontation are not shown.

ALBANIA

sendo acusadas de cometerem uma série de atrocidades contra a população civil.

Enquanto estes acontecimentos tinham lugar na Croácia, na Iugoslávia, durante toda a segunda metade de 1993, cresciam as dificuldades entre a Sérvia e Montenegro: esta aspirava a um maior grau de autonomia com relação àquela.

Em dezembro de 1993, foi assinada a Trégua de Natal, com a mediação da UNPROFOR. Esta trégua deu início a uma nova fase, caracterizada por uma cooperação mais estreita entre os atores participantes e uma redução

das tensões: já em janeiro de 1994, a Croácia e a Iugoslávia assinaram, em Genebra, um acordo para normalizar as relações bilaterais, sem, contudo, eliminarem o principal fator de conflito entre elas, isto é, o *status* dos territórios controlados pelos sérvios na Croácia. Simultaneamente, o governo da Croácia procurou estreitar a sua cooperação com os muçulmanos da Bósnia – conforme mostrou a figura 6, em algumas áreas da Bósnia muçulmanos e croatas cooperavam enquanto noutras combatiam. Pelo acordo, haveria entre eles uma união econômica, alfandegária e monetária – acordo de cessar-fogo de Pleso, de fevereiro de 1994, assinado em Zagreb. Seguiram-se os Acordos de Washington, de março de 1994; o Acordo Base (*Framework Agreement*), estabelecendo uma Federação na Bósnia-Herzegovina, envolvendo os croata-bósnios e os muçulmanos e o Acordo Preliminar, onde se esboçava o estabelecimento futuro de uma confederação entre a República da Croácia e a Federação a ser estabelecida na Bósnia-Herzegovina. Os acor-

dos de Washington afetaram especialmente, como veremos, o conflito na Bósnia.

A assunção em Krajina de um presidente mais moderado do que seus predecessores permitiu o início do diálogo dos sérvios com Zagreb, contribuindo para o alívio geral de tensões e levou à assinatura do acordo de cessar-fogo, de março de 1994, entre as Repúblicas da Croácia e de Krajina; pelo acordo, foi estabelecida uma faixa de separação entre as duas forças, com dois quilômetros de largura, sob controle exclusivo da UNPROFOR.

Os acontecimentos na Bósnia – os conflitos começaram lá em 1992

–, nas áreas vizinhas à Croácia, punham em risco a relativa estabilidade na Croácia. Em agosto de 1994, o Exército Muçulmano da Bósnia atacou, na região de Bihac, os servo-bósnios; apesar das advertências da ONU para que os sérvios de Krajina não interviessem, eles repetidamente lançaram ataques aéreos, a partir do aeroporto de Ubdina, na área de Bihac, contra as posições muçulmanas, apoiando os

servo-bósnios, usando bombas de arrebentamento e *napalm*. A ONU, autorizada por uma Resolução do Conselho de Segurança, revidou, realizando ataques aéreos contra o aeroporto e a estação radar em Dvor, em novembro de 1994, aumentando muito as tensões na APNU; posteriormente, outros ataques aéreos foram conduzidos contra as plataformas de lançamento dos mísseis superfície-ar dos servo-bósnios, sendo constatado que eles possuíam sofisticado sistema de controle de fogo, constituindo uma real ameaça para as forças das Nações Unidas. Apesar das punições impostas pela ONU, os

---

---

### **Graças à intervenção da ONU, as forças croatas recuaram para as suas posições iniciais, depois de destruírem boa parte das vilas, sendo acusadas de cometerem uma série de atrocidades contra a população civil**

---

---

sérvios de Krajina continuaram a intervir e os sérvios da Bósnia não interromperam seu avanço para a Área de Segurança de Bihac e para a própria cidade.

Os problemas de segurança e de ajuda humanitária ficaram muito agravados, pois mais de 30 mil refugiados dirigiram-se para o Setor Norte para fugir da guerra.

Houve, apesar desses incidentes, uma melhoria nas relações entre o governo da Croácia e as autoridades locais das regiões sob controle dos servo-croatas: em dezembro de 1994, foi assinado um acordo econômico,

envolvendo água, eletricidade, estradas de ferro, oleodutos e a auto-estrada Zagreb-Belgrado; em janeiro de 1995, surgiram os resultados do acordo, com a reabertura da auto-estrada, o início do reparo da hidroelétrica de Obrovac, possível graças à devolução aos servo-croatas dos pólos dos geradores da usina que estavam em poder dos croatas há quatro anos, e a recolocação em funcionamento do oleoduto do

Adriático, que passa no Setor Norte, pelo qual a Croácia exporta petróleo para a Europa Central, importante fonte de recursos.

Quando tudo parecia caminhar para o melhor, o governo croata, em janeiro de 1995, anunciou que não concordava com a continuação do mandato da UNPROFOR além de março de 1995, pondo em risco todo o clima de cooperação existente, alegando que a presença das forças da ONU contribuíam para a manutenção do *status quo*, totalmente desfavorável à Croácia e, portanto, inaceitável. Em

conseqüência, aumentou muito o fluxo de armas pesadas para a região e, em fevereiro, foram suspensas as negociações entre os sérvios de Krajina e os croatas; duas semanas mais tarde, os sérvios da Croácia e da Bósnia estabeleceram um comando militar único para a defesa conjunta.

Em abril de 1995, os servo-bósnios bombardearam o porto de Dubrovnik e, em maio, Zagreb, causando muitas vítimas.

As razões para a posição da Croácia com relação a UNPROFOR ficaram claras quando, em maio de 1995, ela lançou uma ofensiva

militar no setor oeste da Eslavônia Ocidental – a operação *Flash* – e após dois dias de combate passou a controlar todo o setor.<sup>19</sup> A Iugoslávia não interferiu, mas os líderes sérvios da Croácia radicalizaram, decretando a unificação de todos os territórios controlados pelos sérvios na Croácia e na Bósnia – a República Sérvia Unida. Sem o apoio da Iugoslávia, tal declaração seria inócua. Em junho, os

croatas reagiram à aliança militar dos serviços da Croácia e da Bósnia: a Croácia e a Federação Croata-Muçulmana da Bósnia, resultante de um dos Acordos de Washington, assinaram um acordo de cooperação política, diplomática e militar.

Em agosto, a Croácia lança a operação *Storm* contra a Krajina e, em poucos dias, toda resistência sérvia cessou.

Os croatas são acusados de uma verdadeira chacina dos sérvios da Croácia: a população sérvia, que era estimada em 600 mil antes

---

### **Os croatas são acusados de uma verdadeira chacina dos sérvios da Croácia: a população sérvia, que era estimada em 600 mil antes do conflito, ficou reduzida para apenas 100 a 150 mil**

---

19 N.A.: Os Estados Unidos discretamente treinaram e reorganizaram o Exército Croata, dentro da sua concepção de equilíbrio militar na área.

do conflito, ficou reduzida para apenas 100 a 150 mil, a maioria procurando refúgio fora da Croácia — principalmente na Bósnia e na Sérvia —, mas muitos foram mortos pelos croatas.

A libertação da Eslavônia Oriental foi feita por um acordo, assinado em novembro de 1995; sendo uma região de valor estratégico e rica em petróleo, temia-se a intervenção da Jugoslávia, o que, entretanto, não ocorreu. Contudo, devido ao fracasso da Croácia em incluir no Acordo de Dayton, que será discutido mais adiante, um prazo definido para o retorno da Eslavônia Oriental à Croácia, a situação dessa região ficou indefinida.

Com o controle de todo território croata pelo governo da Croácia, chegou a termo o conflito, mas perduram as causas básicas que o provocaram — a convivência entre duas etnias que, através da história, têm se hostilizado. Os deslocamentos forçados e os massacres recentes certamente não irão facilitar a conciliação.

### **BÓSNIA-HERZEGOVINA: O PAÍS IMPOSSÍVEL** (Ver figura 9)

Na Bósnia, nenhum grupo cultural dispõe de maioria significativa. De uma população que, segundo o censo de 1991, totalizava 4,4 milhões, 44% eram de muçulmanos, 31% de sérvios, 17% de croatas e 8% de outras etnias (incluindo “iugoslavos”, isto é, sérvios da Sérvia, não-bósnios). Para tornar a situação ainda mais difícil, estes grupos estão dispostos em enclaves isolados, dispersos pelo território da Bósnia-Herzegovina (ver figura 6).

Em fevereiro de 1992, a CE tenta mediar o conflito: sob seus auspícios, tem lugar em Lisboa o encontro de três líderes bósnios, representando os três grupos culturais da Bósnia-Herzegovina; eles acabam por endossar uma proposta para que o país se torne uma confederação das três etnias, todas soberanas (a divisão do país em cantões viabilizaria o arranjo). O significado prático

do acordo tornava-o de difícil credibilidade, pois implicava na desistência dos muçulmanos da criação de um estado unificado, princípio que sempre defenderam intransigentemente, e na aceitação pelos servo-bósnios da sua permanência na República, coisa que sempre repudiaram, já que queriam a sua união à Sérvia; para os croata-bósnios, que favoreciam a partilha da Bósnia, a proposta, que garantia maior independência em relação a Belgrado, só foi considerada aceitável porque a interpretavam como um primeiro passo para a integração à Croácia dos territórios da Bósnia dominados pelos croata-bósnios. Somente pelo fato dos termos da proposta serem vagos, dando margem a muitas interpretações, foi possível levá-la adiante, embora dando margem a inúmeras disputas.

A Comunidade Européia (CE) decidiu que deveria ser feito um referendo popular para decidir quanto à independência da Bósnia e à organização do estado.

O referendo, que foi boicotado pelos servo-bósnios, foi realizado nos meses de fevereiro e março de 1992, tendo votado 62,7% do eleitorado.

No que refere à organização do estado, o referendo pôs a nu a incompatibilidade das posições das diferentes comunidades: a maioria muçulmana votou pela criação de um estado unificado, independente, com um forte governo central, o que contrariava frontalmente os servo-bósnios (que contavam com o apoio do Exército da Jugoslávia) e, especialmente, os croata-bósnios, grupos que defendiam a partilha do país, com as áreas que lhes cabiam sendo incorporadas à Sérvia e à Croácia, respectivamente.

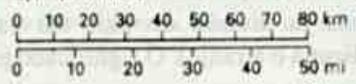
Na outra questão posta pelo referendo, isto é, se a Bósnia deveria ser um estado independente ou incorporado à Jugoslávia, 99,4% dos votantes e os não-votantes se posicionaram de forma idêntica, mas por razões diferentes. Nem os muçulmanos nem os croatas queriam ficar ligados à Jugoslávia,



# BOSNIA AND HERZEGOVINA



The boundaries and names shown on this map do not imply official endorsement or acceptance by the United Nations.



16° 17° 18° 19°

temendo que, mais uma vez, o estado ficasse sob o domínio da Sérvia; os servo-bósnios, por sua vez, não queriam a Bósnia incorporada à Sérvia para não se tornarem uma minoria sem expressão no novo estado e, embora tivessem boicotado o referendo, não escondiam a sua posição.

Diante da situação criada pelo referendo, os servo-bósnios imediatamente assumiram o controle da suas áreas, proclamando-as províncias autônomas.

Pouco depois, ainda no mês de março de 1992, foi declarada a independência da Bósnia-Herzegovina, mas, tendo em vista a falta de entendimento entre as partes de como tornar operacional o acordo, os riscos de conflito aumentaram consideravelmente, tendo mesmo ocorrido os primeiros enfrentamentos. A Comunidade Européia conseguiu que fossem realizadas algumas discussões visando ao estabelecimento de uma base para futuras negociações sobre a organização do estado: seriam constituídas três unidades administrativas com base em critérios étnicos, econômicos e geográficos; todas teriam os mesmos direitos e a mesma capacidade de elaborar leis, mas submetidas a um governo central único. A questão da distribuição de poder entre o governo central e as novas unidades – a definição de limites das quais seria um enorme problema – não pôde ser definida, já que os muçulmanos e os croatas defendiam um poder federativo e os sérvios um confederativo, isto é, com um governo central com menos poderes do que no sistema federativo.

Em abril de 1992, com o reconhecimento da independência da República da Bósnia-Herzegovina pelos países da CE e pelos Estados Unidos, apesar das muitas questões ainda a resolver, agravou-se a crise e logo teve início um conflito de grandes proporções, com os sérvios atacando os croata-bósnios e os muçulmanos em três frentes:

– no norte da Bósnia, na região de Posavina e em Bosanski Brod (Operação *Most*): esta operação estava intimamente ligada ao conflito em curso na Croácia, pois seu principal objetivo era criar um corredor terrestre que permitisse a comunicação por terra entre a Iugoslávia e os sérvios da Krajina;

– a leste e ao sul, atacaram os centros urbanos onde a percentagem de muçulmanos era grande; com o apoio do Exército Popular da Iugoslávia,<sup>20</sup> ocuparam três cidades e sitiaram Srebrenica e Visegrad, que passaram a ser regularmente bombardeadas pela artilharia sérvia; o principal objetivo dessas operações era a conquista de território;

– na área de Sarajevo, com tropas formadas por sérvios irregulares, recrutados entre os camponeses e por tropas regulares do Exército Popular; os sérvios fizeram uso de artilharia pesada contra a cidade, com o intuito de quebrar o moral de cidadãos (aliás, a luta nesta área foi uma luta típica entre camponeses e habitantes da cidade); seu principal objetivo era estratégico (afinal, Sarajevo era a capital do governo central). É digno de registro que em Sarajevo moravam cerca de 90 mil servo-bósnios que, ao lado dos vizinhos muçulmanos, croatas, judeus e até de alguns servo-iugoslavos, sofreram as trágicas consequências da destruição da sua cidade. Com a continuação da guerra, Sarajevo tornou-se uma cidade dividida, com uma parte controlada pelos sérvios e outra pelos muçulmanos.

Em maio de 1992, a Comunidade Européia (CE) condenou o auxílio que a Iugoslávia – tanto as autoridades governamentais como o Exército Popular – vinha prestando aos servo-bósnios, graças ao que eles se mantinham na ofensiva em todas as frentes. Foram impostas sanções econômicas – como embargo das trocas comerciais, interrupção do tráfego aéreo civil com os países da Comunidade, congelamento dos recursos iugoslavos no

20 N.A.: Desde a desagregação da Iugoslávia, esta passou a ser a denominação do Exército Federal.

exterior –, além da suspensão da cooperação técnica e do intercâmbio cultural; a Iugoslávia foi também proibida de participar de competições esportivas internacionais.

Há alguma dúvida quanto à justiça dessas medidas: não só apareceram evidências de que o Exército Popular operava na Bósnia à revelia do governo de Belgrado e de que, por outro lado, unidades regulares do Exército da Croácia operavam na Bósnia, sem que fosse aplicada qualquer sanção à Croácia. A parcialidade dos países ocidentais no conflito da Bósnia é inegável, como veremos ainda em outras oportunidades.

Um ataque de morteiros a Sarajevo, no final de maio, com ampla cobertura da mídia ocidental, causou verdadeira revolta mundial, reforçando as sanções contra a Iugoslávia e acarretando a presença da UNPROFOR também na Bósnia (ela já estava há algum tempo na Croácia). O “massacre do mercado” ou da “fila do pão”, nomes pelos quais esse ataque ficou conhecido, deixou a opinião pública mundial contra os sérvios, embora não se possa atribuí-lo, com certeza, a eles. O chefe dos observadores da ONU, General Lewis Mackenzie, atribuiu a responsabilidade do trágico incidente aos muçulmanos, que, desta forma, procuravam atrair a simpatia geral para sua causa. A tese fica reforçada pelo fato de que nem a UNPROFOR nem o Conselho de Segurança da ONU jamais identificaram formalmente os autores do atentado.

Inicialmente, o papel da UNPROFOR não foi o papel clássico das forças de intervenção das Nações Unidas, qual seja, a da interposição em relação às forças combatentes, mas o de garantir as atividades de assistência humanitária prestadas por organizações internacionais, de modo a proteger o suprimento das necessidades vitais da população civil em meio ao feroz conflito. As forças da OTAN, segundo planejado, seriam o instrumento militar à disposição das Nações

Unidas caso as sanções econômicas não surtisses efeito e houvesse necessidade de intervenção militar.

Ainda em junho, foi feito o Acordo do Aeroporto de Sarajevo, com o objetivo de assegurar que a ajuda humanitária pudesse chegar à população da cidade: o acordo implicava o afastamento de todas as forças militares do aeroporto e o afastamento do armamento pesado para uma distância que deixasse o aeroporto fora do alcance desse armamento. Teve, então, início uma ponte aérea, trazendo suprimentos para a população civil.

Em julho de 1992, os servo-bósnios controlavam a maior parte da Bósnia Oriental, o corredor norte de Posavina (corredor Breko), a Herzegovina Oriental e a Krajina bósnia, dando início a um programa de expulsão da área de todos os não-sérvios que tinham ficado na região.

Ainda em julho, a CE, através de seu representante, Lord Carrington, conseguiu que as três facções envolvidas no conflito assinassem o Acordo de Londres, que estabelecia um cessar-fogo e medidas para o controle e monitoramento das armas pesadas pela UNPROFOR, o que levou as Nações Unidas a se queixarem de que a CE estava assumindo compromissos em seu nome. A disputa acabou levando as duas organizações a juntarem os seus esforços: foi realizada uma nova conferência em Londres, em agosto de 1992, com o objetivo principal de coordenar os esforços das diferentes organizações e estados envolvidos em prol da paz e da ajuda humanitária, pondo pressão nos países envolvidos para que chegassem a uma forma de resolver a crise; foi também decidido criar um comitê permanente, a Conferência Internacional sobre a Antiga Iugoslávia – copresidida por Cyrus Vance, pelas Nações Unidas e por Lorde Owen, que havia substituído Lorde Carrington como representante da Comunidade Européia –, com o objetivo de procurar um acordo político entre as partes.

As medidas de controle das armas pesadas – canhões de mais de 100mm de calibre, morteiros de mais de 82mm, carros de combate e lançadores de mísseis –, também previstas no Acordo, só parcialmente foram cumpridas.

A revelação das constantes violações dos direitos humanos, a constatação das terríveis conseqüências da guerra para a população civil, os sucessivos ataques a escoltas de comboio da ONU, o ataque a aviões das forças de paz (um avião transporte italiano foi abatido), levaram as Nações Unidas a procurar o uso de medidas mais enérgicas para o cumprimento de seu mandato e proteção de

seu pessoal: a Resolução 770 do Conselho de Segurança, de agosto de 1992, criou as condições para o emprego de força militar internacional pelas Nações Unidas. As nações europeias, que contribuíram com o maior número de homens para as forças de paz, mudaram o conceito inicial da operação – simplesmente ajuda humanitária –, transformando-a numa operação clássica de intervenção, que deveria seguir os procedimentos padrões para manutenção da paz.

Para alguns analistas, a única forma de resolver o conflito seria realizar uma operação militar de grande envergadura pelas forças internacionais, tendo em vista os obstáculos criados para um acordo negociado. Uma série de fatores contribuiu para o abandono dessa possibilidade: as conseqüências para a população civil, a relutância dos países que contribuíam com tropas para as forças de paz em aumentar o número de homens à disposição da ONU e, ainda mais, de submetê-los a grandes riscos, e a falta de objetivos claramente definidos que justificassem a interven-

ção; sem dúvida, a negociação era ainda a melhor alternativa.

Em outubro de 1992, os co-responsáveis pela Conferência Internacional sobre a Antiga Iugoslávia, Vance e Owen, apresentaram um rascunho de uma Constituição para a Bósnia-Herzegovina, representando um compromisso entre as posições divergentes dos diretamente envolvidos – Plano de Paz Vance-Owen –, onde se propunha o estabelecimento de sete a dez províncias, com alto grau de autonomia em termos de educação, polícia, saúde e aplicação de justiça, e de um governo central responsável pela defesa, política ex-

terna e comércio. Embora a proposta fosse prontamente recusada tanto pelos servo-bósnios como pelos croata-bósnios, ela serviu de base para negociações posteriores.

Ainda em outubro, foi estabelecida uma zona de interdição aérea (*no-play zone*) proibindo o voo de aeronaves militares dos partidos contendores no espaço aéreo da Bósnia-Herzegovina.

Embora os muçulmanos e os croata-bósnios procurassem alcançar seus objetivos políticos específicos, às vezes divergentes, muitas vezes tiveram de cooperar; a posição dos croata-bósnios foi sempre ambígua, suas relações com o governo central da Bósnia indo desde a cooperação e negociação até o emprego da força. As dificuldades entre croata-bósnios e muçulmanos estavam principalmente na Bósnia Central, onde as forças dos croata-bósnios, com o apoio nem sempre discreto do Exército da Croácia, procuravam obter o controle sobre as áreas que tinham sido designadas para os croata-bósnios pelo Plano Vance-Owen.

---

---

### **Em dezembro de 1992, o número de refugiados já era de 27 milhões, uma tragédia acima da capacidade das Nações Unidas e das organizações humanitárias**

---

---

Já o grande objetivo dos servo-bósnios era conseguir que todos os sérvios pudessem viver num estado único, objetivo esse correspondente ao dos croata-bósnios de se unirem à Croácia. A não-aceitação pelos servo-bósnios da anexação da Bósnia à Iugoslávia é perfeitamente coerente com o objetivo de um estado único dos sérvios, pois, no estado que resultaria da fusão, eles se tornariam uma minoria inexpressiva.

Como os servo-bósnios, em meados de 1992, haviam atingido todos os seus objetivos militares, a partir daí concentraram-se em consolidar seus ganhos territoriais, enquanto procuravam o reconhecimento internacional para o seu estado. No campo militar, adotaram, portanto, uma estratégia basicamente defensiva.

Com a continuação do conflito, o problema de deslocados e refugiados foi tomando proporções assustadoras: em dezembro de 1992, seu número já era de 27 milhões, uma tragédia acima da capacidade das Nações Unidas e das organizações humanitárias.

Em janeiro de 1993, surge uma nova versão do Plano de Paz Vance-Owen, que é uma evolução do plano anterior, e na qual, pela primeira vez, as províncias a serem criadas são reservadas para uma determinada etnia, dando início a um processo em que as discussões se concentraram na delimitação dessas áreas, o chamado "jogo do mapa".

A nova versão do Plano só foi bem recebida pelos croata-bósnios; os servo-bósnios aceitaram-no como uma base para futuras discussões, mas insistiam num arranjo territorial que lhes fosse mais favorável: o Plano atribuía-lhes somente 50% do território da Bósnia-Herzegovina, bem menos que os

70% que no momento eles ocupavam. Os servo-bósnios queriam ainda que fosse estabelecida uma estrutura constitucional que garantisse às províncias mais autonomia e, ao fim do processo, a independência. Para os muçulmanos, o maior óbice do Plano era exatamente a excessiva descentralização prevista além da discordância quanto a algumas linhas demarcatórias propostas.

Apesar das pressões externas para a sua aprovação, o Plano logo fracassou, embora continuasse como a melhor base para futuras discussões.

Em março de 1993, duas vilas situadas a leste de Srbenica foram bombardeadas por aviões não identificados pelos observadores das Nações Unidas, mas que, após o bombardeio, tomaram a direção

da Iugoslávia. Desde a interdição aérea, em outubro de 1992, até esse momento, 540 violações haviam sido registradas, mas essa é a primeira em que os aviões são empregados numa ação militar. Foi determinada uma investigação. Logo depois, o Conselho de Segurança estendeu a proibição de vôos militares também

para as aeronaves de asa rotativa (helicópteros) e autorizou que aviões da OTAN derrubassem qualquer avião que violasse a zona de interdição.

De acordo com o previsto no Capítulo VII da Carta da ONU, o Conselho de Segurança, em abril, estabeleceu o conceito de "áreas de segurança", determinando que todas as partes envolvidas tratassem Srbenica e as áreas circunvizinhas como áreas livres de ataques armados ou qualquer outro ato de hostilidade; isto implicava na retirada das unidades para-militares dos servo-bósnios das áreas em torno de Srbenica e o fim dos bombardei-

---

---

**Desde outubro de 1992 a  
março de 1993,  
registraram-se 540  
violações ao espaço aéreo  
interditado pela ONU**

---

---

os contra a cidade. Posteriormente, em maio, as "áreas de segurança" foram ampliadas, passando a incluir Sarajevo, Tuzla, Zepa, Gorazde e Bihac. A UNPROFOR foi expressamente autorizada a fazer uso da força para obrigar os partidos a respeitarem as "áreas de segurança".

Em maio de 1993, numa conferência de cúpula em Atenas, Radovan Karadjic, o líder civil dos servo-bósnios, muito pressionado, assinou o Plano Vance-Owen, mas, logo após, organizou um referendo sobre o Plano e o resultado foi o esperado: 96% dos votantes rejeitaram o Plano e optaram pela independência das áreas ocupadas pelos servo-bósnios, denominando o novo estado de República Srpska (República Sérvia), contrariando frontalmente o Plano.

Ainda em maio, os Estados Unidos, a Rússia, a França, o Reino Unido e a Espanha estabeleceram um Plano de Ação Conjunto para a Bósnia, assinado em Washington. O Plano rejeitava qualquer solução militar para o problema da Bósnia e estabelecia seis zonas de segurança – Bihac, Gorazde, Sarajevo, Srbrenica, Tuzla e Zepa – com o propósito principal de assegurar proteção às populações civis muçulmanas.

Em meados de 1993, com 80% do território da Bósnia-Herzegovina ocupados pelos servo-bósnios e croata-bósnios, a situação política e militar dos muçulmanos era precária ao extremo. Seus únicos trunfos eram a determinação da comunidade internacional de manter a Bósnia-Herzegovina como um estado integrado – a grande aspiração dos muçulmanos – e uma possível aliança com os croata-bósnios, já que esta coalizão daria ao bloco o direito de falar por bem mais que metade de toda população da Bósnia-Herzegovina.

Uma ofensiva dos muçulmanos contra algumas vilas de croata-bósnios, em junho de 1993, interrompeu as negociações entre eles e provocou uma aproximação entre croatas e servo-bósnios. A escalada do conflito entre os croata-bósnios e muçulmanos acarretou um aumento das atrocidades características de uma guerra civil. Os croata-bósnios lançaram uma ofensiva nas áreas de Mastar, Jablanica e Dreznica, obrigando as forças da UNPROFOR a se retirarem sob fogo; a partir daí, negaram o acesso das forças das Nações Unidas àquelas áreas, em especial à de Mostar, e bloquearam, embora intermitentemente, as

principais linhas de suprimento para o norte da Bósnia, dificultando muito a assistência humanitária para aquela região.

Apesar do Plano Vance-Owen nunca ter sido oficialmente retirado da mesa de negociações, ele tornou-se visivelmente impraticável, tornando evidente a necessidade de um novo plano. Em julho de 1993, em Genebra, Lorde David Owen, pela CE, e Thorwald Stoltenberg,

pelas Nações Unidas, propuseram a criação de uma União das Repúblicas da Bósnia-Herzegovina, em que as três repúblicas que a integrariam seriam colocadas sob um governo conjunto, com poderes limitados, revivendo assim a idéia de uma confederação para a Bósnia-Herzegovia, apresentada pela primeira vez em março de 1992.

Embora fosse considerada certa a aprovação do Plano Owen-Stoltenberg pelos croata-bósnios e servo-bósnios – que sempre defenderam uma confederação –, a aceitação dele pelos muçulmanos veio como uma total surpresa. As negociações prosseguiram, concentradas na delimitação das áreas reservadas a cada etnia e na definição do *status* dos

---

## **Os croata-bósnios lançaram uma ofensiva nas áreas de Mastar, Jablanica e Dreznica, obrigando as forças da UNPROFOR a se retirarem sob fogo**

---

enclaves muçulmanos de Gorazde, Srebrenica e Zepa.

Os dois mediadores, em agosto de 1993, detalharam seu plano para a divisão interna da Bósnia-Herzegovina: 52% do território ficariam com os servo-bósnios, 31% com os muçulmanos e 17% com os croata-bósnios. Como reunião foi a bordo do HMS *Invincible*, a proposta ficou conhecida como "Pacote do *Invincible*". O pacote previa ainda a imediata cessação das hostilidades e que a desmilitarização das três repúblicas teria início depois da remoção de todo armamento pesado da linha de frente.

Neste mesmo mês, os quatro membros croata-bósnios da presidência da Bósnia-Herzegovina resignaram, formalizando assim o fim da coalizão croata-muçulmana; continuando o processo de radicalização, os croata-bósnios proclamaram a República Croata de Herzeg-Bosna, num pequeno território na Herzegovina.

A rejeição do Pacote do *Invincible* pelo Parlamento muçulmano, em setembro de 1993 —o que era de se esperar—, encerrou mais uma etapa de negociações.

As diferenças de posições entre o Governo e o Parlamento muçulmano com relação ao Plano Owen-Stoltenberg agravaram as divisões entre os muçulmanos, já difíceis devido à separação física entre os territórios ocupados por eles decorrente da guerra; a situação ficou ainda mais complicada pela secessão da região de Bihac,<sup>21</sup> isolada das demais regiões muçulmanas por 17 meses e dependendo, para sua sobrevivência, da cooperação com

a vizinha República Sérvia de Krajina e com o Exército Popular da Iugoslávia. O líder político muçulmano de Bihac, Fikret Abdic, tinha como principal objetivo a sobrevivência da população muçulmana, mesmo que para isso tivesse de cooperar com os demais grupos étnicos; em outubro de 1993, ele declarou a área de Bihac autônoma com relação a Sarajevo e, no mês seguinte, surgia na Bósnia um novo *front*, onde muçulmanos enfrentavam muçulmanos.

Os confrontos entre muçulmanos e croatas se intensificaram durante a segunda metade de 1993, principalmente no Vale de Neretva e na Bósnia Central; tendo conseguido reorganizar suas forças, contornar o embargo de armas, criar facilidades de produção em seus territórios e transferir forças da área de Sarajevo para a Bósnia Central, os muçulmanas obtiveram êx-

tos importantes frente às fracas forças dos croata-bósnios.

Como as forças dos croata-bósnios sofriam perdas consideráveis, o governo da Croácia viu-se na contingência de mandar unidades do Exército da Croácia para a Bósnia, correndo o risco de ser considerado agressor e, portanto, sujeito às sanções da comunidade internacional, como já ocorrera com a Iugoslávia. Em fevereiro de 1994, o secretário-geral das Nações Unidas informava que o Exército Croata vinha apoiando diretamente as forças croato-bósnias com homens, equipamentos e armas há já algum tempo. O embargo de armas para a Croácia tornou-se inevitável.

---

**Embora fosse considerada certa a aprovação do Plano Owen-Stoltenberg pelos croata-bósnios e servo-bósnios —que sempre defenderam uma confederação—, a aceitação dele pelos muçulmanos veio como uma total surpresa**

---

21 N.A.: Em Bihac, mais de 90% da população é muçulmana.

Os combates em torno de Sarajevo continuavam com grande intensidade. Um novo ataque de morteiros contra a cidade,<sup>22</sup> em fevereiro de 1994, matou 68 civis e feriu 142. Mais uma vez, a imprensa internacional deu grande destaque ao fato, principalmente por ele ter ocorrido logo após o compromisso assumido pelas três facções de aceitarem um acordo de paz em separado para Sarajevo, antes mesmo de um acordo geral. As consequências políticas foram consideráveis, envolvendo diretamente no conflito a OTAN, os Estados Unidos e a Rússia; houve um aumento do efetivo da UNPROFOR e foi ampliado o conceito de "área de segurança".

Os incessantes bombardeios de Sarajevo pelos servo-bósnios não só provocaram inúmeras baixas civis, mas interromperam todos os serviços essenciais da cidade, agravando sobretudo a já grave situação humanitária.

Como a UNPROFOR mostrou-se incapaz de deter os bombardeios contra Sarajevo, tiveram início as gestões para o secretário-geral pedir autorização ao Conselho de Segurança para usar o poder aéreo da OTAN com esse objetivo, embora fosse grande o ceticismo sobre a viabilidade e eficiência dessa medida, temendo-se ainda o impacto que essas operações pudessem ter sobre as ações humanitárias.

O Conselho de Segurança determinou a criação de uma "Zona de Exclusão de Armas Pesadas" em Sarajevo, ameaçando lançar ataques aéreos para assegurar a sua implantação. Desta feita, houve acordo local e a zona de exclusão foi obedecida, não

sendo necessários ataques aéreos. Embora o cerco de Sarajevo fosse mantido, os bombardeios cessaram.<sup>23</sup>

Em consequência do fracasso das negociações européias e do crescente papel da URSS no conflito, os Estados Unidos, embora excluindo com firmeza uma opção militar para solução do conflito, aumentaram os seus esforços diplomáticos.

O principal esforço americano foi no sentido de uma reconciliação entre muçulmanos e croatas. Ainda em fevereiro de 1994, conseguiram que fosse assinado, em Zagreb, pelos representantes militares dos muçulmanos e dos croata-bósnios, na presença da UNPRO-

FOR, um acordo de paz, pelo qual eles concordavam com a imediata e total cessação dos hostilidades, a fixação das linhas de contacto e das posições das tropas por ocasião do cessar fogo, com a UNPROFOR posicionando-se nos postos chave; o acordo previa

também a colocação de todas as armas pesadas sob controle da UNPROFOR (acima de 12,7 mm) ou retiradas para uma distância de 10 quilômetros das linhas de confrontação, no caso dos morteiros, e de 29 quilômetros, no caso da artilharia. No que se refere à retirada ou entrega das armas, foi feita uma exceção para 12 "áreas ativas", onde se acreditava que os combates contra os servo-bósnios ocorreriam.

O aprofundamento de cessar fogo não demorou: em março, os Estados Unidos conseguiram negociações entre a Croácia e a República da Bósnia-Herzegovina, que levaram aos Acordos de Washington. O primeiro

---

### **No mês seguinte, surgia na Bósnia um novo *front*, onde muçulmanos enfrentavam muçulmanos**

---

22 N.A.: O primeiro ataque, já relatado, deu-se em maio de 1992.

23 N.A.: A desmilitarização de Sarajevo liberou tropas servo-bósnias, muçulmanas e material de guerra para serem deslocados para outras áreas na Bósnia Norte e Central.

desse acordos – “Base de um Acordo para o Estabelecimento de uma Federação nas Áreas da República da Bósnia-Herzegovina em que a Maioria da População é Bósnia<sup>24</sup> ou Croata” – serviria de base para futuras negociações visando à criação de uma federação envolvendo os muçulmanos e os croatas da Bósnia, um primeiro passo extremamente importante para se conseguir um acordo de paz na Bósnia-Herzegovina; o segundo acordo – “Esboço de um Acordo Preliminar para uma Confederação entre a República da Croácia e a Federação da Bósnia” –, que daria também uma contribuição importante para a paz, previa o estabelecimento de um arranjo tipo confederação entre a Croácia e a Federação de Muçulmanos e Croatas da Bósnia, conforme estabelecida no primeiro acordo.

O acordo da Federação deixou os servo-bósnios num dilema: se por um lado, representava um estímulo extraordinário para a sua reivindicação de um estado sérvio independente ou de uma confederação com a Iugoslávia, por outro, uma eventual adesão dos servo-bósnios à Federação impediria que ela fosse usada como uma aliança croata-muçulmana contra eles. Para o líder civil dos servo-bósnios, Radovan Karadjic, a adesão era a melhor saída e, por

isso, contra a opinião mais radical do comandante militar dos servo-bósnios, Ratko Mladic, encaminhou ao parlamento servo-bósnio, em março de 1994, uma moção no sentido da adesão à Federação Muçulmano-Croata. O parlamento rejeitou a moção, como queria Mladic, que recusava qualquer solução que não fosse a independência. Com o

passar do tempo, as divergências entre as duas lideranças iriam se acentuar.

Em abril, o Comitê Conjunto, que desde fevereiro cuidava de um plano de paz, estabeleceu “zonas tampão”, com o que se pretendia que as forças oponentes se afastassem dois quilômetros das respectivas linhas de frente; seriam colocados postos de controle nas zonas tampão para impedir qualquer violação.

Ainda em abril, os servo-bósnios intensificaram os bombardeios de Gorazde e a UNPROFOR iniciou os procedimentos para deslançar ataques aéreos punitivos

contra os servo-bósnios. Durante dois dias, aviões americanos lançaram bombas contra alvos militares sérvios, causando danos limitados; houve fogo antiaéreo contra aviões da OTAN em vôo de reconhecimento, sendo um avião *Sea-Harrier* derrubado.

Em conseqüência, teve início uma discussão sobre a propriedade do uso de armas

---

---

**A experiência atual das intervenções ditas humanitárias indica que elas não têm tido o resultado esperado em Kosovo: os que eram oprimidos passaram a oprimir, com a mesma ferocidade, os antigos opressores**

\*

**A guerra não consolidou nem a democracia nem a diplomacia, mantendo na área um equilíbrio instável, frágil, que só subsiste devido à presença das forças internacionais**

---

---

24 N.A.: Muçulmana.

sofisticadas num teatro de operações em que as armas inimigas eram pouco sofisticadas e de baixo valor. Um militar britânico fez comentários ácidos a respeito<sup>25</sup>: "Um avião que custa 25 milhões de libras foi atingido por um míssil de 8.000 libras quando tentava destruir um velho carro de combate que não vale nada".

Tentando interromper os ataques contra Gorazde, a OTAN estabeleceu uma "zona de exclusão militar" de 20 quilômetros, em torno da cidade, impondo a retirada de todas as armas pesadas, incluindo carros de combate, peças de artilharia, morteiros, lançadores múltiplos de foguetes e armas antiaéreas.

Apesar de todas as tentativas da comunidade internacional para interromper os ataques a Gorazde, os ganhos obtidos pelos servo-bósnios foram significativos: a cidade foi totalmente cercada, ficando totalmente dependente da assistência das Nações Unidas e da boa vontade dos servo-bósnios; unidades importantes do exército muçulmano foram esmagadas; porções substanciais de território foram conquistadas.

A experiência de Gorazde veio mostrar claramente as limitações e contradições do conceito de "zonas de exclusão": como a UNPROFOR não tinha forças suficientes para dar proteção efetiva à cidade, era necessária a concordância de todos os partidos para a fixação exata da área a ser protegida; era difícil

impor o conceito de que na área de segurança a proteção deveria ser recíproca, isto é, a área não poderia ser objeto de ataques, mas também não poderia ser usada como base para ataques; embora fossem eficazes para a proteção da população civil contra o fogo das armas pesadas, as zonas de exclusão eram difíceis de controlar e exigiam grandes recur-

sos, não podendo ser mantidas por muito tempo caso não se conseguisse a total cessação das hostilidades ou, pelo menos, a desmilitarização dessas áreas; a implementação das medidas de desarmamento eram muito complicadas, pelo fato do pessoal da UNPROFOR, por estar disperso pelos diversos postos de coleta de armamento, ficar muito vulnerável à qualquer ação que visasse à remoção das armas recolhidas aos depósitos da Nações Unidas ou à tomada de reféns.

Além disso, face às tarefas que eram inerentes à UNPROFOR, não era fácil a esta manter a imparcialidade, o que comprometia a sua credibilidade e impedia que atingisse os

seus objetivos.

## O PLANO DE PAZ DO GRUPO DE CONTACTO

Em abril de 1994, foi criado em Londres um Grupo de Contacto com o propósito de

---

**A busca de uma lei internacional justa não pode ser feita empiricamente. É perigoso substituir um sistema formal por um conjunto de princípios vagos, que podem facilmente ser manipulados pelos países poderosos. A civilização exige o domínio do Direito e é preciso criar um novo arcabouço legal que defina as condições de intervenção internacional**

---

25 N.A.: *Managing Arms in Peace Process: Croatia and Bosnia-Herzegovina*, Barbara Ekvall-Vebelhart e Andrei Raevski, United National Institute for Disarmament Research (UNIDIR), New York/Geneva, 1996, 421p., pág. 91.

retomar o processo de paz na Bósnia-Herzegovina, com representantes dos Estados Unidos, Nações Unidas, Rússia, Reino Unido e França.

Em maio, o Grupo apresentou o seu plano de paz, que propunha um cessar fogo com duração de quatro meses, período em que teriam lugar as negociações para um acordo final; a UNPROFOR seria interposta entre os combatentes para evitar qualquer confronto enquanto se negociava. O Plano foi inicialmente rejeitado pelos servo-bósnios e pelos muçulmanos: os sérvios não aceitavam a divisão do território que lhes caberia, que correspondia a 49% do território da Bósnia-Herzegovina, em três áreas separadas; os muçulmanos rejeitaram o Plano devido ao isolamento em que ficariam os seus enclaves na Bósnia Oriental.

Novas negociações tiveram lugar e, em junho de 1994, foi feito um acordo para a cessação

das hostilidades pelo período de mais um mês, prolongando-se o prazo do cessar fogo numa tentativa de ganhar tempo para o êxito das conversações.

Nessa época, tornou-se claro para as lideranças muçulmanas que os seus objetivos político-estratégicos não poderiam ser alcançados através de negociações, e que teriam de apelar para soluções militares; assim, declararam que a guerra de libertação só agora estava começando e que o seu exército era suficientemente forte para derrotar os sérvios.

---

### Houve fogo antiaéreo contra aviões da OTAN em vôo de reconhecimento, tendo sido um *Sea-Harrier* derrubado

---

Concentraram seus ataques exatamente nas áreas onde residiam os desacordos fundamentais em relação ao Plano, isto é, nos enclaves muçulmanos na Bósnia Oriental, nas montanhas Ozren e nas regiões de Doboj e Sarajevo.

Ainda em junho, os muçulmanos tentaram, uma vez mais, controlar os territórios da área de Bihac que estavam em poder de Abdic; avançaram cerca de 13 quilômetros na direção do quartel-general de Abdic, em Velika Kladusa; cerca de 30 mil refugiados dirigiram-se para o setor Norte das APNU. Em julho, as forças de Abdic iniciaram uma contra-ofensiva, com apoio da artilharia dos sérvios da Bósnia e dos sérvios de Krajina.

Em julho de 1994, o Grupo de Contacto apresentou uma nova versão do Plano, contendo a mesma cláusula da divisão da Bósnia (51% do território para os muçulmanos e croata-bósnios e 49% para os

servo-bósnios), mas propondo a criação de um corredor de 5 quilômetros de largura para ligar Sarajevo aos enclaves de Gorazde, Srebrenica e Zepa, todos na Bósnia Oriental, e dentro da área que ficaria com a Federação. Um aspecto particular do Plano era que ele podia ser aceito ou rejeitado, mas não negociado; a não-aceitação do Plano dentro do prazo de, no máximo, duas semanas levaria a sanções de toda ordem.

Os croata-bósnios e os muçulmanos aceitaram o Plano<sup>26</sup> mas os servo-bósnios, apesar

---

26 N.A.: Os croatas apoiavam integralmente o Plano, já que, com ele, 90% da população croata da Bósnia-Herzegovina ficava dentro das fronteiras da Federação.

Para os muçulmanos, o mais importante era que a Bósnia-Herzegovina fosse um estado reconhecido pela comunidade internacional, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas; logo ela não podia recusar o Plano contrariando o desejo expresso dessa comunidade. Acresce que os muçulmanos sabiam que se a luta prosseguisse era muito pouco provável que o Exército da Federação fosse capaz de recuperar os territórios perdidos. Após a aceitação do Plano pelos parlamentos dos croata-bósnios e dos muçulmanos, o parlamento da Federação, em julho de 1994, também o referendou.

da enorme pressão da Rússia e do presidente da Iugoslávia, rejeitaram-no: o parlamento servo-bósnio, embora contrário ao Plano, seguiu a recomendação de Radovan Karadjic para que fosse organizado um referendo no final de agosto, o que, tendo em vista as manifestações anteriores da comunidade servo-bósnia, equivalia à condenação do Plano. O Conselho de Segurança da ONU, em setembro de 1994, impôs sanções econômicas rigorosas aos servo-bósnios e proibiu que outros países mantivessem negociações políticas com eles.

Começaram a ficar cada vez mais evidentes as divergências entre o governo da Iugoslávia e os servo-bósnios. Estes recusavam quaisquer laços constitucionais entre a República Srpska (servo-bósnios) e a Federação Bósnia (croata-bósnios e muçulmanos), insistindo no reconhecimento internacional do seu estado; a Iugoslávia de Milosevic foi se afastando desse posicionamento

radical dos servo-bósnios, não só devido às pressões da Rússia mas, também, porque temia o isolamento internacional. Com a recusa do Plano de Paz do Grupo de Contacto pelos servo-bósnios, Belgrado ostensivamente rompeu relações com eles e fechou as fronteiras da Iugoslávia com a República Sérvia (Srpska).

Em agosto de 1994, a auto-proclamada Província Autônoma da Bósnia Ocidental, em Bihac, foi derrotada pelas forças muçulmanas fiéis a Belgrado; com essa vitória, as forças muçulmanas puderam se concentrar nas demais áreas de confrontação com os servo-

bósnios. Em outubro, penetraram as linhas dos servo-bósnios no platô de Grabez, obtendo o seu maior ganho territorial de toda a guerra.

Durante os meses de outubro e novembro, houve um aumento de intensidade do conflito, com os muçulmanos levando vantagens nos confrontos, o que fazia crer que se poderia chegar a um ponto de reversão estratégica. Depois dos acordos com os croata-bósnios, que levaram não só à cessação das hostilidades entre eles mas à cooperação, o exército

muçulmano, melhor armado, organizado, comandado e motivado, era capaz de opor aos servo-bósnios forças cada vez mais numerosas. O aumento da sua capacidade operacional foi possível, apesar do embargo de armas, graças à cooperação do Exército Croata e das forças croata-bósnias, bem como ao aumento de sua produção doméstica de armas pesadas e de munição.

Durante boa parte deste período, os servo-bósnios estavam severamente limitados pela falta de combustível e sobressalentes, ficando comprometida sua mobilidade. Além de tentarem manter ou recuperar território, suas únicas opções eram o bombardeio das populações civis nos enclaves muçulmanos e em Sarajevo, e a contenção e provocação da UNPROFOR; a excessiva extensão de suas frentes de combate, o isolamento político crescente e as suas divisões internas contribuíram para a sua vulnerabilidade.

Contudo, apesar de todas essas limitações, os servo-bósnios conseguiram ainda

---

---

## **O aumento da capacidade operacional do Exército muçulmano foi possível, apesar do embargo de armas, graças à cooperação do Exército croata e das forças croata-bósnias, bem como ao aumento de sua produção doméstica de armas pesadas e de munição**

---

---

reagir com sucesso: em novembro, contra-atacaram na área de Bihac, recuperando os territórios perdidos e aproximando-se da cidade de Bihac; seu avanço ao sul e a leste de Bihac foi apoiado por fogo de artilharia e pela aviação dos sérvios de Krajina que, vindos do norte e do oeste, avançaram em direção a Velika Kladusa; a intervenção das forças de Krajina, principalmente por meio de ataques aéreos, prosseguiu, apesar das advertências da UNPROFOR, cujos esforços para um cessar-fogo seguidamente falharam; tropas do governo da Federação, que tinham o seu quartel-general dentro da área de proteção de Bihac, atacaram com fogo de morteiros, de dentro da área, os servo-bósnios, o que não só aumentava o risco da população civil, mas violava o conceito da área de segurança e punha em cheque a imparcialidade da UNPROFOR.

As relações da UNPROFOR com o comando dos servo-bósnios continuou se deteriorando, o que deixava a UNPROFOR sujeita à intimidação e à perseguição por parte dos sérvios, de tal modo que ela não podia desincubar-se de sua principal tarefa, qual seja ajudar e proteger a população civil.

Em dezembro de 1994, a comunidade internacional viu-se diante de um dilema de difícil solução: de um lado, estava claro que não se podia impor aos servo-bósnios um acordo de paz sem que eles concordassem com seus termos e que a UNPROFOR, sujeita a riscos inaceitáveis e constante humilhação, estava totalmente incapacitada de cumprir a sua missão; de outro lado, a possível retirada da UNPROFOR da Bósnia-Herzegovina teria

revelado dolorosamente a incapacidade das Nações Unidas de lidar com ostensivas violações da ordem internacional, além de criar a possibilidade de uma escalada geral do conflito, que se poderia estender até para os países vizinhos.

O Plano de Paz do Grupo de Contacto, embora permanecesse como uma base para as negociações, teria que se ajustar às novas circunstâncias, aceitando-se que os servo-bósnios pudessem manter relações especiais com a Iugoslávia, desde que reconhecessem

formalmente a existência da República da Bósnia-Herzegovina e concordassem com a distribuição territorial proposta pelo Grupo de Contacto.

Ao terminar o ano de 1994, dois importantes acordos foram feitos entre as partes em litígio: o Acordo Pleno de Cessar Fogo e o Acordo para Completa Cessação das Hostilidades.

O primeiro, assinado a 23 de dezembro por

servo-bósnios e muçulmanos, depois de negociações secretas em Pale, com a intervenção do ex-Presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, entrou em vigor a 1<sup>a</sup> de janeiro de 1995; o plano, que inicialmente fora apresentado por Karadjic, compreendia um cessar-fogo, o desengajamento das tropas sob supervisão da UNPROFOR, negociações de paz baseadas no Plano do Grupo de Contacto, liberdade de movimentos para a UNPROFOR e para os comboios das Nações Unidas e a troca de prisioneiros. Apesar da desconfiança geral — pelo fato de que o Plano do Grupo de Contacto seria apenas uma base para discussão, ninguém tendo se comprometido com

---

### **A intervenção das forças de Krajina, principalmente por meio de ataques aéreos, prosseguiu, apesar das advertências da UNPROFOR, cujos esforços para um cessar-fogo seguidamente falharam**

---

os seus detalhes —, o cessar-fogo foi implementado e foi cumprido (exceto na área de Bihac).

O segundo acordo — o Acordo para Completa Cessação de Hostilidades — foi assinado a 31 de dezembro pelos servo-bósnios e pelo Governo da Bósnia (croato-bósnios e muçulmanos); previa um cessar fogo com a duração de quatro meses, estabelecia a separação das forças oponentes para posições pré-acordadas, sob a observação e monitoramento da UNPROFOR, que, caso necessário,

poderia vir a se posicionar entre as forças (interposição), e proibia o uso de todas as munições explosivas e das armas que usam essas munições; o Acordo entrou em vigor também a 1<sup>a</sup> de janeiro de 1995. Nem todas as provisões desse segundo Acordo foram implantadas devido à falta de progresso nas questões políticas. Em retrospecto, fica claro que tudo não

passava de uma “trégua de inverno” e que, quando a neve derretesse, a luta recomeçaria, se possível com maior violência.

Em fevereiro de 1995, após uma infrutífera tentativa dos Estados Unidos de negociarem diretamente com os servo-bósnios,<sup>27</sup> os americanos mudaram radicalmente sua política com relação à Iugoslávia e convenceram os seus aliados europeus a concordar com a audaciosa proposta de suspender totalmente, por dois meses, todas as sanções contra a Iugoslávia, desde que esta concordasse em

reconhecer formalmente todos os estados que se haviam formado com a desintegração da antiga Iugoslávia e em tornar mais eficaz o seu embargo de armas para os servo-bósnios e pressioná-los para a retomada das conversações de paz tendo por base o Plano do Grupo de Contacto.

O objetivo dos Estados Unidos era levar Milosevic, tendo em vista o reconhecimento dos novos estados pela Sérvia, a abandonar os planos da Grande Sérvia; a maioria dos analistas temia que Mihailovic não cumprisse

o acordo sobre o embargo de armas, pois observadores da OTAN informavam freqüentes violações desse embargo — foram reportados mais de 60 vôos de helicópteros da Sérvia para posições dos servo-bósnios em torno da área de segurança de Srebrenica. Em face, porém, da recusa de Mihailovic de reconhecer a Bósnia-Herzegovina, a ques-

tão não teve prosseguimento.

Havia um outro fator que, aparentemente pelos menos, sugeria uma reaproximação com Belgrado. O fracasso das forças sérvias em obterem uma vitória decisiva sobre os muçulmanos na região de Bihac — o 5<sup>o</sup> Corpo muçulmano mantinha sua posição na cidade — fez com que as divergências antigas entre Radzic e Mladic viessem a público; segundo a mídia de Belgrado, Mladic acusou as lideranças civis, obviamente Karadzic, de o terem forçado a tentar tarefas impossíveis com os meios

---

### **As relações da UNPROFOR com o comando dos servo-bósnios continuou se deteriorando, de tal modo que ela não podia desincubar-se de sua principal tarefa, qual seja ajudar e proteger a população civil**

---

<sup>27</sup> N.A.: A tentativa dos Estados Unidos contrariava a Resolução 942 das Nações Unidas, de setembro de 1994, que compelia os membros a não terem contacto isoladamente com os servo-bósnios; transcorrida apenas uma semana, os Estados Unidos não escondiam sua irritação com Karadzic e rompiam as negociações.

humanos e materiais disponíveis. À medida que a fortuna da guerra pendia para os muçulmanos, essas recriminações aumentavam; a mídia ocidental passou a especular sobre essa situação, admitindo que Milosevic, sentindo-se ameaçado por seu aliado incontrolável Karadzic, punha-se ao lado de Mladic e diretamente alimentava as divisões internas entre os servo-bósnios. Esta interpretação encorajava a idéia de que apoiar Milosevic poderia levar a uma mudança decisiva na posição dos servo-bósnios.<sup>28</sup>

Apesar dos acordos de Washington, que levaram à cooperação entre croatas e muçulmanos, na região de Mostar as tensões entre eles aumentavam, tornando duvidosa a viabilidade da Federação Bósnia-Croata que, desde março de 1994, era o elemento chave da política dos Estados Unidos para os Balcãs: a aproximação européia do problema dos Balcãs era oficialmente de mediação com neutralidade, especialmente no caso do Reino Unido e da França, enquanto os Estados Unidos defendiam uma política de equilíbrio de poderes regional, o que os levava a procurar fortalecer a Croácia para que esta pudesse equilibrar o poder militar dos sérvios de Krajina e dos servo-bósnios.

A Croácia não era um aliado desinteressado da Bósnia-Herzegovina. O Presidente Tudjman, da Croácia, não escondia as ambições territoriais da Croácia relativas à Bósnia e demonstrava em público seu desprezo pelos muçulmanos. O lobby nacionalista linha dura "Herzegovina" permanecia como uma força política em Zagreb e o ministério autoproclamado de Herzeg-Bosna, em Herzegovina, adotou toda a legislação croata e também a moeda. A fronteira da Croácia com a Bósnia-Herzegovina praticamente não existia e as

autoridades locais croatas obstruíram constantemente os esforços da União Européia para reintegrar a dividida cidade de Mostar.

Em março de 1995, o cessar fogo, que entrara em vigor a 1º de janeiro, na prática não existia mais (ele deveria durar quatro meses). O número de baixas civis aumentava em todo o território, bem assim como o número de deslocados. Em meados do mês, o exército bósnio lançou uma importante ofensiva nas montanhas dominadas pelos servo-bósnios, em torno de Tuzla, no nordeste, e em torno de Travnik, na Bósnia Central, tendo capturado os pontos elevados que dominavam essas cidades críticas, com isso aumentando muito a segurança delas e garantindo a sua permanência nas mãos dos bósnios.

Entrementes, cresciam as exigências do presidente croata Trudjman para a renovação do mandato das Nações Unidas na Croácia – conforme já vimos, a Croácia preparava-se para desencadear uma ofensiva fulminante contra os sérvios da Eslavônia e de Krajina – e temia-se o recrudescimento do conflito na Croácia, com as possíveis conseqüências na Bósnia-Herzegovina.

## A CRISE DOS REFÊNS

Com o fim oficial do cessar-fogo na Bósnia, a 1º de maio de 1995, a violência do conflito aumentou significativamente. Os servo-bósnios voltaram a bombardear impiedosamente Sarajevo, causando, mais uma vez, grande número de vítimas civis. O comandante das forças das Nações Unidas na Bósnia-Herzegovina, General Rupert Smith, pediu ataques aéreos contra as posições de artilharia dos servo-bósnios, mas teve o seu pedido negado pelo representante especial das Na-

28 N.A.: Considerando que Mladic mostrou-se sempre mais radical que Karadzic, o apoio a este seria mais lógico politicamente, justifica-se o apoio a Mladic tendo em vista que Karadzic poderia tornar-se um competidor a Milosevic – essa última hipótese seria confirmada em novembro de 1995, quando Milosevic expurgou altos membros do seu partido e titulares de rádio, televisão e jornais que apoiavam Karadzic.

ções Unidas, que temia represálias contra o seu pessoal, motivando pesadas críticas, especialmente dos Estados Unidos. Tal divergência levou Boutros-Ghali, secretário-geral da Organização, a rever fundamentalmente toda a operação de paz na Bósnia-Herzegovina, pois, sem qualquer dúvida, a política de áreas de segurança não estava funcionando, seja porque a comunidade internacional não tinha a coragem ou a coerência para garanti-las, seja porque a política em si mesma estava errada.

No final do mês, Boutros-Ghali apresentou quatro opções para a manutenção da paz: a manutenção das operações correntes, limitando o papel das forças internacionais às ações humanitárias; a utilização de ataques aéreos, para obrigar os envolvidos a cumprirem os acordos feitos; o abandono das operações, com a retirada das forças das Nações Unidas da região; e, finalmente, a diminuição do ritmo das operações pela UNPROFOR, reduzindo suas atividades ao mínimo indispensável. Considerando que as ações militares agressivas são incompatíveis com uma missão de manutenção da paz, ele optou pela última solução, que incluiu negociações e o monitoramento dos acordos locais, a manutenção da presença das forças internacionais nas áreas de segurança, a operação do aeroporto de Sarajevo para que a chegada da ajuda humanitária fosse possível e o apoio a qualquer entrega de caráter humanitário. As forças das Nações Unidas só seriam autorizadas a usar a força para a auto-defesa.

As principais potências envolvidas no conflito tinham opiniões próprias sobre as quatro opções, mas essas opiniões iam mudando ao longo do tempo, em função de fatores internos e de acontecimentos que tinham lugar na Bósnia-Herzegovina, que criavam novas oportunidades e imperativos.

Em termos gerais, havia duas opções estratégicas:

- tentar manter o processo de negociações entre os partidos para a obtenção de um acordo de paz, na esperança de, por exaustão das partes, poder se chegar, pacificamente, a um acordo, mesmo que cedendo em grande parte às pretensões dos servo-bósnios; este ponto de vista era esposado pelo Reino Unido e pela França, que, por terem o maior número de soldados envolvidos, não queriam provocar os servo-bósnios e expor seus soldados a riscos indevidos, e também pela Rússia, cuja principal motivação não era o pan-eslavismo, mas simplesmente o desejo de obter maior influência na área;<sup>29</sup>

- empregar as forças internacionais em força, especialmente através de ataques aéreos seletivos pela aviação da OTAN, para reprimir os servo-bósnios e compeli-los a aceitar um acordo negociado com base no Plano do Grupo de Contacto; essa era a opção defendida pelos Estados Unidos (conforme veremos, a experiência americana na Bósnia-Herzegovina orientou fortemente as suas ações em Kosovo).

Havia claramente uma forte divergência com relação aos bombardeios entre os Estados Unidos e seus principais aliados europeus, sobretudo Reino Unido e França, que tinham contingentes significativos nas forças de paz das Nações Unidas na Bósnia-Herzegovina, enquanto os americanos não tinham.

As divergências dentro dos Estados Unidos – onde um Congresso republicano se defrontava com um executivo democrata – levaram a que os americanos, contra a vontade do executivo, suspendessem unilateralmente o embargo de armas para ambos os lados em conflito, o que, na prática, significava liberar armas apenas para os muçulmanos.

29 N.A.: A Rússia defendia ainda a total suspensão das sanções contra a Iugoslávia.

Os países da OTAN, que contribuíam com os maiores efetivos de homens para as forças de paz, condenavam a atitude dos Estados Unidos por julgarem que essa liberação levaria a uma escalada do conflito, poria em risco a imparcialidade da UNPROFOR e tornaria impossível o cumprimento por ela das tarefas humanitárias que lhe tinham sido atribuídas. A Rússia chegou a anunciar a retirada de suas forças.

Apesar dessas diferenças e da posição do secretário-geral das Nações Unidas, no final de maio de 1995, o General Rupert Smith fez um *ultimatum* a todos os envolvidos no conflito para não fazerem mais uso das armas pesadas, caso contrário ficariam sujeitos a ataques aéreos pelos aviões da OTAN; exigiu ainda que os servo-bósnios devolvessem todos os canhões que haviam retirado dos depósitos das Nações Unidas e entregassem todas as demais armas pesadas. A resposta de Karadzic não se fez esperar: "Se as Nações Unidas ordenarem ataques aéreos, serão tratados como inimigos"; os servo-bósnios ameaçaram ainda tomar tropas das Nações Unidas como reféns e ocupar os enclaves de Srebrenica, Zepa e Gorazde, na Bósnia Oriental.

Depois de um feroz bombardeio de Sarajevo pelos servo-bósnios, Smith ordenou a realização de ataques aéreos contra alvos militares: seis jatos da OTAN bombardearam um depósito de munição dos servo-bósnios nas proximidades de Pale. A reação destes foi pronta: atacaram Sarajevo, Srebrenica, Tuzla, Gorazde e Bihac, entrando em choque com tropas francesas da

UNPROFOR; em Tuzla, um projétil caiu no centro da cidade, matando 71 pessoas, na maioria adolescentes, e deixando 165 feridos. Os servo-bósnios começaram a tomar como reféns centenas de soldados das Nações Unidas, incluindo britânicos, franceses, canadenses, russos e outros, muitos sendo acorrentados a pontes, depósitos de munição e outros alvos potenciais da OTAN; ao todo, foram mais de 370 reféns.

A crise entre os aliados generalizou-se, muitos condenando os bombardeios.

---

**Os servo-bósnios começaram a tomar como reféns centenas de soldados das Nações Unidas, incluindo britânicos, franceses, canadenses, russos e outros, muitos sendo acorrentados a pontes, depósitos de munição e outros alvos potenciais da OTAN; ao todo, foram mais de 370 reféns**

---

O comandante supremo do Exército Servo-Bósnio, Matlic, declarou nulos todas as Resoluções do Conselho de Segurança, todos os ultimatos e todos os acordos com as Nações Unidas. Milosevic, presidente da Iugoslávia, tornou-se o elemento chave para procurar uma saída para a crise, servindo de intermediário entre a comunidade internacional e os servo-bósnios; graças à sua intervenção, 120 reféns foram libertados em pouco tempo e, mais tarde, após nova intervenção iugoslava, os reféns

remanescentes foram sendo libertados em grupos, ao longo das três primeiras semanas de junho. A OTAN teve de garantir que não realizaria mais ataques aéreos: uma derrota humilhante para as Nações Unidas e para as forças internacionais.

A 3 de junho de 1995, com a intensificação dos combates em toda a Bósnia-Herzegovina, a OTAN e a União da Europa Ocidental (UEO), numa reunião realizada em Paris, decidiram criar uma Força de Reação Rápida, com cerca de 14 mil homens, muito bem equipados,

provenientes do Reino Unido, França e Países Baixos. A força seria um compromisso entre os imperativos da OTAN e das Nações Unidas: usariam uniformes nacionais mas operariam dentro da estrutura militar das Nações Unidas; ela teria a obrigação de retaliar caso as forças das Nações Unidas fossem atacadas, ajudar unidades isoladas a se reagruparem, prestar apoio a enclaves cercados na Bósnia Oriental, levar suprimentos e soldados das Nações Unidas cercados e policiar as zonas livres de armas estabelecidas pelas Nações Unidas.

Numa tentativa de romper o cerco de Sarajevo, que estava sob tremenda pressão – mortes de civis em ascensão, água e eletricidade cortadas, vôos humanitários suspensos desde abril –, tropas do Exército Bósnio lançaram uma ofensiva contra as posições sérvias em torno de Sarajevo, a 15 de junho. Os servo-bósnios responderam intensificando os bombardeios contra Sarajevo e declararam uma mobilização especial. Após várias semanas de combate, apesar do apoio dado aos muçulmanos pela artilharia dos croato-bósnios – o que ocorria pela primeira vez –, a ofensiva do Exército Bósnio esvaziou-se.

### A QUEDA DE SRBRENICA

O assalto a Srbrinca pelas forças servo-bósnias, no início de julho de 1995, constituiu-se na maior derrota explícita das forças internacionais na Bósnia-Herzegovina e foi amplamente reconhecida como uma das mais graves humilhações não só das Nações Unidas, mas da aliança ocidental.

A cidade tinha cerca de 42 mil bósnios, na maioria deslocados de outras áreas, e era

defendida por cerca de 4 mil soldados bósnios fracamente armados. Um total de 70 soldados holandeses das forças internacionais foram colocados na cidade sitiada, enquanto outros 400 ficaram baseados em Potocari, cinco quilômetros mais ao norte.

O ataque teve início a 6 de julho, com pesado bombardeio de artilharia. Por diversas vezes, nos dias seguintes, as tropas holandesas pediram apoio aéreo próximo para repelir as forças atacantes, mas, devido à triste experiência anterior, esse pedido foi repetidamente recusado pelo comandante das forças das Nações Unidas. Dois dias mais tarde, as forças servo-bósnias facilmente ul-

trapassaram as posições das Nações Unidas, fazendo 32 reféns entre os soldados holandeses e, no dia seguinte, os carros de combate estavam a menos de dois quilômetros do centro da cidade.

A 11 de julho, diante da situação crítica dos defensores, os jatos da OTAN realizaram dois ataques aéreos, conseguindo retardar o avanço das colunas

de carros de combate servo-bósnios, mas um terceiro ataque foi suspenso, porque os servo-bósnios ameaçaram matar alguns dos reféns holandeses.

Pouco depois, a cidade caía. As tropas holandesas fugiram para sua base em Potocari, seguidas por milhares de refugiados. Mladic supervisionou pessoalmente o carregamento de mulheres e crianças muçulmanas nos ônibus, expulsando-os para áreas em mãos do governo da Bósnia-Herzegovina; os homens ainda em idade de lutar foram presos e levados para campos de concentração.

Os refugiados e os soldados bósnios em fuga tiveram que enfrentar minas, emboscadas armadas pelos inimigos e diversas frentes

---

## A OTAN teve de garantir que não realizaria mais ataques aéreos: uma derrota humilhante para as Nações Unidas e para as forças internacionais

---

de combate; execuções, torturas e estupro tornaram-se rotina, muitos enlouquecendo de medo. Milhares desapareceram.

Posteriormente, documentos comprovaram evidências de execuções em massa, na pior atrocidade desse conflito, possivelmente o maior massacre ocorrido na Europa após a Segunda Guerra Mundial. A 27 de julho, o Tribunal Internacional para Crimes na Antiga Iugoslávia, em Haia, indiciou Karadzic e Mladic por suspeita de genocídio; a 17 de novembro, as acusações seriam ampliadas para incluir a responsabilidade pela morte de 8 mil pessoas em Srebrenica.

A reação internacional à queda de Srebrenica foi vociferante, mas dividida, cabendo a Jacques Chirac a reação mais violenta. A resposta conjunta das grandes potências foi a convocação de mais uma conferência, reunindo os países do Grupo de Contacto e outros que contribuíam com homens para a UNPROFOR; a conferência teve lugar a 21 de julho, em Londres, recomendando "uma resposta substancial e decisiva" contra qualquer ataque a Gorazde.<sup>30</sup>

Zepa caiu a 25, com as tropas bósnias fugindo para as montanhas. Desta feita, os 15 mil civis dentro da armadilha foram "humanitariamente" expulsos, com pelo menos um soldado das Nações Unidas acompanhando cada ônibus que deixava a cidade. Mais uma vez, porém, os homens em idade de convocação foram separados e enviados para campos

de concentração. Dois dias mais tarde, o observador especial das Nações Unidas, o ex-primeiro ministro da Polónia Tadeusz Mazowiecki, renunciou, denunciando a "hipocrisia do mundo", visivelmente demonstrada quando da queda de Srebrenica e pela fraca reação que se seguiu. Em retrospecto, o plano servo-bósnio era claro: ocupar a maioria dos enclaves em mãos dos muçulmanos e expulsá-los da área, garantindo dessa forma uma posição extremamente vantajosa para as

futuras negociações, que inevitavelmente ocorreriam. É forçoso reconhecer que o plano funcionou com perfeição, conforme será visto adiante.

Os servo-bósnios evitaram a esperada confrontação em Gorazde, o remanescente enclave oriental, e atacaram outra vez na região de Bihac, em aliança com as forças combinadas de Abdic e dos rebeldes sérvios de Krajina. O governo croata, sentindo a ameaça, enviou milhares de homens para reforçar as forças dos

croata-bósnios, e essas forças combinadas tomaram as cidades bósnias Grahovo e Glamoc, cortando assim as linhas de suprimento sérvias para Krajina e criando condições favoráveis para o ataque do Exército croata contra Krajina, conforme discutido anteriormente: no começo de agosto de 1995, as Forças Armadas croatas impuseram uma derrota contundente aos sérvios de Krajina, recapturando toda a região de Krajina, inclu-

---

### **Pouco depois, Srebrenica caía. As tropas holandesas fugiram para sua base em Potocari, seguidas por milhares de refugiados**

\*

### **Execuções, torturas e estupro tornaram-se rotina, muitos enlouquecendo de medo. Milhares desapareceram**

---

30 N.A.: Pouco depois, as tropas britânicas retiravam-se de Gorazde para evitar que os servo-bósnios pudessem fazer mais reféns, sem dúvida uma resposta não muito decisiva e menos ainda substancial.

sive o bastião de Knin. As conseqüências logo se fizeram sentir na Bósnia-Herzegovina: em questão de dias, o extenso território ocidental dos servo-bósnios em torno de Banja Luka foi reduzido a um mero enclave, ligado à Sérvia por um estreito corredor em Brcko, e a ofensiva combinada de croatas e bósnios rompeu o cerco de Bihac, alterando-se assim o equilíbrio militar na Bósnia-Herzegovina.

Estes sucessos provocaram, mais uma vez, o deslocamento de grandes massas humanas, que fugiam das áreas onde sua etnia, que não tinha o controle militar da região, era implacavelmente perseguida.

Com os últimos acontecimentos militares, tanto em Krajina como em Srebrenica e Zepa, o mapa da região ficou dividido em territórios mais compactos, etnicamente homogêneos, facilitando a partilha da Bósnia-Herzegovina entre os partidos litigantes: em meados de agosto, o assistente secretário de estado dos Estados Unidos,

Richard Holbrooke, apresentou um novo plano de paz, baseado no Plano do Grupo de Contacto, em que era mantida a divisão territorial 51:49, mas com a definição das áreas sendo feita de modo a refletir mais proximamente a nova situação militar.

Pelo novo plano, os servo-bósnios manteriam em seu poder os enclaves recentemente capturados, mas o governo bósnio, para compensar a perda, receberia uma área em torno de Sarajevo; a proposta previa o uso da força contra os servo-bósnios, caso eles não cumprissem o acordo, e punha de lado as restrições que se faziam anteriormente para

uma relação, tipo confederação, entre os servo-bósnios e a Sérvia. Com isso, o Plano recebeu apoio internacional e também dos servo-bósnios; o governo bósnio, embora não recusasse o Plano, manteve-se céptico quanto à sua implementação.

Na manhã de 28 de agosto de 1995, uma granada singela caiu no centro de Sarajevo, matando 37 pessoas e deixando feridas mais de 85; no dia seguinte, as Nações Unidas

anunciaram que, “além de qualquer dúvida razoável”, ficara demonstrado que a granada fora disparada de território controlado pelos servo-bósnios. A OTAN reagiu então de acordo: a 30 de agosto, aviões da França, Holanda, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos atacaram radares, o sistema de comunicações, bases de mísseis e de artilharia ao longo de todo o território controlado pelos servo-bósnios, com o objetivo de interferir com o seu sistema de defesa aérea integrado; a Força

de Ação Rápida, a postos em torno de Sarajevo, desencadeou um violento ataque de artilharia contra posições de morteiros e depósitos de munição.

O ataque das Nações Unidas teve, desta vez, conseqüências favoráveis: a Iugoslávia anunciou que estaria pronta a participar das futuras negociações de paz, com uma delegação chefiada por Milosevic – como criminosos de guerra, Radzic e Matlic estavam excluídos – representando todos os sérvios.

No começo de setembro, reuniram-se em Genebra ministros da Bósnia-Herzegovina, Croácia e Iugoslávia com os representantes

---

---

## **Dois dias mais tarde, o observador especial das Nações Unidas, o ex-primeiro-ministro da Polônia, Tadeusz Mazowiecki, renunciou, denunciando a “hipocrisia do mundo”, visivelmente demonstrada quando da queda de Srebrenica e pela fraca reação que se seguiu**

---

---

do Grupo de Contato. Holbrooke conseguiu um acordo sobre princípios básicos que deveriam orientar um acordo de paz. O acordo, entretanto, refletia ainda a contradição crítica da guerra: se por um lado reconhecia a existência legal da Bósnia-Herzegovina dentro de fronteiras bem estabelecidas, por outro aceitava a existência da República Srpska ligada à Bósnia-Herzegovina através de uma estrutura federativa.

Essas negociações, embora assinalassem alguns avanços, não puseram fim à luta. Numa ofensiva conjunta, que teve início a 11 de setembro, as forças do governo bósnio e dos croata-bósnios recuperaram cerca de 3.300 km<sup>2</sup> de território na Bósnia Central e na Ocidental, deixando cerca de 50% do território da Bósnia-Herzegovina nas mãos de muçulmanos e croata-sérvios, como previsto no plano de paz.

Apenas três dias mais tarde, a OTAN suspendeu as operações aéreas: foram feitas 3.400 missões, inclusive 850 de bombardeio, com os sérvios queixando-se da morte de mais de 200 civis. Nesse mesmo dia, tiveram lugar em Belgrado negociações com Holbrooke, Milosevic, Karadzic e Mladic, com os servo-bósnios concordando com a retirada de suas armas pesadas da zona de exclusão de Sarajevo e a colocação de algumas delas sob a supervisão internacional. Dia 15, o primeiro vôo humanitário e os primeiros comboios terrestres chegaram sem dificuldade a Sarajevo.

## O ACORDO DE DAYTON

A 5 de outubro de 1995, o Presidente Clinton anunciou uma trégua de 60 dias para permitir

terminar as novas conversações sobre um tratado de paz. Estas conversações tiveram lugar na base aérea Wright-Patterson, em Dayton, Ohio, a 1<sup>o</sup> de novembro: apesar de difíceis e demoradas, e contra a expectativa de muitos participantes, a 21 de novembro o Presidente Clinton pôde anunciar um "histórico e heróico" acordo de paz. O Acordo consagra a divisão 51:49 entre a Federação Bósnia-Croata e a República Srpska (ver figura 10), mas estabelecia uma capital única e não-dividida e um governo central cuja principal tarefa era manter a união e a democracia;

haveria uma constituição, uma presidência coletiva e um Parlamento onde os representantes de qualquer um dos grupos étnicos teria direito a veto; era assegurado o retorno aos seus lares de milhares de refugiados de guerra; uma força de 60 mil soldados da OTAN, sendo 20 mil cedidos pelos Estados Unidos – a força de Implementação (IFOR) –

teria o encargo de supervisionar a implementação do acordo, pelo prazo de um ano. Em dezembro, a ONU transferiu oficialmente a missão de paz na Bósnia-Herzegovina para a OTAN.

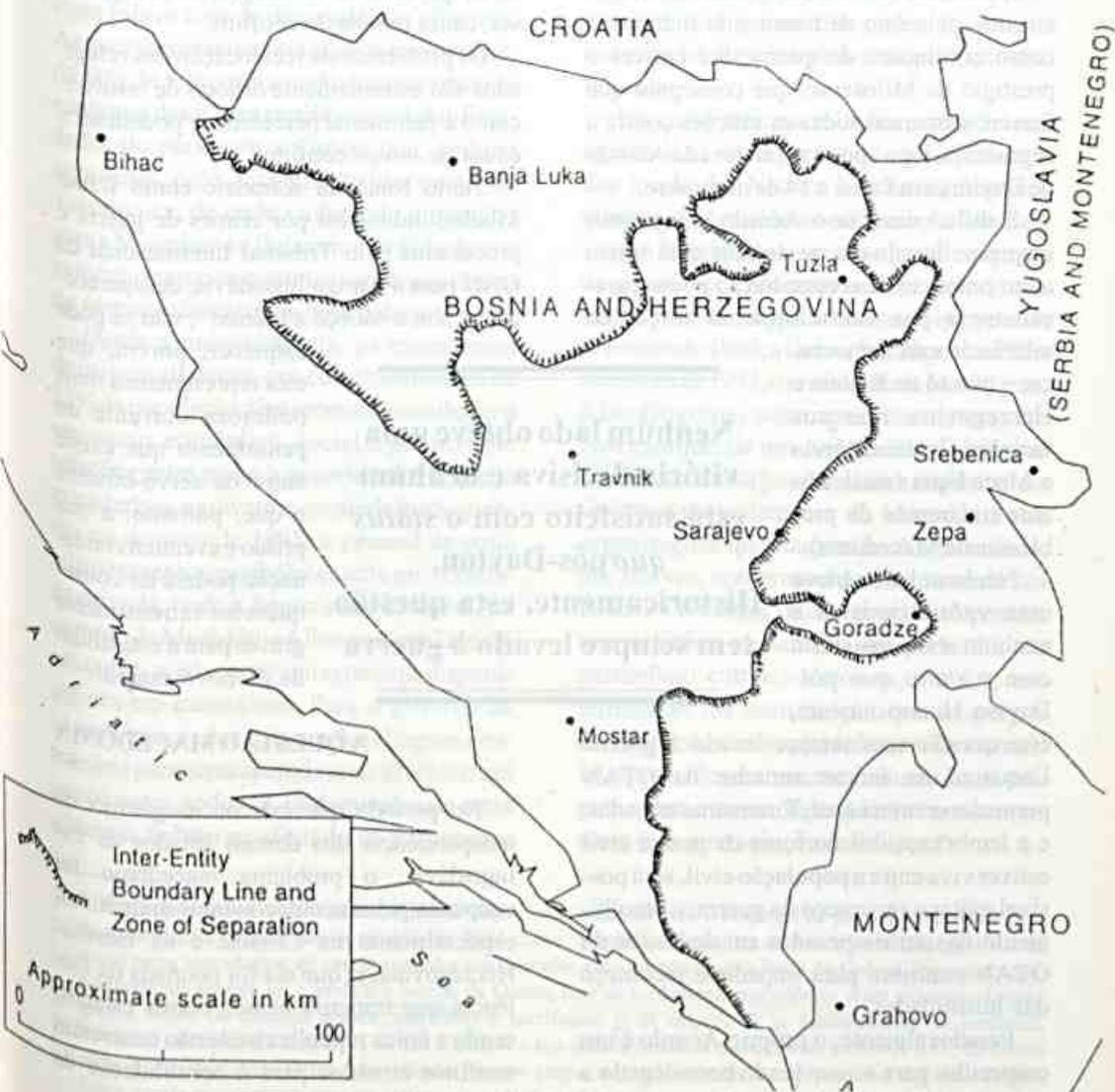
Num acordo separado, assinado um pouco antes, representantes da Croácia e da Bósnia assumiram o compromisso de contribuir para a completa integração do território e das instituições da Federação; a Bósnia-Herzegovina e a Iugoslávia trocaram oficialmente documentos de reconhecimento.

Pelo Acordo, o nome da República da Bósnia-Herzegovina era mudado para Bósnia e Herzegovina, mas permanecia como um estado soberano dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas; uma precisa linha

---

### **A OTAN suspendeu as operações aéreas: foram feitas 3.400 missões, inclusive 850 de bombardeio, com os sérvios queixando-se da morte de mais de 200 civis**

---



**A ZONA DE SEPARAÇÃO PELO ACORDO DE PAZ DE DAYTON**

**(Allied Command Europe Rapid Reaction Corps Headquarteis)**

de demarcação foi estabelecida entre a Federação, envolvendo muçulmanos e croato-bósnios, e a República Srpska.

A ausência de Radzic e Matlic nas negociações, pelo fato de terem sido indiciados como criminosos de guerra, fez crescer o prestígio de Milosevic, que conseguiu que fossem suspensas todas as sanções contra a Iugoslávia, logo após a assinatura do Acordo de Dayton, em Paris, a 14 de dezembro.

É difícil dizer se o Acordo vai garantir uma paz duradoura, se de fato dará início a um processo de reconciliação e reintegração, se a paz vai reforçar as forças da tolerância e da democracia – não só na Bósnia e Herzegovina, mas nos vizinhos Croácia, Sérvia e Macedônia (mais adiante trataremos de problemas da Macedônia).

Nenhum lado obteve uma vitória decisiva e nenhum está satisfeito com o *status quo* pós-Dayton. Historicamente,

esta questão tem sempre levado à guerra. Enquanto as forças armadas da OTAN permanecerem na área, fortemente armadas, e a lembrança dos horrores da guerra civil estiver viva entre a população civil, será possível evitar o recomeço da guerra; o recolhimento das armas pesadas em depósitos da OTAN contribui para impedir o recomeço das hostilidades.

Paradoxalmente, o próprio Acordo é um empecilho para a paz: tendo homologado a partição da Bósnia e Herzegovina, permitindo a existência de dois estados dentro de um estado e de dois exércitos independentes, a integração é uma hipótese extremamente remota. A exigência de consenso nos diversos

órgãos do governo central torna fácil aos radicais impedir o funcionamento do governo com um mínimo de eficácia. Não foi outra a razão que levou à desintegração da Iugoslávia, causa remota do conflito.

Os problemas da recolocação dos refugiados são extremamente difíceis de resolver, como é facilmente percebido, e podem ser a causa de novos conflitos.

Tanto Radovan Karadzic como Ratko Mladic, indiciados por crimes de guerra e procurados pelo Tribunal Internacional da ONU para a Antiga Iugoslávia, desapareceram e têm a cabeça a prêmio<sup>31</sup>; não se pode

esquecer, porém, que eles representam a mais poderosa corrente de pensamento que existe entre os servo-bósnios e que, portanto, a sua prisão e eventual condenação poderá ter consequências extremamente graves para a estabilidade do novo estado.

---

**Nenhum lado obteve uma vitória decisiva e nenhum está satisfeito com o *status quo* pós-Dayton. Historicamente, esta questão tem sempre levado à guerra**

---

#### A QUESTÃO MACEDÔNIA

No período que marcou as guerras de independência dos demais estados da ex-Iugoslávia, o problema macedônio foi eclipsado pelos acontecimentos dramáticos, especialmente na Croácia e na Bósnia-Herzegovina, já que ela foi poupada da violência que imperou nesses outros estados, sendo a única república onde não ocorreram conflitos armados para a consolidação da independência.

A partir do momento em que as tropas das Nações Unidas, em 1993, foram empregadas para a proteção das fronteiras da Macedônia com a Iugoslávia e com a Albânia, a maior

31 N.A.: Os Estados Unidos oferecem uma recompensa de US\$ 5 milhões por informações que levem à captura dos dois.

ameaça à paz no país deixou de ser a agressão externa para ser a resultante dos problemas internos do país, em especial os decorrentes das difíceis relações entre os macedônios de etnia eslava e os de descendência albanesa. As questões externas eram as que provinham do fato de a Iugoslávia não ter reconhecido nenhuma das novas repúblicas e das dificuldades do país com a Grécia que, embora agravadas pelo fechamento do porto de Tessalônica, de onde vinha todo o petróleo para a Macedônia e fluía cerca de 80% do seu comércio exterior, continuavam como objeto de negociação entre os dois países.

Desde a independência, os macedônios de origem albanesa, que constituem cerca de 23% da população, têm procurado melhorar o seu *status* econômico, social e político. As relações entre eles e a maioria eslava, que já eram tensas, agravaram-se ainda mais quando, no começo de 1995, o pessoal de etnia albanesa tentou estabelecer uma universidade privada, onde a língua seria albanesa, no coração da Macedônia Albanesa, em Tetovo; até então, a educação universitária disponível era em macedônio. Para o governo da Macedônia, a educação em duas línguas contribuiria para separar ainda mais as etnias; um pouco antes, todos os 18 deputados de etnia albanesa tinham se afastado do parlamento

em protesto contra uma lei proibindo o uso da língua albanesa nas carteiras de identidade e passaportes macedônios; o boicote estendeu-se até 14 de julho, quando vencia o prazo de ausência permitida antes de serem convocadas eleições para a substituição dos faltosos.

No que se refere às relações com a Grécia, apesar de se sentir protegida com a presença das forças das Nações Unidas na fronteira comum, a Macedônia sofria com o fato de a Grécia lhe impedir o acesso a grande número de organizações internacionais e, pior do que isso, com o embargo econômico que, desde fevereiro de 1994, a Grécia lhe impunha.<sup>32</sup> Em setembro de 1995, o presidente da Macedônia, Kiro Grigorov, autorizou a assinatura, em Nova Iorque, de um Acordo Provisório que pôs fim ao embargo econômico imposto pela Grécia e ao isolamento da Macedônia das organizações internacionais. A Macedônia, por sua vez, comprometia-se a retirar de sua bandeira a Estrela de Vergina de 16 pontas, que a Grécia reclamava ser parte do seu patrimônio cultural histórico, e a dar, aos termos de sua constituição que os gregos consideravam ter implicações irredentistas,<sup>33</sup> interpretações menos revolucionárias. A disputa sobre o nome "Macedônia" ainda continua sem uma solução definitiva.<sup>34</sup>

32 N.A.: Os problemas entre a Macedônia e a Grécia relacionam-se com o emprego da palavra Macedônia para designar o país quando da sua criação em 1944 como "República Socialista da Macedônia" (Skopje) e com o uso pelos macedônios de certos símbolos considerados como patrimônio cultural da Grécia. Para os gregos, a Macedônia sempre foi e ainda é o bastião da Grécia, pois os verdadeiros macedônios eram indubitavelmente gregos, tendo os mesmos deuses, santuários e sacrifícios; já os eslavos só se estabeleceram na península balcânica em torno do século VI da Era Cristã, e a sua cultura histórica começou no século X d.C., de fontes grego-bizantinas; desta forma, são ridículas para os gregos as histórias sobre a origem eslava dos macedônios. Estes contra-argumentam que os antigos macedônios não eram gregos, mas relacionados com os ilírios e trácios; com a chegada dos eslavos nos séculos VI e VII da Era Cristã, eles se misturaram com os antigos macedônios não-gregos, criando um novo povo, os eslavo-macedônios, dos quais descendem os atuais macedônios. Ver *The Falsification of Macedonian History*, Nicolaos K. Martis, ed. Athanasiades Bros, Athens, 1993, 232 p.

33 N.A.: Os gregos consideram que os termos usados na constituição da Macedônia são um incitamento à revolta das regiões da Grécia consideradas macedônias (a Macedônia do Egeu), para que elas sacudam o jugo grego e se juntem à Macedônia.

34 N.A.: As ser aceita como membro das Nações Unidas, em abril de 1993, a Macedônia, por imposição da Grécia, teve de mudar o nome para "Ex-República Iugoslava da Macedônia".

Em outubro de 1995, houve uma tentativa de assassinato do Presidente Kiro Grigorov, ou por terroristas macedônios inconformados com as concessões feitas por ele aos gregos ou por nacionalistas albaneses que lutam por maior autonomia da minoria de etnia albanesa da Macedônia. A questão permanece até hoje sem resposta.

Em abril de 1996, em consequência das novas condições estabelecidas na região devido ao Acordo de Dayton, a Macedônia, como outras repúblicas da ex-Iugoslávia, reatou relações diplomáticas com a Iugoslávia e, em outubro, assinou com ela um acordo comercial que aboliu grande número de tarifas alfandegárias entre os dois países.

A partir de 1997, as tensões entre a minoria de etnia albanesa e o governo agravaram-se, em especial no que concerne ao uso do albanês no ensino, com manifestações estudantis contra e a favor.

## KOSOVO-METOHIJA: O NOVO INTERVENционISMO

Conforme já discutido, as províncias sérvias de Vojvodina, onde 50% da população são de etnia sérvia e há um expressivo contingente de magiares, e de Kosovo, onde a esmagadora maioria da população é de etnia albanesa (os albano-kosovares) – pelo censo de 1991, há 1,9 milhão de kosovares, dos quais 1,6 milhão são de origem albanesa (84,2%)<sup>35</sup> –, tiveram, pelas Constituições de 1965 e 1974, um grau considerável de autonomia, especialmente a de 1974, que deu às duas províncias praticamente o *status* de repúblicas, com a responsabilidade pela polícia, pela

justiça e, em certa medida, até mesmo pela defesa externa.

Esta situação, porém, incomodava os nacionalistas sérvios. Slobodan Milosevic, secretário do Partido Comunista Iugoslavo, havia iniciado, desde 1987, uma campanha nacional contra a autonomia das províncias. Na Vojvodina, onde os sérvios são a maioria, assumiu, em outubro de 1988, um governo pró-Milosevic que deu início a um processo de expurgo de seus adversários políticos, precisamente os que queriam manter a autonomia; quando, em 1989, Milosevic revogou a autonomia das duas províncias, a reação na Vojvodina foi pequena, mas em Kosovo foi muito forte o repúdio dos albano-kosovares à medida e bastante violenta a repressão sérvia; os incidentes, na verdade, começaram antes da revogação oficial da autonomia.

Apesar de serem uma minoria em Kosovo, os sérvios exploravam-na como se ela fosse uma colônia, ocupando todos os empregos públicos e privados e mantendo uma força policial particular para garantir os seus privilégios. Para a combatida economia da Iugoslávia, os recursos em dinheiro provenientes do enorme complexo de minas de Trepça, em Kosovo – alguns milhões de dólares anuais –, eram vitais, sendo esta, possivelmente, uma das principais razões para Milosevic querer manter a região sob estrito controle sérvio; a outra razão é de natureza histórica, sendo Kosovo o berço do moderno nacionalismo sérvio.<sup>36</sup>

A suspensão da autonomia das duas províncias não pode ser vista isoladamente, pois as consequências logo se fizeram sentir nas diversas repúblicas que constituíam a Iugos-

35 N.A.: Depois da batalha de Kosovo, no século XIV, em que os sérvios foram derrotados pelos turcos otomanos, a região ficou sob o domínio desses conquistadores por cerca de 500 anos; durante esse período, os sérvios, para escaparem da opressão, foram abandonando a região, dirigindo-se para o norte em grandes levadas, abrindo espaço para que uma outra população vinda do sul se instalasse no local, os albaneses, que acabaram tornando-se a maioria no local.

36 N.A.: *Os senhores de Kosovo?*, Chris Hedge, em *Foreign Affairs*, ed. brasileira, n° 32, maio de 99.

lândia: generalizou-se nelas, em especial na Eslovênia e na Croácia, o receio de a Sérvia impor um governo centralista em Belgrado.<sup>37</sup> A campanha nacionalista radical desencadeada pelo líder sérvio era uma tentativa de desviar a atenção da população dos turbulentos problemas econômicos do país e, talvez, uma maneira equivocada de procurar impedir a sua desintegração política.

Durante todo o ano de 1990, ocorreram distúrbios em Kosovo, os manifestantes entrando em choque com as forças de segurança; em julho, o Parlamento iugoslavo aprovou uma resolução que lhe permitia impor a todas as províncias qualquer lei por ele aprovada e abolir quaisquer instituições provinciais; logo após, foi fechado o jornal de Kosovo escrito em língua albanesa, foram proibidos os programas de televisão em albanês e foi dissolvida a Assembléia de Kosovo.

Reunidos secretamente, mais de cem delegados de etnia albanesa declararam a província uma república, unida à Iugoslávia por um sistema federativo.

Em meio à guerra civil e ao colapso econômico, a Iugoslávia continuou a desintegrar-se em todo o ano de 1991, com a Eslovênia e a Croácia proclamando a sua independência em junho. Neste ano, a produção industrial caiu cerca de 25% em relação a 1990, ano em que a produção industrial tivera queda de 11% e o PIB caíra 8,5%.

Em meio a essas dificuldades, as questões de Kosovo ficaram em segundo plano durante o ano de 1991; em maio, os albanos-kosovares realizaram extra-oficialmente eleições para um governo clandestino da república, sendo o moderado Ibrahim Rugova eleito presidente da autoproclamada República de Kosovo.<sup>38</sup> Rugova era a voz moderada dos albanos-kosovares e pensava fazer de sua revolução pacífica um exemplo de civilidade e tolerância, conquistando dessa forma a simpatia e, conseqüentemente, o apoio das democracias ocidentais. Na medida, porém, que a repres-

são sérvia aumentava, criavam-se as condições necessárias para o fortalecimento dos radicais, organizados em torno do Exército de Libertação de Kosovo (ELK).

Nos três anos seguintes, embora os incidentes e os choques armados continuassem a ocorrer em Kosovo, os problemas

da província foram ofuscados pelos acontecimentos na Croácia e na Bósnia-Herzegovina. Conforme vimos, nesse período, Milosevic foi diminuindo a interferência da Iugoslávia nos conflitos – tanto na Croácia, não ajudando os sérvios na Eslovênia Ocidental e na Krajina, como na Bósnia-Herzegovina, fechando as fronteiras para que armamento não pudesse ser transferido para os servo-bósnios – e atuou decisivamente para que o Acordo de Dayton se tornasse realidade, intermediando as negociações pelos servo-bósnios,

---

### **Logo após, foi fechado o jornal de Kosovo, escrito em língua albanesa, foram proibidos os programas de televisão em albanês e foi dissolvida a Assembléia de Kosovo**

---

37 N.A.: Na Eslovênia, por exemplo, em setembro de 1989, a Assembléia adotou uma série de medidas constitucionais que incluíam o direito de autodeterminação, podendo chegar até à recessão, e também o direito de decidir se o estabelecimento de um estado de emergência pelo governo central, em tempo de paz, seria ou não aplicável à Eslovênia.

38 N.A.: Em 1998, ele seria reeleito para o cargo.

cujos líderes, indiciados por crimes de guerra, não foram aceitos como interlocutores.

Em novembro de 1996, foram realizadas eleições municipais na Iugoslávia e, para surpresa geral, os socialistas de Milosevic perderam para a frente oposicionista Zajedno, de centro direita, apesar desta não ter acesso aos meios de comunicação controlados pelo estado: a oposição venceu em 32 municípios, inclusive em 14 das 18 maiores cidades do país, conquistando a maioria das cadeiras até na Câmara Municipal de Belgrado. Sentindo-se perdido, Milosevic anunciou a anulação do pleito; a oposição iniciou uma onda de protestos em muitas cidades do país e a opinião pública mundial

pressionou o líder sérvio; nos últimos dias do ano, uma missão da Organização para Cooperação e Segurança na Europa (OCSE) pressionou Milosevic a aceitar o resultado das eleições e ele, sem alternativa, cedeu.<sup>39</sup> O isolamento de Milosevic ainda se agravou quando Montenegro, o parceiro da Sérvia

na Iugoslávia, recusou-lhe qualquer apoio na crise.

Às voltas com todos esses problemas, Milosevic procurou temporizar em Kosovo, assinando com Rugova um acordo, pelo qual eram restabelecidas as aulas na província, interrompidas há bastante tempo por razões lingüísticas, com enorme prejuízo de cerca de 300 mil crianças albanos-kosovares; procurando aliviar as tensões, ele restabeleceu relações diplomáticas plenas com a Macedônia e deu os primeiros passos no sentido de normalizar as relações com a Croácia

e com a Bósnia-Herzegovina. Contudo, a continuação piora da situação econômica e social do país mantinha Milosevic debilitado. Apesar do acordo com Rugova, as tensões em Kosovo não diminuíram, com confrontos cada vez mais freqüentes entre sérvios e o ELK.

A opinião pública mundial, com a liderança dos Estados Unidos, passou a defender um *status* especial para Kosovo: a província voltaria a ter a autonomia perdida em 1989, mas continuaria como uma província da Sérvia, descartando-se, pois, qualquer idéia de secessão, apesar da insistência dos albanos-kosovares, tanto moderados como radicais, pela total independência.

No início de 1998, houve um recrudescimento da repressão em Kosovo: as acusações de massacres e limpeza étnica ocuparam a mídia internacional. Milosevic passa a ocupar o lugar antes ocupado por Kadafi, Komeini, Saddam Hussein, de inimigo público número um da humanidade.

Milosevic, enfraquecido externa e internamente, procurou, agindo com extremo rigor em Kosovo, fomentar o nacionalismo sérvio, de forma a fazer todos esquecerem as crescentes dificuldades econômicas e a evidente má administração do governo, e assim se manter no poder.

Em janeiro de 1998, Milo Djukanovic foi eleito presidente de Montenegro, derrotando o candidato de Milosevic; as relações entre os dois países tornaram-se ainda mais difíceis.

---

### **Pelo acordo, eram restabelecidas as aulas na província, interrompidas há bastante tempo por razões lingüísticas, com enorme prejuízo de cerca de 300 mil crianças albanos-kosovares**

---

39 N.A.: Nos primeiros meses de 1997, ele reconheceu a derrota nas eleições de 1996. A continuação e recrudescimento dos distúrbios em toda a Iugoslávia contribuíram para essa decisão.

Em resposta às pressões internacionais, Milosevic, em abril, realizou um plebiscito para que o povo iugoslavo se pronunciasse sobre a conveniência de o país aceitar a intervenção estrangeira para resolver a crise em Kosovo. Como era facilmente previsível, a grande maioria dos iugoslavos votou contra.

O partido de Djukanovic venceu, em maio, as eleições parlamentares em Montenegro e, fortalecido, tomou uma série de medidas independentes: é susado o repasse de impostos para o governo federal, sob a alegação de que ele não era legitimamente constituído; uma intensa campanha é deslançada, estimulando os montenegrinos a não se alistarem no exército iugoslavo; é feito o anúncio de que se estuda a abertura de embaixadas em cinco capitais estrangeiras; aumentam as críticas a Milosevic por não aceitar a autonomia de Kosovo e de se opor à liberdade e à indispensável reforma da economia.

Não tendo havido melhoras na situação em Kosovo, em junho de 1998, a União Europeia decreta sanções contra a Iugoslávia: proíbe investimentos europeus na Iugoslávia e congela bens de sérvios no exterior.

Em outubro, as tensões haviam atingido um ponto quase insuportável; os países da OTAN, unanimemente, determinam o fechamento de suas embaixadas em Belgrado e recomendam a saída do país de seus nacionais.

A OTAN, apesar das dificuldades específicas da situação – a região fazia parte de um estado soberano e não era independente; o Conselho de Segurança das Nações Unidas não havia pedido a intervenção da OTAN; os aliados dentro da organização divergiam quanto à evolução desejada da crise –, decidiu empregar o seu poder aéreo para pôr fim às operações sérvias em Kosovo; para alívio de alguns dos aliados dos Estados Unidos, que discordavam dessa evidente violação da Carta

das Nações Unidas, logo após foi acordado um cessar-fogo, tornando inoportuna a intervenção da OTAN.

A trégua foi rompida pelos sérvios em fevereiro de 1999, renovando-se as acusações de atrocidade contra a população de Kosovo de origem albanesa. O Reino Unido e a França agiram rápido, conseguindo levar as partes em conflito a aceitar participar de uma conferência de paz, na localidade francesa de Rambouillet; a OTAN comprometeu-se a enviar, como fizera na Bósnia, uma força de implementação tão logo a paz fosse alcançada.

Como Milosevic não aceitou a exigência da presença de uma força da OTAN em Kosovo, as negociações fracassaram e os sérvios retornaram os ataques contra a população albano-kosovar. Em março de 1999, a OTAN deu início aos bombardeios aéreos.

Alguns defensores da iniciativa da OTAN<sup>40</sup> alegaram que a decisão foi tomada porque a OTAN teria a informação de que “o Exército iugoslavo tinha elaborado uma espécie de solução final – a deportação em massa dos albano-kosovares – para pôr fim às ameaças do Exército de Libertação de Kosovo (ELK)”; tal operação teria o codinome “Ferradura”; a OTAN, embora dizendo desconhecer o plano, afirmou que “os ataques aéreos e os bombardeios da OTAN sobre a Iugoslávia começaram em resposta à inusitada concentração de tropas sérvias, tanto militares como policiais, em torno da província de Kosovo”.<sup>41</sup>

Os ataques aéreos tiveram início a 24 de março de 1999, visando especialmente os elementos do sistema de defesa aérea de Montenegro, com o intuito de abrir um corredor para a passagem dos aviões da OTAN para o ataque à Sérvia, dirigido contra alvos militares e civis, em especial a infra-estrutura básica (inclusive em Kosovo).

40 N.A.: OTAN conhecia planos de ‘limpeza’, John Carlin, jornalista de *El País* (Espanha), *Jornal do Brasil* (JB) de 8/4/99.

41 N.A.: *Ibidem*.

O presidente de Montenegro imediatamente declarou a neutralidade do seu país e se negou a romper relações diplomáticas com os países da OTAN envolvidos nas operações militares – Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e França –, como fizera Belgrado; a minoria sérvia de Montenegro e setores militares lá sediados acusaram Djukanovic de traição, mas ele contava com o apoio da força policial local.

Para consolidar o apoio do exército estacionado em Montenegro, Milosevic, sem qualquer consulta ao governo de Montenegro, substituiu o comandante do 2º Exército lá sediado, fazendo com que Estados Unidos, Reino Unido e França temessem que um golpe militar para derrubar Djukanovic estivesse em curso; o fato de a OTAN bombardear Montenegro contribuiu ainda mais para enfraquecer o presidente montenegrino.<sup>42</sup>

Segundo a OTAN, após 16 dias de bombardeio, 400 mil albanos-kosovares já tinham abandonado ou sido expulsos de Kosovo, elevando o número de refugiados da província para 800 mil, segundo dados do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR); a maioria procurou refúgio na Albânia e na Macedônia (ver figura 11).

No dia 8 de abril, numa operação algo surpreendente, soldados iugoslavos barram o fluxo de emigrantes no setor mais importante da fronteira entre a Albânia e a Iugoslávia, na cidade de Morin, e colocam minas terrestres por toda a área; a fronteira com a Macedônia é também fechada. O bloqueio da rota de fuga dos albanos-kosovares pode indicar que Milosevic procurava dar a impressão de que

a situação em Kosovo estava sob controle ou, o que me parece muito mais provável, que pensava usá-los futuramente como moeda de barganha com a OTAN.<sup>43</sup> Uma outra possibilidade é a de que os sérvios estivessem envolvidos numa macabra operação envolvendo seres humanos – a “operação safári” –, que consistia no canhoneio intensivo das colinas onde se refugiavam os albanos-kosovares para fugir do bombardeio aéreo da OTAN, forçando-os assim a abandoná-las, para então empurrá-los em direção às fronteiras, usando as rodovias e ferrovias disponíveis; com as fronteiras fechadas, eles eram obrigados a voltar, recomeçando o ordálio.<sup>44</sup>

A União Européia, temendo a expansão do conflito e acreditando que uma solução política só prevaleceria se baseada na estabilidade da região como um todo, anuncia um Plano de Estabilidade para o Sudeste da Europa, em que acena com a possibilidade de a Albânia e a Macedônia virem associar-se à União Européia, recebendo uma ajuda de US\$ 270 milhões, e, posteriormente, à OTAN.<sup>45</sup> O receio da extensão do conflito decorre dos efeitos dos desdobramentos da guerra e de suas ações paralelas na república iugoslava de Montenegro e nos países vizinhos mais afetados, em especial Albânia e Macedônia, não só pelo influxo de refugiados, como também pelos inevitáveis incidentes de fronteiras, muito especialmente no caso da Albânia, que dá abrigo e facilidades de treinamento para pessoal do ELK e, ainda, recebe, de diversas procedências, voluntários para o ELK – pessoal de origem albanesa.<sup>46</sup>

42 N.A.: Montenegro é um pequeno país com apenas 635 mil habitantes, mas é extremamente importante para a Sérvia, pois é a única saída da Iugoslávia para o mar. Mais da metade da população – cerca de 380 mil habitantes – é montenegrina; o restante compreende 90 mil muçulmanos, 60 mil sérvios e 40 mil albaneses. Ver *Confronto em Montenegro*, Nelson Franco Jobim, *Jornal do Brasil*, de 08/04/99.

43 N.A.: *Refugiados são barrados e remanejados*, *Jornal do Brasil*, de 08/04/99.

44 N.A.: *Efeito dominó destabiliza vizinhos*, *Jornal do Brasil*, de 21/04/99.

45 N.A.: *Europa teme a expansão da guerra*, Nelson Franco Jobim, *Jornal do Brasil*, de 09/04/99.

46 N.A.: *Tensão na fronteira albanesa aumenta*, *Jornal do Brasil*, de 13/04/99 e *Efeito dominó destabiliza vizinhos*, *Jornal do Brasil*, de 21/04/99.

# A dispersão dos refugiados kosovares

Numa população de 1,9 milhão de kosovares (1991), os de origem albanesa são em torno de 1,6 milhão. Segundo as diferentes estimativas (da ONU, da Otan, dos governos da região), algo em torno de 600 a 800 mil kosovares teriam fugido desde o início da repressão iugoslava à guerrilha separatista, em março de 1998. Destes, segundo o Alto Comissariado da ONU para Refugiados, cerca de 450 mil fugiram desde o início dos bombardeios da Otan no dia 24 de março. Os campos de refugiados na Albânia e na Macedônia situam-se perto das fronteiras, nas proximidades das cidades de Morini e Kukes, no primeiro caso, e de Skopje (capital macedônia) e Tetovo, no segundo.



Os países da região tiveram diversos graus de envolvimento na campanha da OTAN contra a Iugoslávia; muitas posições agravaram ressentimentos e serão motivo de futuros problemas nos Balcãs. Alguns exemplos mostram isso: a Albânia, sob a alegação de que a presença da OTAN em seu território é indispensável para garantir a segurança e estabilidade do país, pôs as suas instalações militares e o controle de seu espaço aéreo à disposição da OTAN; a Romênia, candidata ao ingresso na OTAN, autorizou o uso irrestrito de seu espaço aéreo pela OTAN nas missões de ataque à Iugoslávia; a Bulgária, outro candidato à OTAN, apesar de manifestações de rua favoráveis à Iugoslávia, encaminhou ao parlamento proposta para permitir o vôo dos aviões da OTAN sobre seu território; a República Checa, já membro da OTAN, autorizou que esta usasse, sem restrições, seus aeroportos; a Macedônia, pelo contrário, declarou que não permitiria o uso de seu território para ataques terrestres contra a Iugoslávia.<sup>47</sup>

Ainda em abril de 1999, a OTAN intensificou as medidas para impedir que a Iugoslávia compre petróleo e/ou combustível para reabastecer suas forças, forçando a União Europeia a interromper a venda de produtos petrolíferos para a Iugoslávia.

Nesse interim, crescem os rumores de que a intervenção por terra é inevitável, já que as pressões e os bombardeios da OTAN não conseguiram deter as operações sérvias contra os albanos-kosovares nem levar Milosevic a aceitar as condições para o fim de bombardeio, quais sejam a retirada total das forças sérvias de Kosovo e o ingresso lá das forças

de intervenção compostas por tropas de países membros da OTAN.<sup>48</sup>

No final de abril de 1999, chegaram à Albânia 24 helicópteros *Apache* americanos para o ataque a carros de combate, blindados e tropas sérvias na região de Kosovo.

Apesar da aparente resolução com que a OTAN atua, há divergências entre os seus membros quanto à melhor maneira de resolver a crise, havendo os que, como a Itália, querem a interrupção dos bombardeios como uma pré-condição para que se iniciem as conversações de paz, e os que defendem intransigentemente a manutenção dos bombardeios para forçar os sérvios à rendição, como o Reino Unido. O Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, Robin Cook, afirma que Milosevic "só abandonará seus planos de garantir Kosovo para os sérvios se souber que estamos decididos a manter a campanha militar até a vitória. Suspender os bombardeios agora significaria dispensar o melhor estímulo à diplomacia. Permitiria a Milosevic reagrupar, reorganizar e reequipar suas forças, o que prolongaria, em vez de terminar, o conflito em terra",<sup>49</sup> isto é, entre as forças sérvias e o ELK.

Embora nos Estados Unidos o apoio à ação da OTAN fosse expressivo, havia sérias divergências no Congresso sobre a melhor maneira de resolver a crise: um grupo de parlamentares acreditava que o emprego de forças terrestres podia transformar Kosovo num novo Vietnã, o que seria inaceitável para a sociedade americana, ainda não refeita daquele constrangimento, e os que pensavam que o bombardeio aéreo não seria suficiente para dobrar Milosevic.<sup>50</sup>

47 N.A.: *Ibidem*.

48 N.A.: *OTAN planeja escalada do conflito*, *Jornal do Brasil*, de 22/04/99.

49 N.A.: *OTAN negocia dividida*, *Jornal do Brasil*, de 19/05/99.

50 N.A.: *Congresso pede infantaria*, Mário Andrade e Silva, *Jornal do Brasil*, de 13/04/99. A OTAN, dividida quanto à conveniência dos bombardeios, como vimos, também estava dividida quanto à necessidade e conveniência de empregar forças terrestres, a Alemanha opondo-se firmemente.

Na verdade, Kosovo assinala uma nova mas clara tendência dos Estados Unidos: o emprego do bombardeio estratégico, de forma a evitar ao máximo a morte de americanos e, através do emprego de "armas inteligentes", de alta precisão, atingir os alvos militares e destruir a infra-estrutura do inimigo, se possível com um pequeno número de baixas civis. Nitidamente, uma estratégia operacional fortemente influenciada pelo trauma do Vietnã.

Os fatos demonstrariam, contudo, que a alegada precisão cirúrgica dos bombardeios não passava de *wishful thinking*; freqüentemente foram atingidos alvos sem qualquer significado militar, com grande número de baixas civis, conforme a própria OTAN foi obrigada a admitir inúmeras vezes.

Também a Iugoslávia estava dividida, não só com as divergências entre a Sérvia e Montenegro, já apontadas, mas dentro da própria Sérvia, com uma ativa oposição a Milosevic. É incontestável, porém, que, com o ininterrupto bombardeio a que a Iugoslávia foi submetida, responsável por um sem número de vítimas na população civil, a atenção da sociedade foi desviada dos sérios problemas políticos e econômicos do país, que tinham contribuído decisivamente para a derrota eleitoral de Milosevic em 1996, concentrando-se na agressão à terra natal, disso beneficiando-se Milosevic.<sup>51</sup>

As dissensões entre os moderados de Rugosa e os radicais do ELK agravaram-se quando, em maio de 1999, Rugosa pôde au-

sentar-se da Iugoslávia com a família sem que Milosevic pudesse qualquer dificuldade; Milosevic procurava explorar habilmente a divisão dos albanos-kosovares, acercando-se de Rugosa para demonstrar à comunidade internacional que sua intolerância era apenas para com os radicais do ELK; Rugosa foi recebido com todas as honras pela OTAN, mas imediatamente classificado de traidor pelos radicais.

Nesta altura dos acontecimentos, os albanos-kosovares dispunham de dois governos: um governo no exílio, cujo Primeiro-Ministro era Bujar Bukoshi, refugiado na Alemanha, e o presidente eleito Rugosa; e um governo provisório do ELK, dentro de Kosovo, chefiado por Hashim Thaqi.

A força do partido de Rugosa, a Liga Democrática de Kosovo (LDK), estava no apoio dos países ocidentais e na sua capacidade de arrecadar fundos dos albaneses residentes no exterior (controlavam um fundo de guerra da ordem de US\$ 33 milhões). Já a ELK contava com o apoio da Albânia: o Parlamento albanês aprovou uma resolução reconhecendo o governo provisório de Thaqi e apelou para que Rugosa o apoiasse<sup>52</sup>. Embora as divergências entre moderados e radicais sejam muitas, a Albânia sempre procurou uma reaproximação entre eles; levando Hashim Thaqi a convidar Rugosa para uma reunião em Tirana, usando um discurso bem mais moderado que o habitual; para Rugosa, embora as diferenças de

---

---

**A alegada precisão cirúrgica dos bombardeios não passava de *wishful thinking*; freqüentemente foram atingidos alvos sem qualquer significado militar, com grande número de baixas civis**

---

---

51 N.A.: Graças a isso, apesar de partir de uma situação inicial muito comprometida, Milosevic, um ano após a intervenção da OTAN em Kosovo, permanece no poder (também Castro em Cuba, Kadaf na Líbia e Saddam no Iraque). Esta é uma questão que está a merecer uma reflexão profunda.

52 N.A.: *Kosovo em luta interna*, Paul Taylor (da Reuters), *Jornal do Brasil*, de 18/05/99.

programa e de critério entre ele e o ELK fossem consideráveis, havia um ponto de convergência no fato de ambos defenderem a independência da província.<sup>53</sup>

Ainda em maio de 1999, há uma intensificação dos bombardeios aéreos da OTAN, tendo sido atingida a embaixada da China, o que a levou a protestar violentamente contra os bombardeios e a declarar que ela se oporia a qualquer tentativa de adoção de alguma Resolução da ONU relativa à Iugoslávia antes da suspensão dos bombardeios.

Em meados do mês, num balanço dos 50 primeiros dias de bombardeios contra a Iugoslávia, a OTAN informou que já havia lançado mais de 9 mil mísseis e bombas, tendo sido destruídos 700 aeronaves e 200 tanques sérvios, grande parte do sistema de defesa aérea, 50% dos estoques de munição em Kosovo e 70% do combustível destinado às Forças Armadas.<sup>54</sup>

Os bombardeios continuam atingindo alvos civis: na cidade de Nis, na Sérvia, a 7 de maio, um mercado e um hospital foram atingidos por bombas de fragmentação, deixando 27 mortes e 43 feridos, segundo Belgrado.<sup>55</sup>

Tendo em vista o fracasso da OTAN, após 50 dias de bombardeio, em interromper a limpeza étnica em Kosovo, a opinião pública mundial começou a ter dúvidas sobre a eficá-

cia dos procedimentos adotados<sup>56</sup> e cresceu muito o número dos que condenavam a atuação da OTAN, tendo em vista o número de vítimas civis.

## O ACORDO DE PAZ

No início de junho de 1999, o Grupo dos Oito (G-8)<sup>57</sup> elaborou um plano de paz que serviu de base para as discussões que, em seguida, tiveram lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Enquanto se pro-

cessavam essas discussões em alto nível, militares da OTAN e da Iugoslávia, na fronteira da Macedônia, continuavam a negociar os detalhes práticos para uma retirada das tropas sérvias da região de Kosovo.

O projeto de Resolução das Nações Unidas<sup>58</sup> reafirmava no preâmbulo o compromisso de todos os países membros da OTAN com a soberania e a integridade territorial da Iugoslávia, inclusive no que diz respeito a Kosovo, cuja independência,

pois, estava fora de cogitação – não para os Estados Unidos, porém, já que, na interpretação norte-americana, a Resolução da ONU transformava Kosovo num território sob mandato da ONU, já fora, portanto, da gestão da Iugoslávia, mantendo assim a porta aberta para o sonho de independência de Kosovo.

53 N.A.: *Líderes dos albaneses se aproximam*, *Jornal do Brasil*, de 27/05/99.

54 N.A.: *Schröder se desculpa em Pequim*, *Jornal do Brasil*, de 13/05/99.

55 N.A.: *Ibidem*.

56 N.A.: *Guerra divide os verdes alemães*, Nelson Franco Jobim, *Jornal do Brasil*, de 13/05/99.

57 N.A.: O Grupo dos oito compreende os sete países mais industrializados e a Rússia.

58 N.A.: *ONU discute fórmula para Kosovo*, *Jornal do Brasil*, de 09/06/99.

O projeto especificava:

- os albanos-kosovares terão “substancial autonomia e expressiva auto-administração”, o que revertia a anulação da autonomia feita por Milosevic em 1989. Há referências a “um processo político destinado a determinar o futuro *status* de Kosovo” e também aos acordos de Rambouillet, que previam a realização de um plebiscito, no prazo de três anos, para discutir o futuro constitucional de Kosovo (a ambigüidade é sempre uma característica dos acordos);

- embora seja exigida a retirada total das forças iugoslavas da região de Kosovo, questão inegociável para OTAN, fica estabelecido que um número, a ser futuramente acertado, de pessoal iugoslavo voltará para a área mais tarde, como um símbolo, como quer Milosevic, de que Kosovo é parte integrante da Iugoslávia;

- por exigência da Rússia, não há nenhuma referência ao papel da OTAN nas forças de paz. Tendo em vista, porém, um acordo feito alguns dias antes entre Milosevic, o enviado russo Victor Chernomirdin e o presidente da Finlândia, Marti Ahtisaari, que previa “uma participação substancial da OTAN” e a existência de “comando e controle unificados”, duas exigências feitas pela OTAN, os Estados Unidos consideraram que valia o que estava nesse acordo. A menção feita no texto à exigência de que a força de paz envie infor-

mes regulares ao secretário Geral da ONU não significa, para os Estados Unidos, que a ONU ficará com o controle da operação, uma atribuição da OTAN;

- não há no texto nenhuma referência às relações entre as tropas russas e as da OTAN nas forças de paz; a Rússia insistiu numa estrutura separada, mas a OTAN alegou que isso poderia levar à divisão de Kosovo, como aconteceu no caso da Alemanha e de Berlim;

- as forças de paz serão responsáveis pelos controles alfandegários nas linhas de fronteiras, mas ficou assegurada a presença de inspetores iugoslavos em pontos cruciais. Embora Belgrado insistisse em controlar a volta dos refugiados para Kosovo, essa tarefa foi atribuída às Nações Unidas;

- a Resolução exige que as autoridades iugoslavas cooperem com o Tribunal da

ONU para Crimes de Guerra na Antiga Iugoslávia (o mesmo Tribunal que indiciou Milosevic por crimes de guerra).

A Resolução foi aprovada pelo Conselho de Segurança no dia 10 de junho,<sup>59</sup> pondo fim à guerra pelo controle de Kosovo, depois de 78 dias de bombardeios da OTAN.<sup>60</sup> Foi estabelecida uma força de paz – a Força de Kosovo (KFOR) – para supervisionar as condições acordadas: em síntese, recolocar os refugiados, garantir a sua segurança e supervisionar o desarmamento do ELK, podendo fazer uso da força se isso se tornar necessário

---

---

### **Apesar dos apelos das Nações Unidas, milhares de sérvios, com receio das represálias dos albanos-kosovares, começaram a deixar a região, acompanhando as tropas sérvias em retirada**

---

---

59 N.A.: A Resolução foi aprovada por 14 votos a 1, com a abstenção da China, que queria que antes fossem interrompidos os bombardeios. Para não impedir, porém, as possibilidades de paz, não usou o seu poder de veto. O Brasil, membro não-permanente, ocupando uma das vagas rotativas, votou a favor.

60 N.A.: ONU avaliza ocupação de Kosovo, *Jornal do Brasil*, de 11/06/99.

para o cumprimento de suas tarefas. Caberá também às forças de paz iniciar o processo de reconstrução material e institucional da Iugoslávia, com base nos acordos de Rambouillet.

A situação do ELK era um problema delicado. Na sugestão do Grupo dos Oito encaminhada ao Conselho de Segurança, estava prevista a utilização dos elementos do ELK numa força policial; para Belgrado, entretanto, o ELK deve ser não só desmilitarizado, mas também desarmado.<sup>61</sup>

A fase inicial da entrada das forças da OTAN em Kosovo foi bastante tumultuada, com os russos adiantando-se ao restante das forças da OTAN na chegada à Pristina, ocupando o aeroporto de Slitic, onde a KFOR tinha planejado instalar o seu quartel-general,<sup>62</sup> e os guerrilheiros do ELK atacando as tropas sérvias que se retiravam.<sup>63</sup> Apesar dos apelos das Nações Unidas, milhares de sérvios, com receio das represálias dos albanos-kosovares, começaram a deixar a região, acompanhando as tropas sérvias em retirada.

A manobra russa, assumindo o controle do aeroporto, deveu-se, possivelmente, ao inconformismo dos militares russos com o fracasso dos diplomatas, que não conseguiram enfraquecer o papel da OTAN; se não tivesse havido acordo e as tropas russas

tivessem sido reforçadas e tomado posição no setor norte de Kosovo, estaria se delineando na prática a partilha territorial de Kosovo, e de tal maneira que os sérvios teriam uma ponta de lança na área, totalmente fora do controle da OTAN.<sup>64</sup>

Às vésperas do primeiro aniversário do início da batalha de Kosovo, a avaliação geral do chefe da Missão das Nações Unidas em Kosovo é de que o progresso em direção a uma paz duradoura foi pequeno. Tanto para os russos como para os sérvios, as ações da KFOR visando a reconstruir e manter a paz merecem muitas críticas: para eles, a atuação da KFOR está agravando as tensões étnicas e criando as condições necessárias para o desencadeamento de uma tragédia de grandes proporções.<sup>65</sup>

---

---

### **Às vésperas do 1º aniversário do início da batalha de Kosovo, a avaliação geral do chefe da Missão das Nações Unidas em Kosovo é de que o progresso em direção a uma paz duradoura foi pequeno**

---

---

#### **UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA**

Com as ações em Kosovo, a OTAN, pela primeira vez, foi além das fronteiras do Atlântico Norte, ignorando os limites impostos pelo Tratado de Washington, que a instituiu. Os bombardeios contra a Iugoslávia assinalam o primeiro ataque da OTAN contra um país soberano, por ações desenvolvidas dentro do seu território para acabar com uma insurreição, contrariando o caráter defensivo da Organização.<sup>66</sup>

61 N.A.: *ELK, futuro incerto*, *Jornal do Brasil*, de 11/06/99.

62 N.A.: *OTAN tenta superar impasse com russos*, *Jornal do Brasil*, de 14/06/99.

63 N.A.: *ELK aproveita retirada sérvia*, *Jornal do Brasil*, de 14/06/99.

64 N.A.: *A diplomacia russa de fatos*, Kurt Schork (da Reuters), *Jornal do Brasil*, de 14/06/99.

65 N.A.: *Kosovo ainda à deriva um ano depois*, *Jornal do Brasil*, de 24/03/2000.

66 N.A.: *Senhores da guerra*, Newton Carlos, *Jornal do Brasil*, de 26/04/99.

A intervenção da OTAN em Kosovo enquadra-se no contexto de uma OTAN ampliada, conforme vem sendo defendido pelos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria, para garantia da estabilidade da Europa. A expansão para o leste europeu, em pleno desenvolvimento, parece a primeira etapa de um processo que levará a OTAN, como querem os chamados "globalistas", a atuar em qualquer parte do mundo em

defesa dos interesses vitais do Ocidente. As recentes declarações do Presidente Clinton e de Madeleine Albright confirmam a hipótese.<sup>67</sup>

Sem dúvida, a intervenção da OTAN em Kosovo assinala "um desdobramento inédito no jogo das forças internacionais, pela desconsideração com as normas e princípios do direito internacional, e pelos impactos que inflige nos conceitos de soberania, direitos humanos e Estado nacional".<sup>68</sup>

No dizer de Afonso Arinos de Melo Franco:

"Esta guerra dos Estados Unidos (...) por causa de Kosovo torna-se emblemática quando focaliza a inter-relação conflituosa, tragicamente atual, entre os conceitos de soberania nacional e direito internacional. Eviden-

cia, ainda, um dos problemas cruciais do mundo contemporâneo, que é o da insuportável contradição entre o direito e a justiça".<sup>69</sup>

O uso da força, até mesmo a ameaça do uso da força, é vedado por toda a legislação internacional, exceto em caso de legítima defesa contra um ataque armado, ou após autorização explícita do Conselho de Segurança da ONU, depois de ser constatada a inviabilidade da utilização de meios pacíficos

para dirimir o conflito. O receio de um veto da Rússia ou da China no Conselho de Segurança fez com que os Estados Unidos não levassem a questão de Kosovo para o Conselho, atribuindo à OTAN o direito de intervir, mesmo sem essa formalidade, por se tratar de uma questão humanitária: impedir o massacre dos albanos-kosovares pelos sérvios. Assim, a autonomia dos estados e o direito de

autodeterminação, que constituíram a base das relações internacionais durante todo o período de guerra fria, vão cedendo a vez para conceitos existentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que garante os direitos individuais contra os estados opressores.

---

### **Sem dúvida, a intervenção da OTAN em Kosovo assinala "um desdobramento inédito no jogo das forças internacionais, pela desconsideração com as normas e princípios do direito internacional, e pelos impactos que inflige nos conceitos de soberania, direitos humanos e Estado nacional"**

*Marija Vusnovic  
(Jornal do Brasil)*

---

67 N.A.: *Apontamentos sobre Estratégia Naval II - A Estratégia Naval dos Estados Unidos Durante e Após a Guerra Fria*, Armando A.F. Vidigal, *Revista Marítima Brasileira* (RMB) 119 (10/12): 63-100, outubro 1999.

68 N.A.: *Escombras da intervenção humanitária*, Marija Vusnovic, *Jornal do Brasil*, de 02/12/99.

69 N.A.: *Soberania, Direito e Paz*, Afonso Arinos de Melo Franco, *Jornal do Brasil*, de 30/05/99.

Mesmo não sendo legítima uma intervenção pela força, será ela eficaz para corrigir o que a motivou?

A experiência atual das intervenções ditas humanitárias indica que elas não têm tido o resultado esperado.

As intervenções da ONU em Ruanda e na Somália e a da OTAN na Bósnia e em Kosovo não resolveram as dificuldades e, algumas vezes, especialmente em Ruanda e na Somália, tornaram a situação ainda pior; em Kosovo, os que eram oprimidos passaram a oprimir, com a mesma ferocidade, os antigos opressores.

As conseqüências da intervenção em Kosovo são dramáticas: embora as forças armadas da Iugoslávia não tenham sofrido grandes danos, toda a infra-estrutura do país, especialmente a de Kosovo, foi destruída;<sup>70</sup> os membros da KFOR e da Missão da ONU para Administração Interina de Kosovo (UNMIK) têm expressado sua incapacidade de controlar a região; uma nova onda de

refugiados bloqueia as estradas do país (cerca de 250 mil sérvios estão em fuga de Kosovo e das represálias dos albanos-kosovares); o ELK, não tendo sido, ainda, totalmente desarmado, ataca militares e civis sérvios em retirada;

a situação econômica e social da Iugoslávia é mais frágil e difícil do que nunca, vivendo o país uma recessão econômica de grandes proporções, com o PIB tendo caído 40,7%, as exportações e importações 55 e 58% respectivamente e o índice de desemprego chegando a 33% (cerca de 1 milhão de desempregados); a ajuda internacional prometida pela comunidade internacional para a reconstrução do país ainda não

apareceu e, como foi condicionada à saída de Milosevic, dificilmente sairá a médio prazo; os problemas ecológicos criados são enormes, com níveis de poluição em terra, na água e no ar muito acima dos índices toleráveis; a guerra não consolidou nem a democracia nem a diplomacia, mantendo na área um equilíbrio

---

**Esta guerra dos Estados Unidos  
(...) por causa de Kosovo torna-se  
emblemática quando focaliza a  
inter-relação conflituosa,  
tragicamente atual, entre os  
conceitos de soberania nacional e  
direito internacional. Evidencia,  
ainda, um dos problemas cruciais  
do mundo contemporâneo, que é o  
da insuportável contradição entre  
o direito e a justiça**

*Afonso Arinos de Melo Franco  
(Jornal do Brasil)*

---

70 N.A.: As informações sobre a eficácia dos bombardeios são contraditórias. Um relatório da Força Aérea dos Estados Unidos, divulgado pela revista *Newsweek*, do princípio de maio de 2000, revelou que boa parte dos alvos, alegadamente destruídos pelos aviões e mísseis *Tomahawk* da OTAN – pontes, centrais elétricas, etc. – estavam intactos. A comissão de investigação da Força Aérea mostrou ainda que os dados divulgados pela OTAN relativos a alvos militares – destruição de 120 carros de combate, 220 carros blindados e 450 peças de artilharia – deveriam ser corrigidos para números bem mais modestos: 14 carros de combate, 18 blindados e 20 peças de artilharia. A rendição de Milosevic devia ser atribuída ao enorme dano causado pelos bombardeios à infra-estrutura civil do país.

Ficou comprovado que os bombardeios a alta altitude, para proteger a guarnição dos aviões, tornavam muito difícil a identificação dos alvos e, ainda mais, o acerto de alvos em movimento.

Apesar dos exageros da OTAN, os danos causados à infra-estrutura civil do país foram enormes e a principal razão da rendição de Milosevic. A comparação entre as baixas militares e as civis na Iugoslávia – 600 militares contra 1.300 civis – comprova isso. Ver *Bombas perdidas*, revista *Veja*, de 17/05/00, págs. 56-7.

instável, frágil, que só subsiste devido à presença das forças internacionais.<sup>71</sup>

Recentemente, a OTAN admitiu ter usado armas com urânio empobrecido em Kosovo, expondo a graves riscos de saúde tanto civis como seus próprios soldados e membros das equipes de ajuda humanitária. Segundo esses relatos, foram usados cerca de 31 mil projetis com este material em aproximadamen-

te 100 missões realizadas por aviões americanos – o urânio empobrecido é usado em obuses para dar-lhes a capacidade de penetrar na forte blindagem dos veículos militares ou em abrigos subterrâneos.<sup>72</sup>

Apesar desses recursos, os bombardeios não alcançaram seus objetivos militares; o sistema de defesa aéreo iugoslavo, muito descentralizado, sofreu pouco. Não é de admirar que eles não conseguissem deter as perseguições dos sérvios contra os albanos-kosovares, e, pelo contrário, aumentassem os sofrimentos destes devido aos bombardeios.<sup>73</sup>

Há um outro efeito causado pelos bombardeios que não pode ser desprezado: o bombardeio esvaziou o discurso da oposição a Milosevic, tão forte antes do conflito, e exacerbou o nacionalismo sérvio. Hoje, Milosevic é muito mais forte do que quando do início dos bombardeios.

Uma importante questão que o debate sobre a intervenção em Kosovo suscita é a validade da justificativa para intervir. Há outras situações, tão ou mais graves, de flagrantes violações de direitos humanos, que não merecem a mesma atenção da comunidade internacional: a perseguição aos curdos na Turquia,<sup>74</sup> aos tutsis em Ruanda, aos que defenderam a independência do Timor-Leste,

aos tibetanos; mais recentemente, aos sérvios de Krajina, mortos ou expulsos de suas terras pelos croatas, e aos muçulmanos na Bósnia e Herzegovina, pelos sérvios da Bósnia. É fácil de constatar que a intervenção do exército russo na província da Chechênia – um estado agindo dentro do seu território para debater uma insurreição – é em tudo semelhante à da Sérvia em Kosovo, inclusive no que se refere à violência da repressão; as críticas formais feitas à Rússia, mais dirigidas ao público interno dos países que a fizeram, não alteraram em nada

a situação, o que leva a crer que o dever irrecusável de intervir só se manifesta quando voltado para países de pequeno poder nacional, politicamente impotentes ou sem expressão militar.<sup>75</sup>

Evidentemente, outros interesses nacionais das grandes potências são os que pesam

---

**A comissão de investigação da Força Aérea mostrou ainda que os dados divulgados pela OTAN relativos a alvos militares – destruição de 120 carros de combate, 220 carros blindados e 450 peças de artilharia – deveriam ser corrigidos para números bem mais modestos: 14 carros de combate, 18 blindados e 20 peças de artilharia**

---

71 N.A.: Marija Vusnovic, op.cit.

72 N.A.: *A OTAN usou urânio em Kosovo*, *Jornal do Brasil*, de 22/03/2000. As quantidades usadas no Iraque foram dez vezes maiores e a incidência de casos de câncer nas áreas próximas aos bombardeios foi muito grande, motivando queixas generalizadas dos veteranos americanos.

73 N.A.: *Os Balcãs*, Miriam Gomes Saraiva, *Jornal do Brasil*, de 12/04/99

74 N.A.: O apoio da Turquia aos Estados Unidos na Guerra do Golfo está relacionado com esta omissão.

75 N.A.: A Rússia usou na Chechênia a mesma estratégia operacional que os Estados Unidos em Kosovo, com os mesmos "bons" resultados.

na decisão de intervir, bem mais do que as razões humanitárias. Certamente não são essas razões que mantêm até hoje, passados nove anos da Guerra do Golfo, as zonas de exclusão aérea sobre o Iraque, em total desrespeito à soberania e à honra do país, e um embargo econômico que é causa de enorme sofrimento para o povo iraquiano.

Mas a verdade é que estas ponderações não resolvem o problema original: se o emprego da violência não é aceitável para proteger uma minoria qualquer que tem os seus direitos humanos ameaçados, deve a comunidade internacional, para não violar a soberania de um estado, assistir impassível ao massacre, à expulsão dos seus lares, de dezenas ou centenas de milhares de perseguidos?

Os que defendem a legitimidade do ataque da OTAN a Kosovo o fazem em nome de uma nova ordem internacional mais justa e de caráter liberal.

Ora, a constituição de uma nova ordem não pode passar pela utilização da violência através de meios militares contra terceiros, mesmo que eles estejam usando este expediente. É uma questão de ética. Embora o caminho seja mais tortuoso, a construção de uma nova ordem melhor que a anterior só pode ser feita pelo caminho da política ou ela já nascerá viciada.<sup>76</sup>

Todas as tentativas políticas e/ou económicas que vêm sendo tentadas só fracassa-

ram porque condicionadas aos interesses nacionais de um país ou de um grupo de países e em oposição aos de outros. Os acordos, mesmo se transitórios, só sobreviverão se os interesses de todos os envolvidos forem devidamente considerados e, uma vez que isto aconteça, através de concessões mútuas, a pressão da comunidade internaci-

onal, agora atuando no mesmo sentido, tornar-se-á, evidentemente, irresistível: o acordo sobre Kosovo resultou de um amplo entendimento, com os Estados Unidos e a Rússia fazendo concessões mútuas. Os fracassos têm ocorrido porque, em geral, não é esse o procedimento usual: quando a Eslovênia e a Croácia, em 1991, anunciaram a sua independência e os países da União da Europa Ocidental (UEO) buscavam uma solução comum para a crise que pudesse evitar a guerra, a Alemanha, também um

membro da UEO, reconheceu unilateralmente a independência das duas repúblicas, com as quais sempre teve relações especiais, deixando os demais países da União em difícil situação, já que os seus interesses, ao contrário dos da Alemanha, eram da manutenção da integridade da Iugoslávia;<sup>77</sup> essa divisão contribuiu para a generalização do conflito na Croácia e na Bósnia-Herzegovina.<sup>78</sup>

Países que não se alinham entre as grandes potências — e esse, sem nenhuma dúvida,

---

**Evidentemente, outros interesses nacionais das grandes potências são os que pesam na decisão de intervir, bem mais do que as razões humanitárias**

\*

**O que leva a crer que o dever irrecusável de intervir só se manifesta quando voltado para países de pequeno poder nacional, politicamente impotentes ou sem expressão militar**

---

76 N.A.: Miriam Gomes Saraiva, op.cit.

77 N.A.: A Espanha, influenciada pelo problema basco, e o Reino Unido, pelo da Irlanda do Norte, na atualidade integrada ao Reino Unido.

78 N.A.: Miriam Gomes Saraiva, op.cit.

é o caso do Brasil – devem ser extremamente cautelosos no apoio a intervenções, mesmo quando feitas sob a égide da ONU,<sup>79</sup> e devem resistir aos conceitos de soberania limitada, que, em geral, só se aplicam aos países de pequeno poder nacional.<sup>80</sup>

“... cumpre evitar qualquer iniciativa que venha a abalar o princípio protetor da não-intervenção na competência exclusiva do Estado, garantia jurídica insubstituível da Soberania nacional”.<sup>81</sup>

O repúdio à intervenção armada não decorre de qualquer afinidade, simpatia ou so-

lidariedade a ditadores como Fiel Castro, Augusto Pinochet, Saddam Hussein ou Slobodan Milosevic; na verdade, a agressão à soberania dos estados tem ajudado a manter a maior parte deles no poder, principalmente porque ela desperta o nacionalismo, mesmo dos que fazem oposição ao poder autoritário, e esse sentimento é bem

mais forte do que o da repulsa às práticas não-democráticas ou anti-sociais de um governante.

A necessidade de um novo ordenamento internacional, que permita fazer frente aos novos problemas que ameaçam a estabilidade global, como os problemas étnicos, o terrorismo e outros semelhantes, não pode ser ignorada. Entretanto, “a busca de uma lei internacional justa não pode ser feita empiricamente. É perigoso substituir um sis-

tema formal por um conjunto de princípios vagos, que podem facilmente ser manipulados pelos países poderosos. A civilização exige o domínio do Direito e é preciso criar um novo arcabouço legal que defina as condições de intervenção internacional.”<sup>82</sup>

A tarefa não é fácil. Na prática, o Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, já descartou a ilusão de que todos os países, grandes ou pequenos, ricos ou pobres, são iguais perante a lei; a nova postura implica no reconhecimento de que os estados não são equivalentes em poder, riqueza ou no seu compromisso

com os direitos humanos e a paz, e reconhece que, na atualidade, as principais ameaças à estabilidade e ao bem-estar coletivo vêm da violência interna nos estados mais do que de conflitos internacionais; assim, mesmo reconhecendo que a ordem interna é responsabilidade do estado, a intervenção é considerada

apropriada sempre que os custos humanitários de não intervir forem altos demais, como nos casos de genocídio.<sup>83</sup>

A questão, porém, está sem saber como avaliar os custos de intervir ou não intervir, quem vai decidir sobre a oportunidade e a necessidade de intervir. O uso freqüente da intervenção logo irá ampliar as causas que as justificam, como agressões ao meio-ambiente, migrações fora de controle, abrigo ao terrorismo internacional, ameaças à paz mundial

---

### **Deve a comunidade internacional, para não violar a soberania de um estado, assistir impassível ao massacre ou à expulsão dos seus lares de dezenas ou centenas de milhares de perseguidos?**

---

79 N.A.: O elitismo do Conselho de Segurança da ONU não contribui para sua credibilidade como organismo imparcial.

80 N.A.: A redução de soberania resultante da adesão voluntária a blocos regionais configura uma situação diferente, necessária no contexto da globalização (indispensável mesmo). É o caso do Brasil com relação ao Mercosul.

81 N.A.: Afonso Arinos de Melo Franco, op. cit.

82 N.A.: *A aliança depois da Guerra Fria*, Cecília Gouvêa Dourado, in *Foreign Affairs*, ed. Brasil., nº 32, maio de 1999.

83 N.A.: *O novo intervencionismo*, Michael J. Glennon, in *Foreign Affairs*, ed. Brasil., nº 32, maio de 1999.

e muitas outras que as circunstâncias venham exigir. E isso ocorrerá, apesar da experiência atual, conforme já vimos, não ser uma história de sucessos.

A OTAN, ao abandonar o conceito ético que orientou a sua criação – para Ernst Bevin, um dos seus idealizadores, a paz e a segurança só poderiam ser garantidas se fosse possível organizar e reforçar as “forças éticas e espirituais da civilização ocidental”<sup>84</sup> – perde a sua essência; além do mais, essa decisão da OTAN está criando, como é natural, divisões em seu seio, com choques de opinião fre-

quêntes e mais profundos, o que compromete a sua grande força – alguns analistas a chamam de *soft power* – isto é, a possibilidade de atuação conjunta e voluntária das nações democráticas, cuja influência sutil foi bem maior do que a causada pela imagem do seu poder militar, capaz de dissuadir uma agressão ou de atuar como força de manutenção da ordem.<sup>85</sup>

É um tanto simplista acreditar que uma intervenção armada vá pôr fim a problemas cuja origem se perde na bruma dos tempos. A complexidade das questões em causa dificulta o encontro de soluções definitivas: o caso de Kosovo, por exemplo, não pode ser visto isoladamente, como um problema apenas da Sérvia e dos kosovares; é um problema que envolve a Albânia, cujo sonho de uma Grande Albânia inclui a incorporação de Kosovo e de territórios na Macedônia e em Montenegro, onde há expressivos bolsões de etnia alba-

nesa; e certamente repercutirá na Grécia e na Bulgária, além de em potências externas à área, como a Itália, com interesses específicos com relação à região.

A dificuldade de encontrar soluções duradouras pode ser constatada por uma análise do Acordo de Dayton: primeiro, o reconhecimento imediato da Iugoslávia e o levantamento do boicote econômico pela União Europeia, sem que a questão de Kosovo tivesse sido definida em termos claros, contribuiu para a radicalização dos albanos-kosovares; segundo, a entrega aos servo-bósnios de 49%

do território da Bósnia e Herzegovina, quando eles tinham sido responsáveis por alguns dos piores atos de genocídio desde a Segunda Guerra Mundial e, ainda pior, o reconhecimento da espúria República Srpska, uma criação do ultra-radical e indiciado como criminoso de guerra Radovan Karadzic, não parecem bases adequadas para a solução dos conflitos na área; terceiro, a Bósnia-Herze-

govina ficou dividida em pequenos enclaves de cada uma das três etnias dominantes e, apesar da ficção da comunidade diplomática de que esses para-estados de algum modo unir-se-ão no futuro, as possibilidades de que isso venha a ocorrer são nulas.<sup>86</sup>

Não há soluções simples para questões complexas. Se é verdade que o emprego de sanções políticas e econômicas nem sempre é eficaz – em geral porque elas não são unânimes, cada Estado agindo à luz de seus

---

**A agressão à soberania dos estados tem ajudado a manter a maior parte dos ditadores no poder, principalmente porque ela desperta o nacionalismo, mesmo dos que fazem oposição ao poder autoritário, e esse sentimento é bem mais forte do que o da repulsa às práticas não-democráticas ou anti-sociais de um governante**

---

84 N.A.: *O casamento bem sucedido*, Michael Howard, in *Foreign Affairs*, ed. Brasil., nº 32, maio de 1999.

85 N.A.: *A OTAN venceu a guerra fria?*, Vojtech Matny, in *Foreign Affairs*, ed. Brasil., nº 32, maio de 1999.

86 N.A.: *Os senhores de Kosovo*, Chris Hedges, in *Foreign Affairs*, ed. Brasil., nº 33, junho de 1999.

interesses nacionais —, a intervenção militar, pelo menos a médio prazo, seguramente não resolve os problemas e, muitas vezes, agrava-os.

Acreditamos que não há, dentro de um limite de tempo previsível, a possibilidade de se estabelecer um ordenamento interna-

cional que elimine os conflitos, mas é importante que a comunidade internacional, sem ferir os princípios do Direito, procure resolvê-los e atenuar os seus efeitos, de modo a assegurar o máximo de Justiça.

Gostaria de concluir citando Norberto Bobbio:

“... na esfera das relações políticas, toda forma de violência deve ser eliminada e a violência deve ser substituída pelo debate das idéias e pela persuasão fundada em argumentos racionais, especialmente num tempo como o nosso, em que a fabricação de instrumentos de morte cria produtos cada vez mais perfeitos.”<sup>87</sup>

*Norberto Bobbio*

87 N.A.: *Três personagens da 'Itália Civil'*, in *As Ideologias e o Poder em Crise*, Norberto Bobbio, Ed. Universidade de Brasília (UNB), 1995, 240 p., pág. 231

## BIBLIOGRAFIA

As principais referências para a realização desse trabalho foram "Managing Arms in Peace Processes: Croatia and Bosnia-Herzegovina", Barbara Ekwall e Andrei Raevsky, United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR), New York/Geneva, 1996, 426 p., e o

Artigo "The former Yugoslavia: the war and the peace process", Anthony Borden e Richard Caplan, p.203-50, in Stockholm Peace Research Institute (SIPRI) Yearbook 1996", Oxford University Press, 1996, 830 p.

Outros livros e artigos usados pontualmente são citados nas nota de pé de página, assim como notícias e artigos de jornais.

Para a parte histórica, foram consultados a *Enciclopédia Britânica*, tópicos "Iugoslávia" e "Slavs", e os *Livros do Ano Balsa*, tópicos "Iugoslávia", "Croácia", "Eslovênia", "Sérvia", "Macedônia", "Montenegro" e "Bósnia-Herzegovina", correspondentes, quando aplicável, aos anos de 1988 a 1999.

### Ainda em referência ao texto:

Não há soluções simples para  
questões complexas

O elitismo do Conselho de Segurança da ONU  
não contribui para sua credibilidade como  
organismo imparcial

Ambos do autor, Almirante Vidigal